

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Educação

Juventude, Cidadania e Meio Ambiente
Subsídios para a elaboração de políticas públicas



Ministério
do Meio Ambiente

Ministério
da Educação

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministra: Marina Silva

Secretário Executivo: Cláudio Langone

Diretoria de Educação Ambiental - DEA

Diretor: Marcos Sorrentino

Ministério da Educação - MEC

Ministro: Fernando Haddad

Secretário Executivo: Jairo Jorge da Silva

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD

Secretário: Ricardo Manuel dos Santos Henriques

Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania

Diretor: Armênio Bello Schmidt

Coordenação Geral de Educação Ambiental - CGEA

Coordenadora: Rachel Trajber

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - térreo

CEP: 70.068-900 - Brasília / DF

Tel: (0xx 61) 4009-1235

Fax: 224-5222

Diretoria de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios - Bloco B – 5º Andar – Sala 553

CEP: 70.068-900 - Brasília / DF

Tel: (61) 4009-1207

Fax: (61) 4009-1757

www.mma.gov.br/educambiental

educambiental@mma.gov.br

Ministério da Educação – MEC

Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Ed. Sede e Anexos

CEP: 70.047-900 - Brasília / DF

Telefones: (0xx 61) 2104 8484.

0800-616161

Coordenação-Geral de Educação Ambiental

SGAS - Avenida L2 Sul – Qd. 607 – Lote 50 - 2º Andar – Sala 212

70200-670 – Brasília – DF

Tel: (61) 2104-6142

Fax: (61) 2104-6110

<http://portal.mec.gov.br/secad/>

ea@mec.gov.br

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Educação

Juventude, Cidadania e Meio Ambiente
Subsídios para a elaboração de políticas públicas

Brasília - DF
2006

Coordenação Editorial

Fábio Deboni

Elaboração e Organização do Texto

Fábio Deboni

Colaborações ao Texto e co-autorias

Soraia Mello, Clóvis Souza, Maria Thereza Teixeira, Rachel Trajber, Marcos Sorrentino, Philippe Pomier Layrargues, Eneida Lipai, Regina Novaes, Agripa Faria Alexandre, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Jacqueline Guerreiro Aguiar, Kelma Socorro Lopes de Matos, Michèle Sato, Ondalva Serrano, Paula Brüger, Eloá Kátia Coelho, Matilde Ribeiro, Bárbara Souza, Cristina Guimarães, Oraidia Melo, Angelita Garcia, Aline Ferrari, Angélica Rocha, Gustavo Betegga, Joyce Moretti, Márcio Santos, Regina Freire, Mariza Goulart, Mateus Barreto, Pedro Piza, Andréia Andrigueto, Camila Godinho, Juca Cunha, Mariana Matos de Santana, Renan Gonçalves, Carolina Campos, Frederico Pecorelli, José Patrício Lustosa, Márcia Magalhães, Thiago Mendes, Marja Milano, Analu Vasconcelos, Rejane Fortes, Maila Eulálio, Sabrina Amaral, Graziela Rinaldi, Márcio Marmitt, Wagner San.

Revisão

Omar dos Santos

Diagramação

Bárbara Bela Editora Gráfica

Revisão Textual

Priscila Maia Nomiyama, Eneida Lipai, Philippe Layrargues, Fábio Deboni, Rachel Trajber.

Identidade Visual

Vítor Massao e Rangel Mohedano

Tiragem

10 mil exemplares

“Esta é uma publicação do Programa Juventude e Meio Ambiente, coordenado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental”.

B823j Brasil. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: Unesco, 2006. 204p.: il. ; 23 cm.

1. Educação Ambiental. 2. Políticas públicas. I. Título. II. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. III. Brasil. Ministério da Educação.

CDD 352.357

CDU 37:502.31

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
Panorama da Juventude Ambientalista	23
CAPÍTULO 2	
Visões sobre os Jovens	53
CAPÍTULO 3	
Visões dos Próprios Jovens	119
CAPÍTULO 4	
Conexões	191



PREFÁCIO

Os jovens de hoje vivem em um momento histórico no qual a tensão *local/global* se manifesta de maneira contundente. Nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão.

Com efeito, as profundas mutações no mercado de trabalho atingem de maneira particular os jovens contemporâneos. Com a desestruturação/flexibilização/'precarização' das relações de trabalho, são eles que têm mais dificuldade de viver o presente e planejar o futuro. O agravamento das desigualdades sociais, somado à amplitude e ao ritmo das mudanças tecnológicas, produzem nos jovens o *"medo de sobrar"*.

Por outro lado, estão aí, as estatísticas que apontam para os índices de mortes de jovens por acidentes de trânsito e, principalmente, por serem atingidos por armas de fogo durante ações policiais, em conflitos entre facções que disputam o comércio de drogas ou, por serem atingidos por balas perdidas. Na atual configuração social, os interesses da rede do narcotráfico, nacional e internacional, os interesses da indústria bélica, nacional e internacional, e, ainda, o despreparo das nossas polícias, resultam em uma perversa conjugação que afeta particularmente os jovens, fazendo nascer entre eles, um outro forte sentimento, o *"medo de morrer cedo e de forma violenta"*.

Com intensidade diversa, esses dois medos povoam "transversalmente" o imaginário de toda uma geração. Entretanto, são os jovens mais pobres, do sexo masculino, negros e moradores das favelas e periferias urbanas, os mais atingidos, tanto pelo *"medo de sobrar"*, quanto pelo *"medo de morrer"*. Estes dois sentimentos expressam o quanto a vida dos e das jovens de hoje, está sendo profundamente afetada por processos de exclusão social. Em resumo, velhos e novos desafios para a inserção no mundo do trabalho e a falta de mecanismos eficazes para combater a violência, comprometem diretamente a qualidade de vida dos jovens.

Entretanto, há dois outros aspectos que são freqüentemente acionados para caracterizar esta geração. Ser jovem em um "mundo conectado" e ser jovem em um tempo em que se dissemina o ideário ecológico, são importantes marcos desta geração. Esses, embora ambivalentes, não apontam apenas para vulnerabilidades, mas também para as potencialidades da juventude atual. Vamos por partes.

As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a “visão do tamanho do mundo” entre gerações. “Ser jovem” em um “mundo conectado” é viver uma experiência historicamente inédita.

Qualquer análise sobre a condição juvenil atual deve levar em conta as imagens da juventude disseminadas pela mídia. A televisão que tudo transmite em tempo real e a Internet, com seus mais variados usos, veiculam imagens polares dos jovens de hoje. Por um lado, apresentam padrões de beleza e de consumo que muito poucos podem atingir. Reafirmam a juventude como uma “fatia de mercado” na sociedade de consumo. Por outro lado, os jovens – sobretudo os moradores de áreas pobres e violentas – são sempre apresentados pelos meios de comunicação “em situação de risco”, como suspeitos ou criminosos em potencial.

Entretanto, as novas tecnologias podem também contar a favor dos jovens de hoje. A despeito de todas as desigualdades e diferenças, a propagação veloz de certos símbolos e valores pelos mais diversos locais e países, permite que grupos de jovens partilhem reações aos modelos dominantes. Por exemplo, movimentos culturais, sobretudo a chamada cultura “hip-hop”, conectam jovens de distintas “periferias” e oferecem uma linguagem para construção de novas identidades e perspectivas de vida.

Mas isto ainda não é tudo. No mundo conectado, também se espalha a causa ecológica. Esta é uma geração pós advento da ecologia. O “pós” aqui empregado, não tem sentido de algo passado ou ultrapassado. Significa apenas “depois” da disseminação de idéias ambientalistas. Nascidos a partir dos fins dos anos 70, os jovens de hoje vivem em um tempo em que já há um reconhecimento social da intensidade da degradação ambiental, que ameaça a vida em sociedade e precisa ser enfrentada com urgência.

Como sabemos, nem sempre foi assim. Relatos de ambientalistas de outras gerações enfatizam as dificuldades que experimentaram para trazer as questões ambientais para o centro da agenda política dos governos, sindicatos, partidos, movimentos sociais. Para grupos à “esquerda”, o ambientalismo era uma questão menor, frente aos “problemas estruturais da sociedade”. Entre os chamados “desenvolvimentistas”, o ambientalismo foi visto como um conjunto de “idéias românticas” que poderiam espantar investidores e fontes de lucro, ou como obstáculo para superar o atraso. Naquele contexto, os primeiros militantes ecológicos – muitos vindos da famosa geração 1968 – tiveram que arrombar várias portas bem fechadas para tornar legítima a preocupação com o meio ambiente.

Em contrapartida, os jovens de hoje já encontraram um ideário ecológico, com suas muitas e diferentes versões espalhadas pelo mundo. Todo um trabalho de sensibilização foi feito por organizações não governamentais, empresariais e organismos de direitos humanos, para que a questão ambiental fosse

paulatinamente incorporada à agenda pública. A ECO 92 - Fórum oficial e Fórum paralelo – introduziram novas palavras no vocabulário e nos meios de comunicação. Passados estes anos, tal vocabulário se tornou socialmente disponível para exprimir as mazelas ambientais produzidas pelos atuais padrões de desenvolvimento.

Que mazelas são estas? Podemos dizer que os processos são antigos, mas é nova a maneira de abordá-los. A contaminação do ar, a proliferação do lixo, a falta de tratamento de água, os incêndios, a destruição e o desmatamento de florestas, as diferentes ameaças à biodiversidade e as mudanças climáticas e o uso de agrotóxicos evocam soluções que passam pela preocupação com a camada de ozônio, com o reflorestamento, com o desenvolvimento sustentável, enfim, com o planeta. Novas categorias de pensamento são freqüentemente acionadas para expressar demandas e para ofertar bandeiras de cunho ecológico para a sociedade. O vocabulário ecológico passou a ser acionado para ‘(re)significar’ problemas, produzir sentimentos e motivar ações.

Embora os mais velhos também usem as categorias e conceitos do ideário ecológico, são os jovens que têm maior probabilidade de incorporá-las em sua visão de mundo. De maneira geral, podemos dizer que é essa, uma geração que se sente mais preocupada às questões ambientais. E a escola tem um importante papel nesse processo, já que o meio ambiente é considerado tema transversal a diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. Também, nos projetos sociais, governamentais e não governamentais, o item “educação ambiental” se tornou quase obrigatório. Na sociedade da comunicação, a mídia também dissemina palavras chaves e valores ecológicos.

É claro que não se trata de uma comunicação sem ruídos e apropriações homogêneas. As preocupações ecológicas se transformaram em moedas políticas que circulam em espaços governamentais, na sociedade civil e no mercado. Podem ser usadas de diferentes maneiras, oportunas ou oportunistas. Podem ser usadas apenas como um apelo comercial, pois afinal, o ecológico está na moda. Enfim, como todo conceito que espirala pela sociedade, esse também é polissêmico e está em disputa. As mesmas “palavras de ordem” podem ser usadas com sentidos e compromissos sociais diversos.

Contudo, para além dos diferentes usos políticos e dos abusos comerciais, as questões ecológicas têm um grande potencial para produzir tanto a crítica ao consumismo quanto para reafirmar importantes valores societários que pressupõem também novas relações com o meio ambiente. Não por acaso, a partir dos anos 90, projetos sociais governamentais e não governamentais dirigidos à juventude, acionam o “ideário ecológico” para motivar a participação e a dinâmica da integração social de diferentes segmentos juvenis no campo e na cidade.

Nesses tempos de saída massiva dos jovens do campo, registra-se hoje uma nova predisposição de uma parcela da juventude rural para responder aos apelos de mobilização e às práticas “ecologicamente corretas”. As representações e práticas ecológicas agregam um valor positivo ao “ficar no campo”, antes só visto pela ótica do atraso. Hoje, o ideário ecológico espalhado em nível mundial, potencializa a crítica ao modelo de desenvolvimento vigente nas áreas rurais e se torna um aliado na defesa de modelos alternativos de posse e uso da terra de acordo com situações específicas das diferentes áreas, tais como, as reservas extrativistas nas florestas, o apoio à pequena produção agrícola ecológica, orgânica e etc. Nas áreas rurais também se fala em “criar postos de trabalho” em atividades rurais não agrícolas, turismo rural ecológico.

Os jovens moradores das cidades também têm experimentado a possibilidade de transformar velhas precariedades da infra-estrutura urbana em demandas “ambientais” e ações concretas. Tendo a ecologia como um vetor de aglutinação, grupos de jovens moradores das cidades abordam a questão do lixo urbano, propondo mutirões que são alimentados por expedientes de reeducação de moradores para manter a limpeza, introduzindo idéias como coleta seletiva e reciclagem. No que diz respeito a novos postos de trabalho, temos a revalorização dos garis comunitários, os “educadores ambientais”, os guias de turismo ecológico, entre outros.

Via ecologia, os jovens rurais e urbanos se conectam com as questões de seu tempo, fazendo dialogar velhos problemas com novas motivações. Hoje, no campo e na cidade, há grupos de jovens ambientalistas. E, ao mesmo tempo, o tema é quase obrigatório nas demais organizações juvenis. Os grêmios estudantis, as juventudes partidárias e as pastorais da juventude católica e evangélica se vêem na obrigação de colocar um item ecológico em seus projetos, programas e agendas. Enfim, em um contexto, em que se esgotam oportunidades nas carreiras tradicionais, as novas áreas de profissionalização ambiental acenam com novos espaços de inserção produtiva para jovens. É verdade que, entre tantas vulnerabilidades, produziu-se um encontro providencial de uma linguagem de preocupação com o futuro e com os atuais interesses da heterogênea população jovem. Nesse contexto, em que a violência se banaliza e a natureza está ameaçada, o ideário ecológico pode ser um amálgama para a construção de sentido e de utopias juvenis. Com efeito, os jovens militantes ambientalistas se movem em terreno fértil para fazer prosperar a causa que defendem. Mas, é preciso reconhecer que os desafios também não são poucos.

Em primeiro lugar, coloca-se o desafio de se estabelecer um diálogo entre as gerações. Canais de comunicação devem ser estabelecidos para que os jovens possam ofertar sua perspectiva ‘geracional’ ambientalista para renovar o histórico movimento ambientalista, cunhado pela geração de seus pais.

Em segundo lugar, o ambientalismo também pode ser um importante instrumento para aproximar e ampliar o diálogo entre as diferentes juventudes afastadas por desigualdades e diferenças sociais. Portanto, é necessário e urgente, que os diferentes segmentos juvenis se escutem mutuamente e encontrem caminhos comuns para dar conta de seus problemas específicos, fazendo de forma articulada a busca comum da sustentabilidade socioambiental.

Por tudo isto, este livro é muito bem vindo. Nele estão presentes diversas reflexões, experiências, múltiplas vozes adultas e jovens. Em seu conjunto, o livro é uma demonstração de que o “ambientalismo” se apresenta como um promissor canal de comunicação e de aliança ‘intergeracional’ e ‘intrageneracional’. Nessa perspectiva, são de grande importância as ações e as apostas do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que congrega o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente. O encontro entre educação e meio ambiente representa um grande passo para a construção de sociedades sustentáveis.

Por tudo isso, este livro estava fazendo falta. Será uma referência obrigatória não só para quem trabalha com as questões da educação e do meio ambiente, mas também para os que trabalham com os diferentes segmentos da sociedade brasileira. Para a Secretaria Nacional de Juventude e para o Conselho Nacional de Juventude, este livro é providencial. É um bom começo para suscitar novos diálogos que levem à superação dos obstáculos que, muitas vezes, dificultam a operacionalização da temática ambiental nas políticas públicas de juventude. O ideário ecológico necessita da energia e da generosidade dos diferentes grupos de jovens empenhados em diminuir o iato entre intenções e gestos.

Regina Novaes
Secretária Adjunta – Secretaria Nacional de Juventude
Presidente do Conselho Nacional de Juventude



APRESENTAÇÃO

Organizar uma publicação com o foco em políticas públicas *de, para, com a juventude* não se constitui tarefa fácil. Sabemos que a temática é nova no país e que vem alcançando consideráveis avanços atualmente. Embora não exista uma vasta diversidade de referências na área, publicações sobre esse tema não são novidade no país. Há diversas organizações e movimentos atuando com foco no monitoramento, na construção, implementação e avaliação de políticas públicas *de, para, com a juventude*. A novidade que esta publicação traz é a de avançar na interface entre essa temática, políticas públicas e juventude, e a questão socio ambiental, procurando identificar experiências e informações que forneçam subsídios para esse novo campo emergente no país, juventude e meio ambiente. A interface é inovadora ao propor reflexões a partir de valiosas contribuições de jovens, com artigos, idéias, sonhos, propostas, experiências e etc.

De fato, pretendia-se desde o início, que a participação dos jovens fosse efetiva na construção desta publicação, o que significaria também um ponto relevante no debate atual das juventudes. Não somente este livro, como toda a concepção do *Programa Juventude e Meio Ambiente* procura ir além do conhecido jargão do ‘protagonismo juvenil’, criando espaços e oportunidades reais, e facilitando processos de reflexão sobre o papel dos seres humanos e das organizações no mundo atual. Ao entender que a questão socio ambiental é por si só um convite a uma visão mais ampla da sociedade, a mesma serve como uma espécie de lente para as juventudes, na medida em que amplia concepções, expande idéias e visões de mundo, questiona e propõe novos valores, procurando perceber e integrar diferentes assuntos, questões e problemas ambientais.

Embora seja uma nova área, a de juventude e meio ambiente, ainda com pouco acúmulo em termos de referenciais teóricos e políticas, programas, projetos, experiências e materiais, ela é ampla e complexa. Percebe-se atualmente uma presença cada vez maior de jovens e organizações, desenvolvendo ações nessa área, ao passo que cada vez mais a própria sociedade vem demandando e apostando no tema.

Portanto, a proposta neste momento, envolve a organização das informações existentes a partir de um recorte com foco nas políticas públicas na área de juventude e meio ambiente, que apenas se iniciam no âmbito governamental, podendo todavia, desdobrar-se em inúmeras vertentes. Sabe-se que, se separadamente, o campo ambiental e o campo da juventude já se desdobram em muitas áreas de estudos, linhas de pensamento e de ações, então, o seu entrecruzamento amplia o desafio e a complexidade desta abordagem. Não se trata aqui de uma publicação com caráter de pesquisa científica pois, ainda que sua idéia tenha surgido a partir de um levantamento realizado com jovens, ela não objetivava propor reflexões de cunho acadêmico. No entanto, este livro tem potencial de estimular olhares mais atentos por parte das universidades e dos centros de pesquisa para uma temática emergente que, por sua vez, poderão oferecer subsídios mais consistentes para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Este livro pode ser encarado como um produto de um processo de mobilização, engajamento e ação das juventudes na área ambiental de pelo menos dois anos. Embora já existissem ações e projetos nessa área, podemos identificar como um marco, a realização da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, que teve o lema “Vamos Cuidar do Brasil” e incluiu a organização integrada da Conferência Infanto-juvenil durante o ano de 2003, sendo realizada em novembro do mesmo ano em Brasília. Para além de um evento, a Conferência significou um processo de mobilização e de organização de jovens em prol da questão socio ambiental, envolvendo delegações de adolescentes entre onze e quinze anos, provenientes das escolas de Ensino Fundamental de todos os estados da união e do Distrito Federal, além de jovens entre dezesseis e vinte nove anos que então atuavam nos Conselhos Jovens das Comissões Organizadoras Estaduais.

A Conferência Nacional do Meio Ambiente foi uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente – MMA que contou com o apoio do Ministério da Educação em sua versão Infanto-juvenil. Essa versão, uma idéia da Ministra Marina Silva, representou uma nova forma de conceber e de implantar políticas públicas de educação ambiental no ensino formal desenvolvidas pela SECAD/CGEA/MEC¹, em escolas e secretarias de educação, as quais se desdobram em outros programas e projetos.

Em 2004, foi implementado um conjunto de ações sistêmicas e continuadas chamado “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, envolvendo a mobilização e formação de educadores ambientais (professores, jovens, comunidades) e a constituição de dois novos espaços estruturantes de atuação da juventude: as

¹ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Coordenação-geral de Educação Ambiental, Ministério da Educação.

COM-VIDAs – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas e os CJs – Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Enquanto as COM-VIDAs buscam envolver e integrar estudantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental com seus professores e a comunidade local na construção de Agenda 21 na escola², os CJs agregam jovens com idade entre quinze a vinte e nove anos pertencentes ou não a movimentos e organizações juvenis de interesses diversas tais como sociais, ambientais, culturais, políticos, estudantis e rurais, que inserem a pauta ambiental em suas ações. O objetivo de ambos, com suas especificidades, é “pôr a mão na massa”, ou seja, agir, atuar, intervir e construir ações e projetos transformadores socio ambientais a partir de perspectivas e abordagens jovens.

Assim, esse processo, iniciado em 2003, mostra muito vigor e vem desencadeando uma série de ações e articulações interessantes na sociedade, muitas delas imprevistas, mas percebidas como boas surpresas. Uma dessas conquistas foi a organização em rede dos coletivos jovens por meio da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma³, uma iniciativa que se fortalece e amplia continuamente sua participação junto à Rede Brasileira de Educação Ambiental – Rebea e ao Conselho Nacional de Juventude.

A implementação do Programa “Juventude e Meio Ambiente” pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental⁴, com o objetivo de contribuir para formação dos jovens integrantes dos CJs, por meio de momentos presenciais e à distância. Esse programa foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada que visava identificar o perfil, os anseios, as demandas, as preocupações e as potencialidades dos Coletivos Jovens de todo o país.

Foi elaborada recentemente, uma publicação chamada Manual Orientador para Coletivos Jovens de Meio Ambiente⁵, com o propósito de:

- Fortalecer os Coletivos Jovens de Meio Ambiente já existentes, trazendo dicas, sugestões, propostas de organização, planejamento e gestão, que possibilitem o envolvimento e o engajamento de mais jovens na área socioambiental.

² Trata-se de uma sítileza de sentidos que propõe a construção da Agenda 21 no espaço da escola e, a partir dele, envolver a comunidade escolar e a do entorno. Não estamos falando da Agenda 21 da escola e nem da escola como algo fechado somente ao seu espaço interno, mas assumindo uma nova perspectiva de que a escola não se encontra fechada em si mesma, mas se integra com a comunidade do entorno, para melhorar a qualidade de vida de seu bairro e de seu município.

³ www.rejuma.cjb.net

⁴ Instituído pelo Decreto 4.281/2002 que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/1999, é composto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e pela Coordenação-geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.

⁵ Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-geral de Educação Ambiental. Brasília, 2005, 40 p. A versão eletrônica deste manual está disponível no endereço: www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/index.htm (na seção “Repertórios”).

- Estimular a criação de novos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos municípios brasileiros, de forma articulada com os Coletivos Jovens já existentes.

Este livro pretende colaborar com gestores públicos, técnicos, profissionais, pesquisadores, políticos e estudantes, interessados nas perspectivas sócio ambientais e da juventude. Ele está organizado em quatro capítulos, os quais foram elaborados de modo a diversificar visões sobre o tema e trazer percepções diferenciadas, mas complementares, propiciando assim, uma leitura mais integral e integrada possível.

No Capítulo 1, **“Panorama da Juventude Ambientalista”**, o leitor poderá conhecer um pouco mais sobre o perfil dos jovens já engajados e atuantes na área socioambiental, por meio dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, os CJs. Esse capítulo foi elaborado pelos organizadores deste livro, e traz informações relevantes como: quais são as concepções de meio ambiente desses jovens; quais foram os fatores que motivaram o seu envolvimento na área, suas potencialidades e dificuldades. Além disso, busca ainda, vislumbrar suas identidades. Essas informações foram levantadas por meio de um questionário disponível entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, na Internet, páginas institucionais do MMA, do MEC e do Sibes⁶. Ness capítulo, há também algumas conexões feitas entre os dados desta pesquisa com outras sobre meio ambiente e juventude, como forma de consolidar um panorama mais amplo e integrado com outras abordagens e mapeamentos anteriores que, embora não focassem especificamente no tema juventude e meio ambiente, trazem importantes elementos para o debate.

O Capítulo 2, **“Visões sobre os Jovens”**, foi organizado a partir de artigos de profissionais da área ambiental e tecem reflexões sobre o tema. Alguns deles atuam também na área de juventude, outros se manifestam timidamente sobre ela. São contribuições relevantes *sobre e para jovens*, vindas de pessoas oriundas do movimento ambientalista, com diferentes concepções e atuações, cujo envolvimento com juventude se deu e se dá de diversas maneiras. O eixo orientador desses artigos é o aporte de experiências que podem contribuir para a formulação, implementação, avaliação e ou revisão de políticas públicas *de, para com juventudes* nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. Todos esses textos reiteram a importância do diálogo entre as gerações e de como as diferentes gerações podem compartilhar experiências e construir conhecimentos de forma conjunta e não sectária, especialmente na área socioambiental.

Ainda neste capítulo, propositalmente construído para reforçar a diversidade que existe na área, o leitor poderá encontrar informações e referências variadas.

⁶ Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – Sibe: www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm

Tal diversidade implica em muitas situações percebidas em um debate de idéias e de formas de atuação que colaboram para enriquecer, aprofundar e qualificar o mesmo. O propósito de oferecer esses artigos não era o de trazer uma única e homogênea visão, mas sim, o de mostrar diferentes abordagens e amplificar esses olhares para o leitor. Cabe salientar ainda que as opiniões expressas nos artigos, não refletem necessariamente os pontos de vista do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, MMA e MEC, e das instituições parceiras desta publicação.

Através da trajetória da história de uma jovem, Alice, o texto poético de Michéle Sato nos convida a viajar em questões *de fundo* para quem atua no movimento ambientalista – preocupações, inquietações e filosofia de vida – e em especial, com educação ambiental. Sua personagem “mais que real” persevera sem perder a esperança no processo conflituoso de construção de sociedades sustentáveis e de um mundo mais justo e solidário, colocando toda a sua energia e vitalidade da juventude nessa luta.

O artigo de Isabel Carvalho trata do processo de constituição do sujeito ecológico, a partir de uma leitura política do campo ambiental. Procura perceber como os jovens têm, historicamente, se envolvido e participado desse processo até o momento. Trata-se de uma importante contribuição de uma educadora e pesquisadora ambiental que vem refletindo sobre a constituição do *sujeito ecológico*, buscando perceber as interfaces desse processo com a juventude.

O artigo de Agripa Alexandre propõe uma tipologia das diferentes correntes políticas do movimento ambientalista brasileiro, procurando identificar as diferenças de concepções e de atuação das organizações ambientalistas nas regiões no país. É uma contribuição sucinta e exploratória dos diversos ambientalistas e ecologistas do país, que facilita as juventudes a percebê-los e a se posicionarem de forma mais segura nesse processo.

A questão do ‘Protagonismo Juvenil’ e suas interfaces com a questão ambiental é tema do artigo de Jacqueline Guerreiro. Ela parte de algumas experiências vivenciadas no Rio de Janeiro e, a partir delas, enuncia alguns elementos e diretrizes gerais para ações e projetos nessa área. Ela mostra como o tema é discutido e trabalhado por alguns Centros de Educação Ambiental – CEAs brasileiros, com destaque para experiências daquele estado.

O artigo de Kelma Matos aborda os Coletivos Jovens como espaços de atuação e de envolvimento de jovens com a temática ambiental. Ela dialoga com as informações levantadas pela pesquisa com membros dos Coletivos Jovens, capítulo 1, estabelecendo relações com outros autores e obras de referência e enfocando a questão da juventude rural.

Ondalva Serrano, em sua visão de Gaia, busca ressaltar que o planeta Terra é um organismo vivo, dinâmico, complexo e em formação. Dessas características,

ela destaca como a realidade complexa e suas diversas dimensões, é percebida pelo ser humano e pelos jovens e como eles se relacionam com ela. A juventude deve, segundo ela, ser incluída em processos de construção do coletivo comunitário local e regional, para que cada vez mais, tenham-se cidadãos éticos e comprometidos com a sustentabilidade local e planetária.

Já Paula Brüger, aborda o poder de impacto sobre o planeta que o ser humano adquiriu ao longo da sua breve história de existência, discutindo as diferentes formas de relacionamento sociedade/natureza. A autora resgata alguns mitos sobre relações supostamente harmônicas ou destrutivas com a natureza e mostra como a educação ambiental pode contribuir para a viabilização de “um outro mundo possível”. A juventude se encontra nesse meio, percebendo e contestando conquistas, histórias e tradições, ao passo que é exposta a novas manias, modas e comportamentos impostos pelas forças de mercado da sociedade globalizadora.

O artigo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR aborda a relação entre Juventudes e Diversidade, enfocando os temas a partir de uma abordagem plural. Relaciona esta temática com a questão socioambiental, apontando perspectivas e ações participativas em curso. Avança ao estabelecer conexões entre três temáticas complexas e afins – Diversidade Étnico-racial, Meio Ambiente e Juventude.

Finalizando o capítulo 2, o artigo de Philippe Layrargues trata da proposta da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS” e a percepção dos jovens brasileiros diante da intensa discussão no Brasil e na América Latina sobre os princípios e interesses dessa proposta das Nações Unidas. Em uma enquête realizada durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental realizado em novembro de 2004, em Goiânia – GO, verificou-se que o público jovem de até vinte nove anos, está mais aberto a mudanças do vocábulo “Educação Ambiental – EA” para “Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS”, que os educadores ambientais brasileiros e latino-americanos. Alheios a uma possível perda da criticidade, do acúmulo histórico e da radicalidade na área, mas abertos ao potencial de novos rumos, novas abordagens, o autor enfatiza o risco de retrocesso no processo histórico da educação ambiental, desconsiderando a criticidade e os avanços alcançados e mostrando porém, que as possibilidades estão abertas e o futuro, incerto.

O capítulo 3, **“Visões dos próprios jovens”**, traz textos escritos por jovens atuantes na política ambiental, os quais compartilham visões, concepções e maneiras de se envolver e de “por a mão na massa”. São jovens de diferentes regiões, com diferentes trajetórias de vida que adentraram na área por vias de acesso variadas. Esss jovens membros dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma e ou de organizações

diversas, ONGs, OSCIPs, Movimentos e etc., trazem visões diversificadas em relatos de experiências e realizações e em suas reflexões, inquietações e perspectivas.

A proposta inovadora deste capítulo procura trazer olhares dos próprios jovens junto com o pensamento de especialistas da área. Ao fazê-lo, assumimos o ônus de oferecer, de forma sistematizada, reflexões de sujeitos em plena fase de ebulição de idéias e de percepções, e que, portanto, merecem uma leitura menos rígida. Ao trazer visões de jovens “de verdade”, que vivem e atuam no presente e não no futuro e buscam ultrapassar o tão banalizado protagonismo juvenil, assumimos também o ônus de buscar inovar.

Por um lado, os artigos deste capítulo suscitam questões relevantes como as diferentes posturas sobre a temática “juventude e meio ambiente”, os recortes diferenciados construídos a partir de trajetórias pessoais, repertórios de saberes, experiências, habilidades variadas, idades, origens e momentos de vida distintos. Por outro lado, eles nos apontam pistas para outras publicações com novas abordagens sobre o tema e permitem visualizar as lacunas existentes na área e na atuação dos jovens que nela se encontram envolvidos.

O artigo de Aline Ferreira, RJ, aborda o processo de construção da Carta da Terra, resgatando sua importância no contexto da questão socioambiental no planeta e informando sobre o que a Carta traz de conceitos e princípios.

Ao lançar um olhar sobre processos de organização juvenis, Angélica Rocha, PE, aponta algumas dimensões importantes para a gestão e fortalecimento desses grupos. Alguns desafios são identificados, sendo mostrado como que a partir do debate e da reflexão sobre eles, essas organizações podem enfrentá-los com mais força.

O artigo de Gustavo Bettega e Joyce Moretti, PR, aborda o papel dos jovens na conservação da natureza, enfatizando a necessidade de formação na área e de articulação entre jovens.

Já o texto de Márcio Santos e Regina Freire, TO, enfoca a questão da Agenda 21, sua concepção e seu processo de construção. Parte da realidade da Agenda 21 escolar e de como ela pode colaborar no envolvimento da comunidade escolar na tarefa de construção de novos caminhos para o planeta.

Mariza Goulart, RJ, discute o paradigma do materialismo à luz da ecologia social, apontando para a crise ambiental e os desafios do seu enfrentamento por parte da sociedade.

Um olhar sobre as correntes do movimento ambientalista é o foco do artigo de Mateus Barreto, PE, que procura identificar e apontar possibilidades e perspectivas para os jovens que estão se inserindo neste movimento.

O texto de Pedro Piza e Andréia Andriguetto, SP, aborda mecanismos de informação e participação existentes e voltados para jovens na área ambiental, sob a ótica do direito.

Um texto escrito a várias mãos e organizado por Camila Godinho, BA, conta a história do Coletivo Jovem da Bahia, chamado de “Pegada Jovem”, desde sua criação até seu momento atual, um processo de atuação e engajamento socioambiental.

Já o artigo de Renan Gonçalves, RR, enfoca o potencial de contribuição dos jovens à temática socioambiental e à construção de políticas públicas. Trata-se de uma visão de um jovem atuante na região amazônica, apontando para o potencial que os jovens têm para construir políticas públicas mais democráticas e sustentáveis.

Outro artigo coletivo de Carolina Campos, Frederico Pecorelli, José Patrício Lustosa e Márcia Magalhães, MG, aponta as perspectivas e desafios colocados para a contribuição dos jovens na construção de sociedades sustentáveis. Os autores propõem o refrão “nem à esquerda, nem à direita, para frente. A juventude pelo Meio Ambiente”.

Já o artigo de Thiago Mendes, BA, discute o envolvimento recente da juventude no processo de construção de políticas públicas ambientais e seu engajamento junto ao ambientalismo. Reforça a idéia do “*Hot Spot do Amor*” como espaços de regulação e controle da problemática atual e sinaliza para a participação da juventude no processo de gestão ambiental no país de maneira articulada e integrada a outros sujeitos e organizações da sociedade.

O texto de Sabrina Amaral, Graziela Rinaldi e Márcio Marmitt, integrantes do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, discorre sobre o processo de criação de 32 coletivos jovens no estado, como estratégia de descentralização e capilarização das ações de jovens na área ambiental. Os autores resgatam também o processo histórico de formação do movimento ambientalista no estado e como se deu a articulação dos jovens nesse processo.

Já o artigo de Wagner San, membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, traz uma visão poética sobre a parceria entre juventude e a questão socioambiental, apontando para a necessidade dos jovens atuarem como agentes de transformação num campo de conflitos e disputas. A sustentabilidade poderá ser construída a partir do sonho, da dedicação à causa e da luta de cada jovem num mundo de contradições.

Por fim, o texto de Rejane Fortes, Maila Eulário e Analu Vasconcelos, PI, traz um olhar avaliativo sobre a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, 2003 e sobre o Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, feito a partir da realidade do Piauí. Apontam para a importância dos jovens monitorarem e avaliarem políticas públicas em educação ambiental.

No capítulo 4, “**Conexões**”, o leitor encontrará uma proposta de construção de “pontes” entre os capítulos em uma tentativa de síntese dos grandes eixos e das características gerais apresentadas. Esse capítulo foi

elaborado pelos organizadores deste livro e propõe conexões que se podem tecer a partir de uma tessitura mais sistêmica do assunto, ainda que não se esgote nem se encerre a conversa. A postura adotada aqui é a de construção, implantação, e ou revisão de **políticas públicas**, já que essas são entendidas como importantes ferramentas para alavancar, de maneira ampla, a dimensão de sociedades sustentáveis junto à juventude, abrangendo a diversidade de regiões e segmentos de juventudes no país.

As pontes colaboram também para abrir perspectivas para a área, sinalizando novos horizontes e caminhos a serem trilhados e apontando para os desafios que deverão ser superados nesse processo.

Por fim, mais informações sobre outras obras e trabalhos de referência na área, contatos de todos os co-autores desta publicação e uma relação de sítios virtuais onde se pode *navegar* e estabelecer *conexões na e a partir da Internet* podem ser encontrados em **“Referências” e “Anexos”**.

Lembramos que as opiniões expressas nos textos e artigos não representam, necessariamente, a opinião do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, mas constituem um mosaico de *olhares* sobre o tema, o qual ajuda a perceber visões amplas sobre ele. Cada co-autor deste livro foi estimulado a escrever e o fez de maneira voluntária, como uma contribuição a um tema emergente. Por ser esse, um tema novo e crescente e por necessitar de *olhares* mais atentos e urgentes diante do fantástico potencial de mobilização e de engajamento de jovens, o que certamente carece de uma compreensão mais aprofundada, há que se dar maior importância a seu estudo. Deseja-se uma boa leitura!



CAPÍTULO 1

PANORAMA DA JUVENTUDE AMBIENTALISTA

Fábio Deboni

Soraia Mello

fabio.deboni@mec.gov.br

soraiamello@mec.gov.br

Educadores Ambientais, técnicos da Coordenação-Geral
de Educação Ambiental (CGEA – MEC).

*“se sou eu ainda jovem
passando por cima de tudo
se hoje canto essa canção
o que cantarei depois?” – Ira!*

A pesquisa “Perfil e Avaliação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente” foi uma iniciativa do governo federal, por meio dos Ministérios da Educação – MEC e do Meio Ambiente – MMA, elaborada com o apoio do grupo articulado da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA e a participação nacional da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA. Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo realizado com integrantes dos então chamados “Conselhos Jovens – CJs” de todas as unidades federativas no período de dezembro de 2004 a janeiro de 2005.

Após esse período, os Conselhos passaram para uma nova identidade de **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**, por entenderem que o movimento se ampliou e se engajou para além da organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Os CJs foram um meio inicial de se garantir a participação da juventude na organização de todo o processo da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e na mobilização e participação nas políticas públicas da área, com voz e voto nas tomadas de decisão. Garantiram também, a

coerência com uma Conferência de jovens, com os próprios jovens e para os jovens, e ainda, a interação e parceria entre jovens e as instituições que compunham as comissões organizadoras nos estados. Dessa forma, buscava-se desde o início, com essa ação, o seguinte:

- Adensar a temática socioambiental junto a organizações de juventude que atuam com meio ambiente;
- Inserir a pauta ambiental no âmbito de inúmeras organizações de juventude;
- Fortalecer a temática “juventude” junto aos fóruns e às organizações da área ambiental, como as redes de educação ambiental, as entidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, as CIEAs, dentre outras;
- Mobilizar e fortalecer a atuação dos jovens na Conferência Nacional do Meio Ambiente, versão adultos, elegendo-se como delegados e delegadas e inserindo propostas e temas de seu interesse nesse debate.

A idéia desses Coletivos Jovens se configura em um interessante movimento de envolvimento e na organização de jovens num processo de engajamento e atuação junto às questões sócio ambientais. Além de envolver os que já atuavam na área ambiental, os CJs podem favorecer a “chegada” de outros jovens nesse processo, por exemplo: aqueles que já ouviram falar sobre meio ambiente, mas que ainda não sentiram vontade de se envolver com esse assunto.

Entende-se por **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**, grupos informais que reúnem jovens representantes, que podem ser ou não de organizações e movimentos de juventude e que tenham como objetivo, o envolvimento com a questão ambiental e o desenvolvimento de atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e à qualidade de vida. Esses Coletivos são como redes locais que dentre outras ações e realizações, articulam pessoas e organizações, circulam informações de forma ágil, pensam criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejam e desenvolvem ações e projetos, produzem e disseminam propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, dentre outras ações e realizações.

Os três princípios orientam a atuação desses Coletivos Jovens:

- **Jovem educa Jovem.** Á luz desse, assume-se claramente o papel de protagonista dos jovens como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não num futuro próximo como muitos argumentam. Assume-se ainda que o processo educacional pode e deve ser construído a partir das experiências dos próprios jovens, por meio

de “Comunidades de Aprendizagem”. Esse conceito representa que um determinado grupo de pessoas, no caso o próprio CJ, pode se assumir como uma comunidade que atua aprendendo e que aprende atuando, sem necessariamente depender de agentes externos para tutorar ou conduzir esse processo.

- **Jovem escolhe Jovem.** Por esse princípio, demarca-se que são os próprios jovens os mais indicados para tomarem decisões relativas aos processos de escolha, sem a interferência de indivíduos e ou organizações do chamado “mundo adulto”. O princípio do “Jovem Escolhe Jovem” é um bom exemplo de exercício cotidiano do espírito de protagonista que o coloca no centro da tomada de decisões, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para que este princípio seja exercitado, ele requer que os jovens experimentem nas suas práticas, maturidade⁷ e capacidade de demonstrar que são capazes de realizar, de implementar, de agir, de construir, de fazer acontecer e de executar seus projetos de interesse.
- **Uma geração aprende com a outra.** Toda a atuação social e a causa à qual ela se remete, encontram-se dentro de um processo histórico. Quem embarca em algum engajamento em prol da vida, do planeta e da humanidade, sempre está, de alguma maneira, dando continuidade a um processo acumulado por diversas outras pessoas ao longo de anos. Os novos “tripulantes” trazem sempre novas idéias, conhecimentos e percepções que inovam esse processo, enquanto os antigos possuem um acúmulo de experiências que é fundamental, especialmente para que os que chegam não precisem “reinventar a roda”. Sendo assim, afirma-se que as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender. Este diálogo é um aspecto fundamental para fortalecer os movimentos em prol do meio ambiente e quaisquer outras causas.

A pesquisa:

A intenção de realizar uma pesquisa era a de reunir subsídios para a elaboração de políticas públicas federais, estaduais, distritais e municipais, para o fortalecimento de Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Todos os vinte e sete CJs permaneceram em atividade após o término da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em 2003. Atualmente eles são parceiros de programas federais, como o “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, (MEC), o Programa “Juventude e Meio Ambiente” e a II Conferência

⁷ Referência de não ser apenas um sinônimo de idade, mas como espírito de vida, comportamento, atitude etc.

Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e realizam ações próprias de mobilização, colaboram em projetos de organizações em seus estados e estão articulados à Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA.

Para a pesquisa foi utilizado um questionário ‘semi-estruturado’ que ficou disponível no sítio do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental – SIBEA, entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005. A coleta de dados foi realizada especificamente no período de 17/12/2004 a 10/01/2005. Entre os dias 19 e 24/11/2004 foi realizado o pré-teste com cinco jovens da REJUMA que participam da equipe de facilitação nacional da REBEA, o que permitiu ajustes no formulário final. A pesquisa foi divulgada de forma direcionada a integrantes dos Coletivos Jovens, por meio de:

- Videoconferência realizada no dia quinze de dezembro de 2004, cuja pauta era a II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e que contou com a participação de membros dos Coletivos Jovens de vinte e quatro estados;
- Convite eletrônico para a lista da REJUMA e para um jovem de cada Coletivo Jovem estadual, participante do programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” e Jovens Formadores I, reforçado por telefonemas subsequentes;
- Chamada nos sítios virtuais do MEC e do MMA.

Imediatamente após o encerramento da pesquisa em 10/01/2005, os dados começaram a ser tabulados e sistematizados, por meio do uso do excel como programa base. As respostas às perguntas abertas foram sistematizadas segundo o critério da similaridade no discurso, enquanto que as questões de múltipla escolha foram tabuladas quantitativamente. No processo de tabulação dos dados observou-se que havia respostas de dois grandes grupos, dos integrantes dos Coletivos Jovens e dos não integrantes. Esses últimos, não estavam inicialmente previstos para participar da pesquisa, por se tratar de uma análise direcionada. Isso ocorreu por causa da chamada existente nos sítios virtuais do MEC e do MMA, aberta para a pesquisa, que contribuiu para atrair pessoas interessadas no assunto, mas que não eram integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Por outro lado, à constituição desses dois blocos foi importante para fornecer à pesquisa um parâmetro de referência, considerado aqui como “testemunho”. No processo de análise de algumas questões, em especial de questões abertas, percebeu-se notáveis diferenças de visões e concepções entre esses dois blocos da amostra, como será discutido adiante.

Participaram da pesquisa, duzentas e quarenta e uma pessoas, sendo cento e sessenta e uma, integrantes dos Coletivos Jovens e oitenta, “não membros” desses grupos. Apenas o estado de Roraima não teve nenhuma resposta em ambos os grupos. Os demais tiveram pelo menos um representante respondendo à pesquisa, como se pode observar na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Relação de participantes da pesquisa por UF
(em ordem alfabética pela unidade federativa - UF)**

N. Participantes da Pesquisa		
Unidade Federativa (UF)	Coletivo Jovem	Não Coletivo Jovem
AC	27	0
AL	3	2
AM	9	0
AP	2	1
BA	8	4
CE	6	1
DF	2	3
ES	4	1
GO	5	1
MA	12	1
MG	4	7
MS	11	0
MT	9	4
PA	4	2
PB	5	3
PE	1	2
PI	10	0
PR	3	3
RJ	4	3
RN	6	4
RO	2	1
RR	0	0
RS	0	3
SE	2	0
SC	3	0
SP	16	34
TO	3	0
TOTAL	161	80

Perfil dos Coletivos Jovens.

A pesquisa permitiu o levantamento de informações e dados relevantes para um maior conhecimento do perfil desses Coletivos Jovens de Meio Ambiente. O relatório completo da pesquisa com todos os gráficos, tabelas e figuras está disponível nos endereços:

- <http://portal.mec.gov.br/secad/> – o arquivo “Resultados da Pesquisa: Perfil dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente” pode ser conectado no lado inferior direito da tela.
- <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm> – o arquivo pode ser conectado em “Pesquisa para Conselho Jovem” no menu inferior esquerdo.

Neste capítulo opta-se por trazer um panorama geral com as principais questões relativas a este “perfil”, o qual é identificado pelas seguintes características:

- Sexo;
- Faixa etária;
- Cor ou raça;
- Nível de escolaridade;
- Região de origem;
- Tipo de comunidade;
- Relação capital x interior;
- Atividades exercidas;
- Rendimento familiar;
- Concepção de “meio ambiente”;
- Motivações para atuar com o tema.

Ao fazer um rápido apanhado desses tópicos, percebeu-se que os jovens participantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente apresentam algumas características que qualificam seu “perfil”:

- Leve predominância de mulheres, 56% contra 44%;
- Faixa etária bastante jovem: a grande maioria, 85%, tem entre 14 e 25 anos. Há predomínio de jovens com idade entre 18 a 21 anos, 44%;
- Maioria se declara pardos, 55%;
- Apresentam bom nível de escolaridade; a grande maioria, 97%, tem pelo menos o Ensino Fundamental concluído. Um terço tem o Ensino Médio concluído, seguido de um terço com curso superior, também concluído;

- Maioria concluiu o Ensino Médio em escola pública, 80%;
- Predomínio de respostas à pesquisa de jovens das regiões Nordeste, 34%, e Norte, 31%;
- A grande maioria é urbana, 95%. Dos 5% rurais, há indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e jovens de assentamentos;
- Predomínio de jovens de capitais, 62%, mas com boa presença de jovens de municípios do interior, 38%;
- Um terço exerce atividade informal e, 39%, cursam universidade;
- A maioria dos jovens, 51%, pertence a famílias de baixa renda, com ganho de até cinco salários mínimos mensais.

Ao resgatar e sintetizar esse “perfil”, percebe-se que o jovem ambientalista integrante dos CJs é, preferencialmente, mulher urbana e da capital, tem idade de até vinte e cinco anos, sendo de cor parda, classe média e média-baixa, com renda familiar de até cinco salários mínimos mensais. Apresenta-se com bom nível de escolaridade e estudou em escola pública.

Como foi identificado, essa caracterização do jovem ambientalista não é exatamente o mesmo perfil do ambientalista brasileiro, conforme identificado por Crespo, 2003. Enquanto o perfil do jovem tende aos segmentos mais populares, o outro remonta a classe médio alta, com renda familiar boa e coloração parda. É possível identificar um processo de mudança de perfil dos militantes do movimento ambientalista brasileiro, a partir do perfil do jovem ambientalista?

Essa mudança já poderia ser entendida como desdobramentos das políticas, programas e ações mencionadas? Que fatores têm colaborado para essa mudança? Esses jovens ambientalistas poderão ajudar a tornar a temática socioambiental mais popular no Brasil?

Identificar o perfil é importante para conhecer os sujeitos com os quais as políticas devem, não só impactar, como também dialogar. São pessoas com visões de mundo, percepções, valores, atitudes e idéias sobre as questões sócioambientais também variadas e que, a despeito do senso comum, que reafirma serem elas consideradas como sendo a “geração do futuro”, presenciam e intervêm na realidade do momento atual. Se for verdade que podem ocupar novos espaços num futuro próximo, é também verdade que podem, e já vêm atuando na área, em tempo presente. Cabe, entretanto, questionar:

- Como os membros não jovens do movimento ambientalista têm percebido a chegada desses novos sujeitos?
- Há espaços para a participação efetiva dos jovens no processo de gestão ambiental no Brasil de hoje?
- Como os jovens podem conquistar esses espaços e levar até a seu grupo, propostas factíveis, consistentes e exeqüíveis?

- Qual é o grau de interferência e de decisão que esses jovens têm nesses espaços, na atualidade?
- Quais as características que marcam a sua atuação?

Se a visão geral de que o movimento ambientalista, desde a sua clara emergência nos anos 60, até os dias atuais, envelheceu, tanto em termos de idade dos seus membros, quanto de sua abertura a novas idéias e sujeitos, como essa “geração do futuro no presente” pode contribuir para arejar o movimento?

Há espaço e condições para que isso aconteça?

Retomando características relativas ao perfil dos jovens ambientalistas, duas questões merecem ser discutidas com maior profundidade. A primeira se refere à percepção a respeito do tema meio ambiente e a segunda às motivações que levam os jovens a se envolverem com o tema.

Com relação à primeira questão, identificou-se considerável diferença entre os dois blocos da amostra. Naquele grupo de integrantes dos Coletivos Jovens, observou-se uma tendência de percepção do tema de maneira mais ampla e menos utilitarista, ao contrário do grupo “testemunho”.

A partir das respostas obtidas com a questão aberta, “o que é meio ambiente pra você?”, foi possível construir quatro categorias e trazer visões distintas sobre o tema. As categorias foram criadas a partir de adaptações do trabalho de Tamaio, 1996, que identificou quatro classes de compreensões sobre o tema meio ambiente: romântica, utilitarista, generalista e socioambiental.

O autor realizou um estudo com estudantes do Ensino Médio na periferia de São Paulo, e a partir dele, propôs as quatro classes de visões sobre meio ambiente. Ao traçar um paralelo entre elas, as categorias e classes propostas nessa pesquisa, pode-se identificar correlações interessantes, de acordo como quadro a seguir.

Categorias TAMAIO (1996)	Categorias Pesquisa “Juventude e Meio Ambiente”
Socioambiental	Visão integradora
Utilitarista	Visão utilitarista
Romântica	Visão naturalista / Preservacionista
Generalista	Visão generalista

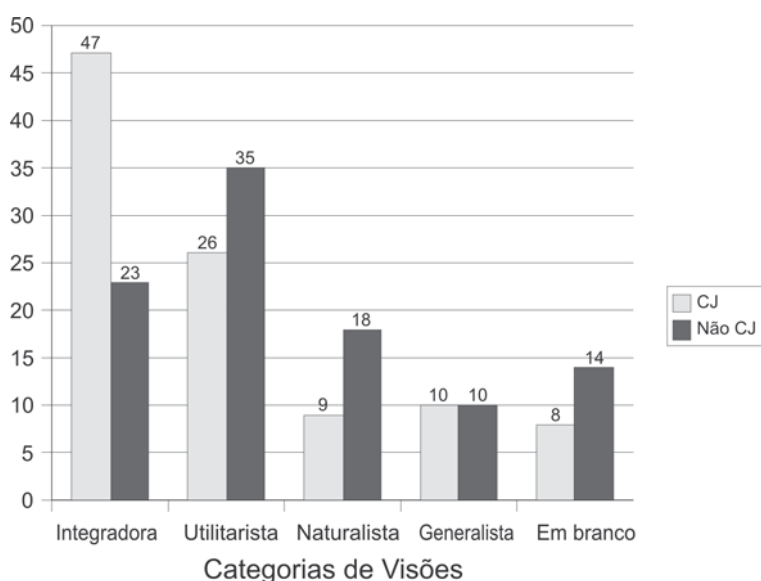
Este quadro indica correlações entre a categorização proposta e as classes. Cabe ressaltar que qualquer forma de categorização é uma tentativa de sistematizar fenômenos e acontecimentos da sociedade e deve ser encarada como um esforço didático para o melhor entendimento de determinada realidade, e não como um conjunto de categorias estanques e encerradas em si mesmo.

As quatro classes propostas pela pesquisa realizada com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, com uma breve caracterização de cada uma foram:

- **Visão integradora.** Por essa visão, entende-se que meio ambiente é o conjunto de elementos “bióticos” e “abióticos”, incluindo os seres humanos e suas manifestações, produções e construções. Entende-se também que essa visão é a mais avançada e sintonizada com concepções da chamada educação ambiental crítica, emancipatória, política e que visa transformações culturais e sociais profundas.
- **Visão Utilitarista e Antropocêntrica.** Aqui, o ser humano, sendo que na maioria dos casos a expressão “homem” predomina, é apontado como o elemento central na concepção de meio ambiente. Parte-se então, de uma compreensão na qual os recursos naturais precisam de cuidados porque servem de sustentação e suporte à vida humana. Por se entender que o meio ambiente precisa ser protegido por uma questão ética, independentemente da relação que os seres humanos estabelecem com ele, a referida dimensão, por exemplo, não está nessa categoria,.
- **Visão Naturalista/Preservacionista.** Nesse entendimento, os seres humanos não são incluídos na compreensão de meio ambiente. Sabe-se que há diferenças entre os termos, mas eles guardam entre si a característica de se desconsiderar o elemento humano e suas manifestações e produções no ambiente, que remetem à compreensão do ambiente natural intocado (fauna, flora e mata virgem).
- **Visão Generalista.** Nessa visão, entende-se que “meio ambiente” envolve dimensões muito amplas, dentre elas a espiritual, ressalta-se a importância da vida, dos sistemas vivos e do universo como um todo. No entanto, a mesma se torna muito ampla e genérica, não trazendo elementos críticos, sociais e políticos, desconsiderando os conflitos presentes na relação sociedade/natureza e sociedade/sociedade. Por ser tão generalista, essa visão não contribui para a construção de um foco numa atuação política pedagógica transformadora.

O quadro e o gráfico a seguir apontam para a diferença de percepção sobre o tema meio ambiente dos dois grupos pesquisados, ou seja, de participantes dos CJs e de não participantes, respectivamente denominados de CJ e Não CJ.

Categorias de Visões	Integrante do Coletivo Jovem (em %)	Não CJ (Testemunho) (em %)
Integradora	47	23
Utilitarista / Antropocêntrica	26	35
Naturalista Preservacionista/	9	18
Generalista	10	10
Resposta em branco	8	14



Percepções sobre o tema “Meio ambiente” dos dois grupos pesquisados (CJ e Não CJ)

Das quatro classes propostas, e considerando a categoria “em branco”, algumas questões podem ser levantadas a partir dos dados expostos acima:

- Há considerável diferença nos percentuais de cada classe dos dois grupos da pesquisa, integrantes dos Coletivos Jovens e do grupo “testemunho”.
- Quase a metade dos jovens integrantes dos CJs, 47%, considera o “meio ambiente” a partir de uma visão integradora, contra somente 23% do outro grupo de jovens não participantes desses Coletivos, que são por consequência, menos familiarizados com o tema.

- No grupo “testemunho”, a Visão Utilitarista é a mais presente, 35% da amostra, contra 26% do outro grupo, que comungam com essa mesma visão. Jovens menos familiarizados com o tema tendem a percebê-lo a partir de uma ótica utilitarista e antropocêntrica e não conseguem identificar outros elementos e outras dimensões nessa compreensão de “meio ambiente”.
- A chamada Visão Naturalista/Preservacionista está mais presente no grupo “testemunho”, sendo 18% a mais do que no grupo dos CJs, que é de 9%. O quadro, pode também ajudar a explicar a maior criticidade que esses últimos têm sobre o tema. Somente 9% dos membros dos CJ entendem que o “ser humano” não está inserido na concepção de “meio ambiente”. Visão naturalista.
- A visão generalista aparece com percentual na casa dos 10% em ambos os grupos pesquisados. Ela aponta para dimensões espirituais e ecumênicas, fazendo sintonia com a questão da subjetividade, mas não se conecta com as dimensões sociais e políticas. Esses dados demonstram que dentre os jovens, independentemente de serem do CJ ou não, nota-se uma tendência menor de se considerar o meio ambiente como algo sagrado do que em outros segmentos da sociedade.
- Chama a atenção, por fim, o percentual de respostas “em branco” sobre essa questão. Enquanto apenas 8% de integrantes dos Coletivos Jovens a deixaram em branco, no grupo “testemunho”, essa marca foi quase o dobro, 14%, demonstrando que há mais insegurança e menos acúmulo sobre o tema no segundo grupo. Pode-se inferir daí, que os CJ têm contribuído não só para engajar jovens na área ambiental, mas também para estimulá-los a perceber e a debater o tema, consolidando assim, conceitos e pensamentos.

Questões como essas apontam para a evolução da compreensão que os jovens têm sobre o tema e como os chamados “Coletivos Jovens de Meio Ambiente” têm contribuído para acelerar esse processo, sem deixar de lado a criticidade e inter-relação entre áreas tão necessárias e fundamentais nesse caso. Os dados levantados pela pesquisa podem ser cruzados com outras duas importantes pesquisas afins, que abordaram respectivamente as áreas de “meio ambiente” e de “juventude” sendo:

- a) A série histórica coordenada pelo Iser – Instituto de Estudos da Religião, (Samyra Crespo), intitulada “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” realizada em 1992, 1997 e 2001;
- b) Projeto Juventude coordenado pelo Instituto Cidadania e realizado em 2003.

Com relação ao primeiro estudo, Crespo (2003) afirma que embora se perceba uma evolução na concepção ambiental no país, os brasileiros ainda tendem a considerar “meio ambiente” como sinônimo de fauna e flora, sem considerar os seres humanos nessa compreensão. Nessa série histórica, a autora identificou que a cor, o sexo e a religião não se apresentaram, senão pontualmente, como fatores determinantes nessa percepção. Já a idade foi identificada como um fator relevante na mudança de percepção sobre o tema. Nesse caso, percebeu-se que os mais jovens, com idade entre dezesseis a vinte e dois anos, e os mais velhos, com idade acima de cinquenta e cinco anos, tendem a se interessar menos pelo tema, embora tenha se identificado uma tendência de mudança nesse panorama junto aos mais jovens. São os mesmos jovens que declaram estar mais dispostos a ajudar em trabalhos voluntários e até mesmo dar apoio financeiro a projetos e ações ambientais.

Ainda sobre essa pesquisa, Crespo (2003) pondera que “meio ambiente” é considerado no país como assunto da elite, não sendo tratado como prioridade pelos brasileiros de um modo geral. Ligado a isso, identifica-se que o perfil do ambientalista brasileiro, ou simpatizante, é homem ou mulher, com idade entre vinte e dois e quarenta e cinco anos, com alta escolaridade e formação superior incompleta ou mais, morador de centros urbanos e que se mantém informado sobre o tema pela TV.

Ao olhar para este perfil identificado pela autora, percebe-se que ele é um tanto quanto distinto do perfil traçado pela pesquisa feita com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Se há semelhanças quanto ao equilíbrio de gênero e à procedência urbana, há diferenças claras no tocante à classificação social desses “novos ambientalistas”. Eles não advêm da classe média ou das elites brasileiras, mas emergem das classes mais populares, talvez pelo fato de estarem potencialmente mais expostos aos problemas sócioambientais como áreas de risco, enchentes, desabamentos, dentre outros. Um fator relevante nesse perfil parece ser a questão da escolaridade. Nessa rápida comparação se observa que o tema vem cada vez adentrando nos Ensinos Fundamental e Médio, saindo do gueto da academia e “provocando” níveis de escolaridade anteriores.

Aliado a isso, merece destaque uma recente pesquisa realizada pelo INEP/MEC⁸ que identificou que a universalização da educação ambiental no Ensino Fundamental do país é uma realidade, alcançando índices na faixa dos 95% da população. A continuidade dessa pesquisa procurará levantar “qual” educação ambiental vem sendo realizada nas escolas.

⁸ Intitulada de “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”

– INEP

– MEC, 2005. Mais informações no sítio: www.inep.gov.br

Pode-se então concluir que um resultado relevante que já pode ser observado diz respeito à adesão de jovens oriundos de classes sociais menos favorecidas ao movimento ambientalista, o que pode contribuir para a popularização da questão ambiental no país. Entretanto, serão necessários novos estudos e um tempo maior de acompanhamento e análise para reforçar ou refutar com mais segurança essa hipótese.

Ao se mapear a forma como esses segmentos da juventude têm percebido e se apropriado do tema, encontra-se diferenças claras e preocupantes. Os dados do grupo “testemunho” se aproximam da percepção ambiental dos brasileiros que a série histórica do ISER levantou, ou seja, de uma visão que não considera o fator “ser humano” como componente do “meio ambiente”. No caso do grupo “testemunho”, percebeu-se também que há predomínio de uma visão utilitarista do meio ambiente. Ao observar os dados do outro grupo, de integrantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, percebeu-se que quase a metade, 46%, entende que os seres humanos estão inseridos no “meio ambiente”, mas sem ocuparem uma posição de privilégio ou de destaque. Esse grupo demonstra que já se nota uma evolução da percepção ambiental junto aos jovens ambientalistas brasileiros. Eles demonstram estar mais abertos a visões integradoras e sistêmicas e percebem que a temática ambiental não caminha descolada das questões sociais e políticas. Muitos destes grupos têm inclusive buscado enfatizar essa conexão por meio do uso do termo “socioambiental” em detrimento do “ambiental”, por considerar que este último não consegue demarcar a inter-relação do “meio ambiente” com as questões sociais, culturais, éticas e políticas.

Outro dado relevante apontado por Crespo (2003), refere-se à evolução da capacidade dos brasileiros em identificar espontaneamente um problema ambiental na sua cidade ou no país. A autora levantou em 1992 que 47% dos entrevistados não conseguiam identificar nenhum problema. Em 1997 eram 36%, já em 2001, eram 25%. Essa percepção sofre considerável mudança com o fator escolaridade. Quanto maior o nível de escolaridade, maior o potencial de identificação de problemas. Já no caso do fator idade, percebeu-se que entre os mais velhos, com idade acima de cinquenta e cinco anos, o percentual de pessoas que não conseguem identificar um problema ambiental é maior do que entre os jovens, com idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, respectivamente, 37% e 18%.

Em relação à questão relativa às motivações que levaram os jovens a se envolver com o tema “meio ambiente” a pesquisa feita com os Coletivos Jovens trouxe algumas informações interessantes. Observou-se que esse envolvimento se dá por diferentes motivos, sendo os principais apontados:

- Busca do ideal, co-responsabilidade com a comunidade, com o planeta, país, melhoria da qualidade de vida da sociedade. Esse motivo foi considerado por 33% dos participantes dos Coletivos Jovens contra 16% do grupo “testemunho”. Demonstra que os jovens já envolvidos com o tema têm uma percepção mais responsável com a questão, e sentem-se preocupados e comprometidos com a sua melhoria.
- Conscientização, percepção da falta de sensibilidade da sociedade em relação ao meio ambiente. Esse item alcançou marcas semelhantes nos dois grupos da pesquisa. Em ambos, cerca de um quarto, 25% dos jovens, afirma estar sensibilizado e conscientizado sobre o tema.
- Sobrevivência do planeta, preocupação com a preservação/conservação e com as futuras gerações. Nesse caso, há uma diferença clara entre os dois grupos. Enquanto apenas 9% dos integrantes dos CJ declararam esse motivo, no outro grupo alcançou a marca de 14%. Cabe salientar que essa preocupação tem um “quê” de instinto de sobrevivência humano.
- Influência de amigos, familiares e grupos. Apenas o grupo dos CJ mencionou essa resposta, representando 8% dos pesquisados. O outro grupo não citou esse como um motivo de envolvimento com o tema. Esse dado aponta para o potencial que os Coletivos têm para mobilizarem mais pessoas para a causa socioambiental.
- Paixão, amor e valores. Nesse caso, apenas o grupo “testemunho” respondeu com 14% dos pesquisados, afirmando ser a emoção pela defesa do “meio ambiente” o principal motivador para seu envolvimento com o tema.
- Em ambos os grupos, nota-se respostas “em branco”, com destaque para o “testemunho” que alcançou a marca de 16%, contra 9% do outro grupo. Isso pode significar que: a) as pessoas não atuam com o tema; b) elas não têm clareza do que as motivou atuar com o tema; c) elas tiveram dificuldade na compreensão da questão.

É possível estabelecer conexões entre esses motivos apontados pelos jovens da pesquisa, com dados levantados pela pesquisa coordenada pelo ISER e pela pesquisa do Projeto Juventude. Na pesquisa do ISER, as pessoas foram solicitadas a eleger um “*ranking*” de problemas que consideravam mais e menos sérios e, portanto, prioritários. O tema “meio ambiente” apareceu apenas na décima primeira posição, com apenas 4% de “votos”, enquanto que “desemprego” foi o primeiro, com 66%. Até mesmo entre o segmento mais escolarizado, o tema “meio ambiente” alcançou apenas a nona posição nesse “*ranking*”. A pesquisa concluiu que efetivamente o tema não é considerado como prioridade para a população brasileira na atualidade.

No caso da pesquisa do Projeto Juventude, merecem destaque três questões que têm interfaces com o tema meio ambiente:

- Mapearam-se os **assuntos que mais interessam** aos jovens no momento atual;
- Identificaram-se os **principais problemas** que preocupam os jovens na atualidade;
- Levantaram-se **questões que os jovens desejam discutir** com os pais, os amigos e a sociedade.

Com relação à primeira questão – temas de interesse – percebeu-se que “meio ambiente” não se encontra sequer, entre os quinze principais assuntos de interesse, aparecendo somente na categoria “outros”, com apenas 1% das respostas, enquanto “educação”, é o primeiro com 38% das respostas. Esses dados apontam claramente que os jovens brasileiros, em geral, não consideram que a questão ambiental seja um assunto interessante no momento. Esse fato pode estar relacionado à concepção que esses jovens têm sobre o assunto e também à relação que esse tema estabelece diretamente com esse público. É bem provável, nesse caso, que a questão ambiental ainda esteja passando longe dos jovens, ou seja, estabelece relações e conexões indiretas e frágeis com eles.

No tocante à segunda questão – principais problemas – observou-se que o tema “meio ambiente” aparece na décima terceira posição num “*ranking*” de prioridades, com apenas 2% das respostas. Percebe-se que se o tema não é considerado como um assunto de interesse, como vimos na questão anterior, ele é considerado como um problema, ainda que não esteja nem entre os dez mais prioritários. No rol de problemas prioritários, “segurança/violência” apareceu como o primeiro do “*ranking*”, com 55% das respostas. Os problemas mencionados, relativos à questão meio ambiente envolvem a falta de água, o desmatamento e a poluição. Aqui se pode estabelecer relações com a pesquisa do ISER, que identificou que o principal problema levantado pelos brasileiros, pensado em uma escala nacional, é o desmatamento e, em escala local, cidade e bairro, é o saneamento ambiental. Esse último, abrange a preocupação com a falta de água, citada pelos jovens na pesquisa do Projeto Juventude. Em ambos os casos, desmatamento e água, percebe-se que são assuntos mais presentes na mídia e que têm crescente apelo social. No caso da água, que tem forte interferência na vida das pessoas, a cobrança é mais intensa, ficando atrás de sua cobrança, a de esgoto, racionamento, tratamento e etc.

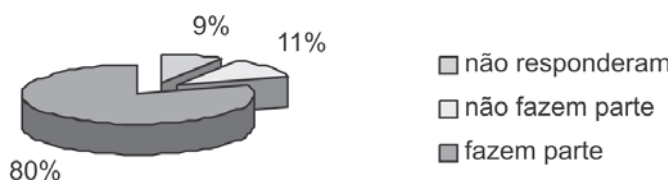
A terceira questão procurou levantar assuntos que os jovens desejam discutir com pessoas e grupos distintos. Com os amigos, pais e responsáveis e com a sociedade como um todo. No primeiro caso, amigos, percebeu-se que o tema “meio ambiente” é o nono assunto na ordem de prioridade, com 16% das

respostas. Com “pais e responsáveis”, o tema apareceu em décimo lugar, com 11% das respostas, e com a “sociedade”, o tema figurou na sexta posição, abarcando 26% das respostas. Percebe-se a partir desses dados, que há uma escala crescente para discutir o tema “meio ambiente”, partindo do meio familiar, décima posição, passando pelo círculo de amizades, nona posição, chegando à sociedade em geral, sexta posição. Cabe aqui, algumas indagações: por que os jovens não acham tão importante discutir o tema “meio ambiente” entre familiares e amigos, quanto o acham debatê-lo na sociedade como um todo? Por que o tema é mais relevante para a sociedade e menos para a família e amigos? Há alguma relação entre essa escala de importância e a percepção ambiental que esses jovens têm?

Ainda nessa terceira questão, a pesquisa do Projeto Juventude demonstrou que há uma tendência de as mulheres darem maior importância à discussão do tema “meio ambiente” do que os homens, tanto no caso da relação entre amigos quanto com a sociedade. Esse panorama se inverte apenas no caso do círculo familiar, quando os homens são mais responsáveis por levar a discussão com os pais do que as mulheres.

Envolvimento Social.

A pesquisa realizada com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente procurou identificar também o envolvimento social desse público com organizações sociais, suas áreas e formas de atuação e os motivos que o levaram ao envolvimento. O gráfico a seguir ilustra o grau de envolvimento social dos participantes dos CJ em outras organizações e movimentos.



Participação em movimentos e organizações sociais

- **Participação em organizações e movimentos.**

A maioria, 80% dos jovens integrantes dos Coletivos Jovens são membros também de outras organizações e ou movimentos. As ONG são as principais organizações de que esse público participa, 42%, seguido do movimento estudantil, 16%, e de organizações governamentais, 15%. Esses dados refletem o quanto o chamado “terceiro setor” vem se expandindo no país e como tem absorvido

jovens com objetivos de atuação social. Nota-se também a presença do segmento “estudantil”, envolvendo centros acadêmicos, diretórios de estudantes, grêmios, dentre outras agremiações congêneres. Percebe-se que essas instituições vêm perdendo espaço junto aos jovens brasileiros em geral, diferentemente do que ocorria no passado, quando organizações como a própria União Nacional dos Estudantes – UNE, foram importantes para a construção da história da democracia brasileira. Um argumento que pode ajudar a sustentar essa hipótese, refere-se à lógica de atuação e à forma de organização dos movimentos estudantis, que em geral, apresentam semelhanças com instituições político partidárias, as quais lançam mão de estratégias hierárquicas e disputas de poder, valorizando a oratória em detrimento da ação. Porém, o foco deste texto não é discutir essa questão, apenas o de tentar levantar hipóteses que facilitem o entendimento dessa realidade, identificada claramente pelo distanciamento e desinteresse dos movimentos estudantis pela pauta “ambiental” na atualidade⁹.

⁹ Por exemplo, a UNE criou recentemente, (2004/2005), uma diretoria de meio ambiente para tratar do assunto e realizou em julho de 2005, junto ao seu Congresso Nacional (Conune), o 1º Seminário de Juventude e Meio Ambiente, em Goiânia – GO.

- **Áreas de atuação, local e abrangência dessas organizações e movimentos.**

Com relação às áreas de atuação desses jovens em suas organizações e atividades, a pesquisa identificou:

Área/Tema	% (sobre o total de jovens que participa de organizações e movimentos)
Meio ambiente	94
Educação	82
Juventude	78
Cidadania	63
Cultura e lazer	57
Política	49
Direitos humanos	47
Esporte	35
Diversidade étnico-racial	33
Gênero	32
Empreendedorismo	30
Questão rural/campo	24
Espiritualidade/religião	17
Outros*	14

* **Outros:** comunicação, tecnologia, educomunicação, organização social, patrimônio público, pesquisa, festas, protagonismo, participação, recursos hídricos, turismo, urbanismo, saneamento, crianças.

Ao observar a tabela, percebe-se que os quatro temas principais são: meio ambiente, educação, juventude e cidadania, os quais justificam a escolha do tema desse livro “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente”. A abordagem da questão ambiental se dá a partir da ótica da educação ambiental e dessa forma, incorpora o tema “educação”, bastante trabalhado pelos jovens que fazem parte de alguma organização e ou movimento, além de participarem do Coletivo Jovem. Nota-se na tabela, que há uma considerável diversidade de temas abordados por esses jovens, envolvendo questões sócioambientais, políticas, espirituais, culturais, empresariais, dentre outras.

Com relação ao local e abrangência da atuação desses jovens que participam de outras organizações além do CJ, a pesquisa identificou que:

- A maioria das ações ocorre em áreas urbanas centrais, 75%, e na periferia, 70%. Também aparecem as comunidades ribeirinhas e caiçaras, 22%, e os assentamentos rurais, 17%. Como foi mapeado no perfil desses jovens,

suas ações refletem sua procedência majoritariamente urbana e com forte presença na periferia.

- Quanto à abrangência da atuação, observou-se que ela é principalmente local e municipal, 59%, seguida da estadual, 45%, e da regional, 40%, a nacional é de 25% e a internacional de 10%. Os dados refletem o potencial de ação de forma local, estadual e regional, podendo ser percebido que um quarto desses jovens afirmam atuar nacionalmente e um décimo, internacionalmente. Infere-se que essa atuação nacional pode ser feita por meio da participação e articulação na Rede da Juventude pelo Meio Ambiente, não sendo ela, porém, o único espaço para tal. Há jovens e organizações que participam de outras redes e coletivos, como o Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais – FBOMS, o Fórum da Amazônia Oriental – FAOR, o Conselho Nacional de Juventude, Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude, dentre outros.
- **Descrição dessa atuação.**
Embora a pesquisa tenha identificado uma certa diversidade das ações, há uma leve predominância de ações pontuais: 20% focadas na organização e na realização de eventos e ações de sensibilização, informação, conscientização, etc. Há ainda, ações de articulação e facilitação, 19%; de formação e capacitação, 16%; de elaboração, implementação, participação em projetos, 16%; estudos, pesquisas, apoio técnico, 16%; atividades de gestão, administração, coordenação e planejamento, 16%; e, de mobilização, 13%. Por fim, 14% não responderam ou apresentaram respostas vagas.
- **Porque desenvolve esse trabalho social.**
Sobre os motivos que levam os jovens a atuarem na área ambiental, percebeu-se que em geral se relacionam com questões de identificação e afinidade, 21%; de busca por sociedades sustentáveis, mais justas e com maior qualidade de vida, 21%; ser útil à comunidade, espírito altruísta, 18%; sensibilizar, promover mudanças, 16%; trocar experiências e construir novos conhecimentos, 12%. Deixaram essa pergunta sem resposta, 15% dos pesquisados. Os dados permitem observar que o tema “meio ambiente” apresenta considerável potencial de estabelecer afinidade com jovens e que os jovens que atuam nessa área apresentam um espírito altruísta e coletivo.

Coletivo Jovem – CJ

Buscou-se neste tópico, levantar informações gerais sobre o Coletivo Jovem, que permitissem caracterizá-lo de modo geral e perceber como os jovens envolvidos nesse espaço o enxergam e se relacionam com ele.

- **Como ficou sabendo do CJ.** Os dados levantados mostram que 26% dos jovens conheceram o Coletivo Jovem por meio do processo de organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2003, seguidos de 23%, que afirmaram ter ficado sabendo do Conselho por meio de amigos e colegas. Ainda, 19% responderam o ter conhecido por meio de instituições diversas, ONG, escola, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, universidade, dentre outras.
- **Porque se interessou pelo CJ.** Praticamente um terço, 29% das respostas, convergiram para os objetivos dos Coletivos Jovens, ou seja, interesse pela questão ambiental e pela melhoria da qualidade de vida. Outros três “motivos”, todos com 14% das respostas, sinalizaram para: a) relação entre os temas juventude e meio ambiente; b) possibilidade de realizar e participar de atividades de educação ambiental; c) princípio “jovem educa jovem”. Percebe-se que o jovem vem se interessando cada vez mais pela área ambiental e por realizar ações coletivas que visem à melhoria da qualidade de vida da população em geral. Notou-se também que a educação ambiental vem se configurando numa importante “porta de entrada” desses jovens na área ambiental. Um dos princípios do CJ, o do “jovem educa jovem”, também foi apontado como fator de interesse, por 11% dos jovens pesquisados, o que sinaliza para uma tendência da juventude para assumir o papel de protagonista, a partir do olhar dos próprios jovens, o que reflete certo contraponto à chamada “educação tradicional” e coloca os próprios jovens no centro de processos de ensino aprendizagem.
- **Tempo de atuação no CJ.** Boa parte dos jovens, 39%, afirma participar do CJ há mais de 13 meses, o que pode ser interpretado como sendo um bom índice de permanência no Coletivo. Ao resgatar que a criação dos primeiros CJs ocorreu, sobretudo a partir da segunda metade de 2003, consolidada após a realização do I Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente em setembro de 2003, percebe-se um percentual considerável de membros fundadores atuando no momento da pesquisa, janeiro de 2005, ou seja, um ano e meio depois da criação dos CJs. Por outro lado, a pesquisa levantou também que o mesmo percentual, 39% de jovens, atuam no CJ, há 6 meses no máximo. Nota-se que há rotatividade dos participantes no Coletivo. De um lado, existem membros com mais tempo de atuação e de outro, jovens recém chegados ao grupo. Isso contribui para que novos jovens estejam estimulados a participar do CJ, ao mesmo tempo em que exige do grupo boa capacidade de comunicação e de acolhimento aos novos membros, especialmente por parte dos “mais experientes”.

- **Pretende continuar participando.** 99% dos jovens afirmaram pretender continuar participando do CJ, o que ilustra que a instituição vem “fazendo a cabeça” dos jovens, apesar das dificuldades e desafios que enfrenta.
- **Tempo médio semanal dedicado às ações do CJ.** Quase a metade dos jovens, 44%, afirmou poder se dedicar às ações do CJ por até 9 horas por semana. E, de acordo com a pesquisa, quanto maior o tempo de dedicação semanal, menor é o percentual de jovens. Esse dado mostra que há uma boa disponibilidade dos jovens em se dedicar às ações do Coletivo, que em geral, são realizadas de modo voluntário.
- **Participantes do Seminário F-II do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”¹⁰.** A maioria, 69%, dos jovens afirmou ter participado do Seminário Formadores II do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”. Esse seminário foi um desdobramento do Seminário I e representou uma importante estratégia de mobilização de mais jovens na área ambiental, especialmente junto ao Coletivo Jovem.
- **Participantes da CIEA.** Identificou-se, no momento da pesquisa, que a grande maioria, 80% dos jovens pesquisados, não participavam das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental – CIEA¹¹ de seus respectivos estados. Esse dado pode já ter sido alterado em função de debates sobre a participação da juventude nesses espaços interinstitucionais, amplificado durante a realização do I Encontro Nacional das CIEAs realizado em Salvador – BA, em junho de 2005. Na ocasião dessa pesquisa, apenas 16% dos jovens afirmaram participar dessas Comissões, o que reflete o grau de distanciamento da juventude em espaços de formulação de políticas em Educação Ambiental. Esse cenário se deve muito mais às dificuldades criadas por organizações integrantes das CIEAs, as quais, em geral, são contrárias à participação direta da juventude nessas instâncias, que a eventuais posturas passivas dos jovens. Sabemos que esse panorama pode ser observado em espaços de formulação de políticas públicas nas áreas de educação, trabalho, saúde e etc.

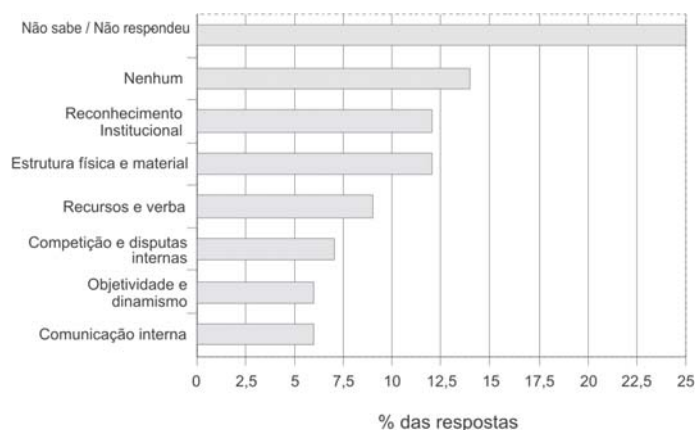
¹⁰ Este programa foi concebido como desdobramento de uma das deliberações dos delegados e delegadas adolescentes da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003) e objetivava a formação de alunos e professores em Educação Ambiental e a constituição de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDAS, nas escolas.

¹¹ As CIEAs são colegiados estaduais que têm como missão mais ampla propor as diretrizes da política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, coordenando, interligando e articulando todas as iniciativas e forças ativas e comprometidas com a educação ambiental no estado. É um espaço político no qual têm assento os mais diversos atores que protagonizam iniciativas de educação ambiental. Propõe uma gestão integrada entre os sistemas de ensino e os sistemas de meio ambiente, sempre agregando a sociedade civil em paridade, na representatividade para as tomadas de decisão.

- **Articulação com CJ de outros estados.** Em duas questões sequenciais, perguntou-se se os jovens que participavam de algum Coletivo Jovem estavam articulados com CJ de outros estados, no caso de resposta afirmativa, com quais estados se estabelecia essas relações. Na primeira questão, constatou-se que a grande maioria, 67% dos jovens, afirmou não se relacionar com Coletivos de outros estados, enquanto apenas 32% responderam o contrário. Os estados mais citados nessa questão, com as respectivas percentagens, foram: SP, 29%; MA, 20%; BA, 16%; PB, 16%; GO, 14%; SE, 14%; e, “todos os estados”, 14%. Apenas os estados do Amapá e de Roraima não foram citados.
- **Tipo de articulação entre CJ.** Esta questão é também uma continuidade da anterior e buscou identificar as formas de articulação entre aqueles CJ que afirmaram se relacionar com CJ de outros estados. Quase metade deles, 44%, respondeu utilizar ferramentas virtuais de comunicação, e-mail, encontros virtuais e chats, seguidos de 13% que afirmaram se encontrar presencialmente, em reuniões, visitas e eventos. Em terceiro lugar, aparece o “telefone” como instrumento de articulação, com apenas 9% das respostas. A REJUMA aparece apenas com 1% das respostas, o que demonstra o quanto ela ainda não é percebida como um espaço de comunicação e de articulação. Isso pode ser explicado pelo fato de a chamada “cultura de redes” ainda ser muito recente e pouco difundida junto à juventude brasileira, especialmente à ambientalista.
- **Grau de envolvimento com a REJUMA.** Nesta questão, constatou-se que para 42% dos jovens, o envolvimento com a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente é baixo. Para 30%, é considerado médio, para 15%, alto, enquanto que 12% afirmaram não ter nenhum envolvimento com a rede. Esses dados se relacionam com as hipóteses levantadas no item anterior e mostram que a REJUMA não é percebida como um potencial espaço de articulação. Mostram também, que o conceito de “cultura de redes” é ainda pouco difundido e pouco conhecido com profundidade junto à juventude ambientalista brasileira. Cabe ainda salientar, que muitos jovens vinculados a organizações que se estruturam de forma hierárquica, como partidos políticos, movimentos estudantis, pastorais da juventude, dentre outras, tendem a ter dificuldades de compreender a chamada “cultura de redes” e de compreender também, como ela funciona na prática.
- **Atividades que desempenham no CJ.** Levantou-se que de um lado, prevalece nos CJ, a cultura do “todo mundo faz tudo”, com um quarto, 24% das respostas, e de outro, que há um núcleo de formação, também presente e atuante, 23% das respostas. Com 17% aparecem as ações de articulação e de facilitação, enquanto que 16% deixaram em branco essa questão. Percebe-se que há três níveis de ações que são realizadas

pelos integrantes dos Coletivos Jovens, que envolvem: a) formação; b) articulação e facilitação; e, c) atividades em geral, sem especialização. Esses dados não oferecem importantes elementos para se aprofundar as questões de gestão interna desses CJ, as quais poderão contribuir para que cada Coletivo planeje e execute suas ações com mais organização interna e de modo que cada integrante perceba sua função no grupo, definida de acordo com suas vocações e experiências. Isso poderá auxiliar o CJ a planejar melhor suas atividades, de modo a não cair num mero ativismo sem reflexão.

- **Aspectos positivos no CJ.** Um quarto, 25% dos jovens, afirmou que as relações interpessoais (amizade, integração, diálogo), constituem um dos principais pontos positivos da participação no CJ, seguido de um quarto, 24%, que responderam preferir as atividades e as mobilizações realizadas pelo Coletivo. Ainda 19%, afirmaram ser a articulação e a troca de experiências entre os participantes o ponto alto da organização, seguidos de 16%, que apontaram para a força de vontade e a dedicação entre os integrantes. A partir dos dados se percebe que os Coletivos Jovens têm como ponto forte às relações interpessoais de amizade, o diálogo e a integração, como também, a possibilidade de realização de atividades de educação ambiental e troca de experiências.
- **Aspectos Negativos no CJ.** O quadro a seguir ilustra os principais pontos negativos considerados nos CJ.



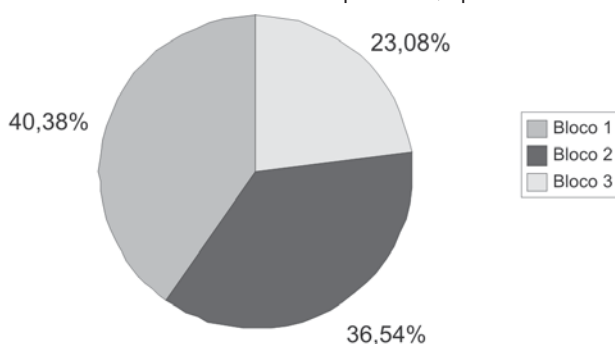
Observa-se que cerca de 40% dos jovens pesquisados não souberam apontar nenhum aspecto negativo ou afirmaram que não há nenhum ponto no CJ que o desagradasse no momento da pesquisa. Esse dado demonstra o quanto o Coletivo Jovem tem se constituído num espaço positivo, conforme já apontado no item anterior.

Dos jovens que apontaram algum aspecto negativo do CJ, pode-se, a partir da visualização do gráfico, agrupar em três grandes blocos como os principais, esse:

Bloco 1 - estrutura, material, recursos - 21%.

Bloco 2 - gestão interna e postura dos membros – 19%.

Bloco 3 - reconhecimento institucional – parcerias, apoios institucionais – 12%.



Os blocos estão organizados de acordo com a importância dada pelos jovens. Como se nota no bloco 1, questões de ordem material são os principais aspectos negativos apontados pelos CJs. Referem-se às dificuldades para conseguir um espaço para a realização de reuniões e encontros, materiais e equipamentos de uso do CJ e recursos para a realização de ações e projetos.

O bloco 2 se refere às questões organizacionais dos próprios CJs, relativas às formas de organização do grupo, comunicação interna e relações entre seus membros. Já o bloco 3, aponta para a necessidade do CJ identificar organizações que o reconheçam como tal, e que essas possam estabelecer parcerias com ele.

Entende-se que todos esses aspectos negativos identificados nos blocos, podem ser superados e se referem às dificuldades inerentes a diversos tipos de organizações da sociedade, juvenis ou não. Muitas delas têm dificuldades de ordem material, institucional e organizacional, sendo que as mesmas têm buscado mecanismos para a superação desses problemas. No próximo item, veremos o que os próprios jovens propuseram, visando melhorar as condições dos Coletivos Jovens de acordo com diversos aspectos.

Como é possível melhorar as condições de atuação do CJ em termos de:

a) Acesso à informação.

Quase a metade dos jovens, 42%, sugeriu o uso de ferramentas de comunicação virtual, sites, blogs e e-mail, seguidos por 20% que propuseram o uso de instrumentos impressos, cartas, boletins e jornais. Ainda, 10%, apontaram para a divulgação por meio de cartazes e campanhas, e 7%, por telefone. Vale ressaltar que 20% dos jovens deixaram a questão em branco.

b) Material e infra-estrutura.

Quase a metade dos jovens, 41%, sinalizou para a necessidade do CJ ter um espaço físico, sede ou sala para realizar suas atividades. Enquanto 28% apontaram para a necessidade de equipamentos, computadores, internet, telefone e outros. Além dessas duas questões, os jovens identificaram também a necessidade de acessar materiais didáticos e bibliotecas, 17%, necessidade de captação de recursos financeiros e doações, 11%, e, o uso de materiais de consumo e de escritório para apoiar suas atividades, 11%. Deixaram em branco essa questão 36% dos jovens.

c) Formação em educação ambiental, metodologia, teoria e prática.

A maioria dos jovens, 53%, apontou para a necessidade de formação continuada, presencial e à distância, por meio de cursos, oficinas, seminários e palestras na área de educação ambiental, que envolva teoria e prática.

Também mencionaram a adoção de métodos e processos participativos (agenda 21), troca de experiências e intercâmbios, 12% das respostas. 11% apontaram acesso à bolsas de estudos e apoio financeiro para participação e realização em eventos de educação ambiental. 20% dos jovens deixaram em branco essa questão.

d) Organização interna/Gestão institucional.

Esta questão alcançou o maior índice de respostas em branco, 42% dos jovens. Talvez esse dado aponte para uma das principais dificuldades enfrentadas pelos Coletivos Jovens na atualidade – organização/gestão interna e natureza/arranjo institucional. Trata-se de duas questões as quais já vem sendo debatidas pelos CJ desde 2003 e remetem a questionamentos como:

- O que é o CJ? Qual sua identidade?
- Como o CJ se organiza? Como ele deve se organizar?

Das respostas apontadas, a que alcançou o maior percentual, foi a relativa à institucionalização e formalização dos CJ e a seu reconhecimento institucional, com 12%. Nota-se que há três questões inseridas na mesma resposta:

- a) Tornar o CJ uma instituição ou seja, uma Organização Não Governamental – ONG, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, uma Associação e etc;
- b) Formalizar o CJ, o que pode ser feito pelo exemplo anterior, ou por outros meios que não passam pela necessidade de torná-lo uma instituição. Como por exemplo, construir um acordo de convivência do CJ, carta de princípios, lista de participantes do CJ e etc.

- c) **Reconhecimento Institucional.** Tendo os CJ sido formados a partir de um estímulo do governo federal, MMA e MEC, a demanda apontada vai na direção desses ministérios que reconhecerem a existência dos CJ, por meio de documento formal amplamente divulgado para a sociedade.

As demais respostas que vieram, ficaram na faixa dos 5% cada uma e sinalizaram para as questões:

- Divisão de papéis e tarefas do CJ em comissões, grupos de trabalho e etc;
- Realização de reuniões periódicas com dias e horários fixos pré-definidos;
- Estabelecimento de coordenação do grupo;
- Criação de carta de princípios, estatutos e regimentos, com definição de papéis e funções;
- Troca de experiências e formação em gestão organizacional.

e) Comunicação Interna.

A principal proposta feita, refere-se ao uso da Internet, e-mail e lista de comunicação com 28% das respostas. O uso do telefone aparece com 18% das respostas, seguida de realização de reuniões, encontros, visitas, fóruns de debates e video conferências, com 14%. Jornais, boletins informativos e comunicados tiveram 11% das respostas.

Percebe-se que a Internet continua sendo a principal ferramenta para facilitar a comunicação interna dos CJ, mas não a única. Os jovens sinalizaram outras ferramentas de comunicação como alternativas à centralidade no uso da Internet. 33% dos jovens deixaram em branco essa questão.

f) Comunicação Externa.

Da mesma forma que a questão anterior, à Internet também foi a principal resposta dada pelos jovens, com 29%. Mencionaram seu uso por meio de e-mail, rede e sites. Na sequência, aparecem os meios impressos: boletins, cartas e ofícios, com 17%; a mídia, rádio e tv, com 12%; e, o telefone, com 10% das respostas. 39% dos jovens entrevistados, deixaram a questão em branco.

g) Recursos Financeiros.

Nesta questão, emergiram respostas em dois níveis, sendo um relativo às propostas para melhorar as condições de atuação dos CJ segundo o aspecto financeiro e o outro, voltado aos campos (rubricas) onde o CJ utilizaria esse recurso. Com relação ao primeiro nível, identificou-se apenas um conjunto de respostas, 37% delas, que apontou para a realização de atividades, projetos, eventos, campanhas, cursos, encontros e etc, como estratégia de entrada de recursos para o CJ.

As demais respostas concentraram-se no segundo tipo e englobaram as questões a seguir, expressas nos percentuais das respostas dadas, havendo mais de uma resposta por participante da pesquisa:

- Deslocamento e alimentação – 32%;
- Material de consumo – 17%;
- Administração e custeio, despesas fixas, como telefone, água, luz – 15%;
- Produção de material de divulgação – 12%;
- Aquisição e ou locação de equipamentos e de materiais permanentes (computadores) – 12%;
- Bolsa trabalho para os membros do CJ – 10%;
- 22% dos jovens deixaram em branco essa questão.

h) Outras dimensões importantes.

No que diz respeito a outras dimensões que os jovens consideravam relevantes para melhorar as condições de atuação dos CJ, o quadro obtido foi o seguinte:

- 50% das respostas sinalizaram para a constituição de parcerias para o planejamento e execução de projetos sócio ambientais em diferentes contextos.
- 6% das respostas mencionaram a realização de projetos de educação ambiental com jovens.
- 3% das respostas apontaram para a participação em cursos sobre empreendedorismo, elaboração de projetos e articulação de parcerias.
- 36% dos jovens deixaram em branco essa questão.

Impressões gerais a partir das respostas obtidas na questão “Como é possível melhorar as condições de atuação do CJ em termos de”:

Pode-se perceber, a partir das respostas dadas em todos os itens desta questão: acesso à informação, materiais, infra-estrutura, comunicação e etc, que:

- Há um elevado percentual de respostas “em branco”. A média dos itens desta pergunta alcançou a marca de 28,75 %, ou seja, entre um quarto e um terço dos jovens pesquisados.
- Os jovens têm dificuldade em apresentar propostas mais consistentes que visem enfrentar os principais problemas que o CJ atravessa na atualidade.
- O embasamento desses jovens é limitado, o que dificulta a construção de propostas palpáveis para enfrentar os problemas que o CJ vivencia.

CJ – Tem interesse em atuar:

- a) Enraizamento da educação ambiental, 94% das respostas afirmativas;
- b) Fortalecimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, 86% das respostas afirmativas;
- c) Organização da II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, 91% das respostas afirmativas;
- d) Implementação da Agenda 21 na Escola , 96% das respostas afirmativas;
- e) Acompanhamento das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas – COM-VIDAs , 93% das respostas afirmativas.

Em todos os casos, as respostas alcançaram patamares acima de 85%, demonstrando o grande interesse dos integrantes dos Coletivos Jovens em atuar em programas federais e em espaços e instâncias cujos papéis são a formulação de políticas e ações na área de educação ambiental. A questão que alcançou o menor percentual se refere às Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental – CIEA, as quais podem ser melhor discutidas conjuntamente com os CJ, (papel, atuação, composição, parcerias e etc). As demais questões, todas relativas a programas e ações realizadas pelos Ministérios da Educação e ou do Meio Ambiente, alcançaram patamares superiores a 90%, reforçando assim, o interesse dos CJ em continuarem sendo parceiros destas ações.

Entende-se que esta parceria é uma forma de fortalecer os CJ, de dar maior visibilidade a sua existência e atuação, ao mesmo tempo em que os CJ podem se aproveitar delas para ampliarem seus espaços de ação e sua articulação no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dados e informações levantados nesse capítulo ilustram a riqueza, diversidade e complexidade do tema e apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados. Vale ressaltar uma questão relevante, relativa à importância de responder às pesquisas que permitam o levantamento de informações para mapear o perfil, as aspirações, as potencialidades e os desafios que os jovens ambientalistas, por meio dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, vêm enfrentando na atualidade. Todas essas informações, por sua vez, se constituem em importantes subsídios para a formulação das linhas gerais do Programa “Juventude e Meio Ambiente”, do qual esta publicação faz parte.

Entende-se que a criação e o fortalecimento de **Coletivos Jovens de Meio Ambiente** são importantes porque:

- Contribuem para mobilizar e engajar jovens numa área importante que vem se tornando essencial para a manutenção das diferentes formas de vida que compartilham o planeta e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- Estimulam a percepção dos jovens para a temática socioambiental de maneira mais profunda e complexa, identificando diferentes formas de atuarem individual e coletivamente para transformar esta temática em patamares mais justos e sustentáveis;
- Ampliam a interação e a comunicação entre jovens e organizações de diferentes locais, municípios, estados, regiões e países, facilitando a visualização de que a temática socioambiental se configura numa discussão global atual, que envolve visões diferentes e muitas vezes contraditórias e conflituosas;
- Potencializam o trabalho de jovens, de organizações e de coletivos de juventude realizados nessa área, amplificando sua voz e seu poder de transformação;
- Ampliam perspectivas e oportunidades de atuação qualificada de novos profissionais na área ambiental.

Por outro lado, os Coletivos Jovens se defrontam com inúmeros desafios e perspectivas, envolvendo questões de:

- Formação;
- Atuação profissional;
- Participação política;
- Mobilização, articulação;
- Comunicação;

Uma leitura geral dos tópicos e dados apresentados neste capítulo permite sistematizar alguns eixos orientadores principais para a concepção de políticas públicas na área de juventude e meio ambiente:

- Ampliar e fortalecer os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, compreendendo o “pano de fundo” da proposta dos CJs, como sendo espaços de aglutinação, articulação e atuação de jovens em torno da temática socioambiental. Eles não devem perder de vista a proposta de ser um coletivo, ou seja, um espaço não institucionalizado, que valorize a forma de organização do próprio jovem. Vale ressaltar que os três princípios orientadores dos CJ devem ser levados em consideração: “Jovem educa jovem”; “jovem escolhe jovem”; e, “uma geração aprende com a outra”;
- Articular com organizações, coletivos e iniciativas de educação ambiental, valorizando o diálogo ‘inter-geracional’ e a inserção *em rede* de jovens na área;
- Incentivar, ampliar e consolidar parcerias com organizações atuantes nas áreas socioambiental e ou juvenil;
- Oferecer oportunidades de formação para os segmentos jovens, com abordagens locais e regionais. Há temas e questões específicas já identificadas como sendo relevantes para este público, gestão, planejamento, elaboração de projetos, captação de recursos e facilitação de grupos;
- Viabilizar condições materiais para a inserção e a permanência de jovens em políticas da área, por meio de bolsas e auxílios financeiros diversos tais como vale transporte, vale refeição, vale gás, dentre outros.

Espera-se que este livro, especialmente este capítulo, contribuam para a concepção, formulação, implementação, avaliação, revisão e para o monitoramento de políticas públicas na área de juventude e meio ambiente. Ainda que seja um tema novo e incipiente no país, o mesmo tem um potencial fantástico de mobilização e de engajamento da juventude, e está a necessitar de informações sistematizadas que subsidiem novos programas, projetos e ações governamentais, pautados em princípios democráticos, participativos, éticos, que tenham como perspectiva, a construção de sociedades sustentáveis nos municípios, distritos, estados, país e no mundo.

CAPÍTULO 2 Visões sobre os jovens

PAISAGENS JOVENS E MADURAS: TERRITÓRIO DE UM MESMO SONHO

Michèle Sato,
educadora ambiental, prof. Dra. da Universidade Federal
do Mato Grosso – UFMT, facilitadora da REBEA e
da REMTEA – Rede Mato-grossense de EA.
misato@terra.com.br

*Ai, como é linda essa vida
Apesar da miséria
Apesar dessa fome
Aquele beijo com gosto de coca
O meu coração bate e toca
Vale a pena viver.
(Raul Seixas - Apesar dos pesares)*

A hora da história era esperada com ansiedade pela Alice, que vivia em seu mundo das maravilhas. O gosto pelo mundo da literatura foi introduzido por sua mãe, bem como, pelo carinho de seus sete irmãos, membros de uma grande família. Caçula, mimada e tratada como “princesa” pelo seu pai, Alice vivia a agitação urbana na enfumaçada Paulicéia Desvairada e conseguiu conhecer o mundo rural através de um sítio encantado criado por Monteiro Lobato. Afinal, Miguel Cervantes¹² já dizia que “qualquer papel que encerra uma palavra é uma mensagem do espírito humano”. O país das maravilhas de Lewis Carroll foi sua identidade, com a feliz coincidência do mesmo nome da grande protagonista e que a fez passear pelo Universo nos rastros das lendas e mitos. Assim como a

¹² CERVANTES, Miguel. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

personagem de Lewis Carroll, sua imaginação e criatividade a permitiam ir para além de goiabeiras e dos mergulhos nos riachos. As histórias zen budistas a conduziam num universo mágico de desafio, imaginação e fantasia. Talvez não tenha vivido o contato mais direto com a terra, mas ela compreendeu que não era a única protagonista viva nessa terra das maravilhas.

A juventude foi outro mágico mundo de aventuras. Alice se arriscava nas militâncias estudantis e até participou da criação da “Frente de Oposição ao Diretório Atual – FODA” em sua escola. Na faculdade, participava das discussões políticas educativas e dos campeonatos esportivos, além de tomar frente nas passeatas a favor da questão ambiental. Mas seu mundo de “rock and roll” e amizades era o centro de um universo ainda em plena formação. Reconhecia os problemas, mas às vezes sua rebeldia mergulhava em seu próprio universo, como se houvesse duas paisagens entre si conectadas. Alice cresceu e percebeu que só se compreende o que é ser jovem, quando se alcança a maturidade.

A história se desenvolve em consonância com a opinião dos participantes do Grupo Pesquisador de Educação Ambiental – GPEA¹³, que ao serem entrevistados sobre a “juventude” não apresentaram nenhuma resposta temporal cronológica, mas sobre o espírito jovem, inclusive com a definição de que “jovem é um construtor de esperanças”.

Nossa construção de esperanças, entretanto, é inacabada, mesmo que se atinja uma fase mais madura. Alice finalmente compreendeu, no outono de sua existência, que as esperanças ainda continuam fortes, pois não foi possível que vários sonhos “saissem do papel¹⁴”, sendo que outros foram agregados nos desafios da luta por um “outro mundo possível”. Alice compreendeu que os sonhos da juventude não se distanciam dos sonhos da maturidade. Por vezes, a irreverência jovem e a responsabilidade adulta se apresentam separadas, mas juntas formam as duas paisagens de nossas opções e escolhas. Nossa luta contra a miséria social é também associada à luta contra o isolamento individual.

No âmago das transformações da fase adulta, Alice reconhece que sua luta foi aguçada na sua formação educativa. Circunscrita na filosofia de Paulo Freire, hoje ela sabe que a educação não pode tudo, mas podendo alguma coisa, pode ainda habitar reinos onde a utopia tem lugar privilegiado. No passado, acreditava que o processo educativo trouxesse o paraíso da “Terra Prometida”, uma sensível vendedora de sonhos. Mas freqüentemente, a força das utopias é diretamente proporcional à frustração. Hoje ela está convicta de que a educação não é uma ilha isolada de um continente em crise e de que infelizmente, apenas uma parcela da promessa pode ser realizada, sendo a maioria dela somente ilusão. Entretanto, ela sabe que é

¹³ Agradecimentos aos membros “jovens” do GPEA.

¹⁴ ONU, “**Tirando os acordos do papel**”. Departamento de assuntos econômicos e sociais, ONU, 2004.

precisamente esta parte maior, que fala ao imaginário das pessoas e está ligada aos ideários libertários da humanidade, que a torna extremamente atrativa e eficaz.

Alice buscou resolver os dilemas ambientais com afinco. Impulsionada pelos desejos de transformação do mundo, na maioria das vezes imediato, Alice foi conduzida a agir na possibilidade estoica de eliminar o mal da humanidade. Obviamente, teve inúmeras frustrações. Finalmente, compreendeu que todo projeto que lançava à humanidade, significava sua própria existência. De fato, não devemos lançar os sonhos ou esperanças, sem acreditar que seja o melhor de nós mesmos e que todo projeto que fazemos, o fazemos em nome próprio. Na pulsação de sua vida, Alice compreendeu que o que a sociedade impõe, inclusive pelo poder simbólico por isso não se manifesta claramente, determina o seu projeto pessoal de humanidade. Assim, Alice persegue uma configuração da educação com um caráter existencial complexo, que permita pôr as identidades pessoais da consciência singular no âmbito das preocupações coletivas da humanidade, inclusive sobre a dimensão ecológica.

Hoje, a mulher educadora sabe que enveredar na educação ambiental é fazê-la diferente. Mas antes de tudo, é um reeducar a si própria. Seus dois filhos ratificam a importância da educação desde a tenra idade, o que não retira a responsabilidade da escola, mas acolhe-a na complementação. Busca o diálogo, pois também aprendeu que mais do que ensinar, é preciso saber escutar as inúmeras vozes, muitas vezes silenciadas pela arrogância humana. Sua vida não é linear, mas é também marcada pelos riscos que assumiu, pelos erros que cometeu e pelas lacunas que necessitam de aprendizagens constantes.

Embora a memória da educadora reviva seu devaneio pueril, ela também sabe que caçar passarinho com estilingue já não faz parte da infância contemporânea, como tampouco roubar a flor vermelha para presentear o inesquecível primeiro amor. A preocupação ambiental possui um projeto político pedagógico circunscrito na ética, na constatação de que a Terra mudou e de que novos roteiros devem ser escritos. Sacrificar o abandono das possibilidades da aventura, exige um outro sobrevôo, que igualmente provoca a ancoragem e que reivindica outras ousadias definitivamente consubstanciadas na liberdade, que permitam engolfar-se apaixonada, perdida e arriscadamente, na reflexão política do ambientalismo mundial.

Um dos gritos mais populares do ambientalismo é a carta que um índio Seattle escreve ao presidente dos Estados Unidos da América, informando não compreender como se pode comprar a luz da natureza, o bisão nas pradarias ou os cantos dos pássaros. A poesia emanada representa até os dias atuais, um eloquente manifesto a favor da natureza. Estudiosos garantem

que essa carta nunca foi escrita pelo cacique, mas que foi ensaiada no palco por uma peça teatral que tentava sensibilizar o público sobre a importância dos sistemas vivos, onde somos elos entrelaçados na beleza da pluralidade. O que importa, entretanto, é que a carta tomou vida própria e tocou os inúmeros corações, configurando-se como uma das visões contra o reducionismo financeiro e incentivando a luta ambientalista que, muitas vezes, parece estar perdida antes mesmo de ser iniciada.

Alice encontrou sua identidade na educação ambiental, pois percebeu que esse campo de conhecimento representa o compromisso de quem propõe o curso da história que emerge de um significado de esperança de que a aliança entre a sociedade e a natureza se concretize. Em alguns momentos, quando o mundo mostra sua face perversa, Alice lembra das palavras de T. S. Elliot, um de seus poetas preferidos, e concorda que sua luta não é a liberação da emoção, mas que pode representar sua fuga. Também não é a expressão da personalidade, mas pode ser seu subterfúgio. Alice reconhece que tais tentativas de fugas só existem para aqueles que possuem emoção e personalidade, pois são essas coisas que nos permitem reconhecer os males da humanidade e que, simultaneamente, nos atam as mãos, impedindo que os “acordos saiam do papel”. São paisagens que não admitem serem separadas, mas que freqüentemente emergem e tornam a vida mais bela, “apesar dos pesares”.

Mas estaria sua luta morbidamente colocada em xeque? Reduziria seus sonhos à ingênua gravura de um ambiente em harmonia, livre dos conflitos sociais? Dimensionaria a um palco da educação ambiental capaz de plasmar sentidos polissêmicos da existência do ser? O que interessa, o que no fundo Alice deseja, é “mudar a vida” através da reinvenção da paixão. É ser capaz de alterar as relações de propriedades, de distribuição desigual das riquezas, dos desequilíbrios ambientais e sociais do poder. Mudar é preciso, porém mais do que a velocidade ou dimensão temporal da juventude/maturidade, o que importa é a direção da mudança.

Inscrever a luta da educação ambiental nessa perspectiva, é reconhecer que o diálogo será difícil, principalmente porque vivemos numa sociedade global fragmentada, onde as separações cartesianas foram inexoravelmente aceitas em nome da especialização. Alice não gostava de Matemática, mas depois de adulta, jamais pode anular tais separações, pois compreendeu a vasta importância desse conhecimento na dinâmica da vida. O que faria um adulto que teve sua infância sem a noção da essência ambiental? Poderia destruir o próprio meio, como ela gostaria de ter feito com os números negativos, ou com as incógnitas que traçam o paralelo no infinito? Ultrapassando os sistemas naturais, a educadora ambiental sabe que há uma reflexão mais

densa por detrás da educação ambiental. Se as relações sociais forem autoritárias, haverá reflexos perversos na relação com o mundo. Despertar o sentido polissêmico da educação ambiental no mundo de jovens e crianças é, portanto, admitir também, que para além da beleza natural, existe um vasto conjunto de falas, gestos e sentidos que merece e que deve ser considerado.

Alice reconhece que sua luta não é em vão, mas também reconhece que os caminhos são árduos e que a vitória pode não acontecer da maneira desejada. Retomando as memórias do passado, Alice gostaria de ser mais revolucionária, que um jovem que se tornou um grande líder de uma aldeia e que se propagou como lição à toda humanidade. Na época de Júlio César, havia uma pequena aldeia que resistia ao império romano. Certo dia, estimulado pela arrogância da conquista, o imperador levou seu exército ao local determinado para o extermínio, mas vendo só pedaços de paus e pedras como as únicas armas de resistência, percebeu que a batalha já estaria ganha e partiu, julgando-se vencedor. Para os habitantes da comunidade, entretanto, a intenção era reafirmar a liberdade, resistindo ao autoritarismo e buscando caminhos para vencer o conformismo do medo. Nessa batalha, a vencedora foi a possibilidade em mudar a vida a serviço da utopia. Assim como os moradores desse pequeno vilarejo, para Alice, o mais importante é mostrar de que lado ela está. É a tentativa de colaborar com a construção de sociedades sustentáveis para muito além do ardiloso desenvolvimento sustentável, pois ela acredita que o abandono do valor meramente economicista, possibilita a inclusão social e a justiça ambiental como fatores marcantes da democracia. No ritmo e pausa desse compasso, seu desejo é fazer emergir um movimento circular, onde os perdedores das armas, nem sempre são derrotados da esperança.

Em todo momento da vida de Alice, há um duplo fenômeno perceptivo. Está simultaneamente mergulhada e distante nas paisagens internas e externas, entre a memória viva de uma juventude feliz, despreocupada com os dilemas ambientais ou sociais e na emergência dos desafios contemporâneos de uma luta do dia-a-dia. Se de um lado, a irreverência jovem pode se dar ao luxo da contradição, a responsabilidade da participação exige superação desses limites. Alice mergulha num cenário híbrido, onde as paisagens se interpenetram, revelando que o estado da alma é passageiro. Celebra a vida, embora consciente da miserabilidade mundial. O fogo se agita, o lago é ondulado pelo vento, buscando a firmeza da terra que dê abrigo e sol ao espírito. Ainda que muitas vezes ela não saiba discernir a paisagem externa da interna, porque a intersecção causa certa cegueira, ela reconhece que a dificuldade da vida não se inscreve em uma época, idade ou estação.

Os sonhos que nascem na juventude, ecoam na maturidade e a utopia não concretizada se assemelha à poesia de Orides Fontela, “semear, sem se

importar com a colheita". Jovens e adultos desejam mudanças, sofrem, têm esperanças e fazem parte de um mesmo território de sonhos, mas Alice reconhece que qualquer projeto à beira do fim se torna mais penoso, pois os erros serão inevitáveis e a semeadura não é tão penosa quanto a colheita. Mas Alice, como muitos jovens e adultos, continuará semeando sóis e estrelas, nas paisagens internas das essências existenciais circunscritas nas paisagens externas de lesões pelos espinhos. Aprenderá a retornar incompleta na dinâmica das estações, pois o exercício da educação ambiental é uma aprendizagem da liberdade sem tempo, que certamente permitirá ir além dela mesma.

Semeio sóis
e sons
na terra viva
Afundo os pés
no chão: semeio
e passo
Não importa a
colheita
(Orides Fontela)

O SUJEITO ECOLÓGICO E IDENTIDADE SOCIAL: A JUVENTUDE NAS TRILHAS DA REINVENÇÃO DE SI E DA POLÍTICA¹⁵

Isabel Cristina Moura Carvalho
Psicóloga, doutora em educação.
Professora da Universidade Luterana do Brasil – RS
icmcarvalho@uol.com.br

A preocupação ambiental no Brasil e no mundo tem se constituído como aglutinadora de um campo de relações sociais. A constituição do ambiental enquanto um campo (Bourdieu, 1989) traduz os tensionamentos éticos e políticos acerca de uma nova ordem societária e torna possível falar em um *sujeito ecológico*. Investido da crítica ecológica contracultural à sociedade instituída, o sujeito ecológico, enquanto um tipo ideal, remete a um *modo instituinte de ser*, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, opções individuais e transformação coletiva, constituindo parte de um novo horizonte para a ação política ambiental.

O campo ambiental é portador dos dilemas contemporâneos que afetam esfera política, particularmente no que diz respeito às escolhas e ações presentes que vão incidir sobre o futuro, enquanto projeto de vida comum. A política aqui é tomada no sentido de Hanna Arendt (1989), como esfera pública, espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com os outros humanos e partilha nas decisões sobre os destinos dos bens comuns. Neste sentido, os bens ambientais vêm se instituindo na esfera pública com o “status” de Bem comum de grande relevância para a sociedade. Como tal, a questão ambiental

¹⁵ Este texto trata-se de uma versão resumida do artigo: Carvalho, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político.

A questão ambiental, opera, assim, como uma ampliação da esfera política ao expandir as fronteiras da Polis para nela incluir os bens ambientais entendidos nas suas acepções de recursos naturais, da natureza como um todo, ou ainda, de condições ambientais desejáveis. Nessa direção, o ambiente tende a ocupar o lugar de um novo sujeito de direito como sugere Michel Serres (1991), em sua defesa do “contrato natural”. Por outro lado, dentro dos processos de crise da política, a preocupação ambiental pode ser retraduzida em termos de uma apaziguada consciência individualista, ancorada em comportamentos ambientalmente corretos. Enquanto isso, as bases da vida humana no planeta, transformam-se rapidamente em *mercadorias* no fluxo do livre comércio, reiterando a distribuição desigual e excludente dos bens sociais, como denunciam os movimentos por justiça ambiental.

Atravessado pelo conflito que opõe o caráter público dos bens ambientais à sua privatização, o campo ambiental é palco de acirradas disputas que se expressam nas investidas pela privatização desses bens indispensáveis à vida, como é o controle sobre a água ou sobre os genes e a biodiversidade, para citar apenas alguns exemplos das novas fronteiras de avanço do mercado no processo de apropriação privada do meio ambiente. Como afirma Santos, a questão ambiental no processo de mundialização *“pode tanto redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma de um exercício de solidariedade transnacional e ‘intergeracional’*”, (1995: 296).

O que está em jogo na tensão entre a ‘publicização’/privatização dos bens ambientais é a sobrevivência não apenas da vida biológica, humana e não humana, no planeta, mas da vida política, da esfera pública e da possibilidade de construção ou de declínio do laço societário que pode definir um futuro mais ou menos sustentável para a vida em comum. É nesta fronteira continuamente redesenhada entre as esferas pública e privada, compreendida como faixa de permanente negociação ‘inter e intra-subjetiva’, que reside uma das vias significativas de aprendizado e experiência política dos jovens. Ai se constitui o campo tenso das possibilidades de engajamento e de atribuição de sentidos para a ação política dos sujeitos contemporâneos de um modo geral, e dos jovens em particular.

Destacando o marco ‘geracional’ na análise do engajamento político, encontramos na juventude brasileira uma geração que, em seu percurso de sociabilidade política, acede à esfera pública no coração da crise da política. Diferentemente das gerações anteriores que trazem em suas histórias de vida experiências de participação política baseadas nos ideais revolucionários socialistas, na ação sindical e na organização dos trabalhadores face ao conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra hoje outro ambiente de

recepção. O campo da ação política contemporânea se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classes. Traz as marcas da redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política.

Do reconhecimento dos pares ao reconhecimento de sua cidadania, os jovens são particularmente sensíveis à ação coletiva e afirmativa¹⁶. Os desejos de inserção, visibilidade e participação incluem a ação na esfera pública como espaço de afirmação do jovem e ao mesmo tempo, rito importante de passagem para vida adulta. A potência de ação e de participação da juventude encontra nesta geração um contexto de recepção atravessado pelas novas configurações da ação política e também seus novos limites. A ação política está, muitas vezes, mediada por uma cultura individualista e padronizada de maneiras de ser, que restringem a participação do jovem no espetáculo de subjetividades pré-moldadas, expostas a uma falsa arena pública como, por exemplo, no fenômeno dos “*realities shows*”, (Khel, 1996); ou nos apelos a uma *subjetividade “fashion”*, (Sawaia, 2002), remetendo o sujeito para dentro de si e para fora da política, acentuando o rumo de uma sociedade narcísica onde o vínculo social se enfraquece¹⁷.

A questão ambiental surge, a despeito desse delicado contexto, como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens no Brasil, como mostrou Novaes (2002). Uma consciência ambiental, ainda que difusa, parece estar se disseminando entre segmentos jovens, ao menos enquanto potencial motivação para ação coletiva, (Crespo, 2002; Amstalden & Ribemboim, 1998). A valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de grandes ONG ambientalistas como *Greenpeace*, *Amigos da Terra*, *World Wildlife Foundation* (WWF), entre outras.

Diante disto, a questão que se impõe discutir interroga os sentidos do engajamento ecológico enquanto um caminho de politização dos jovens em tempos de crise da política e de busca de novas formas de organizar o laço coletivo. Como mostram Boy, Muxel e Roche (1994), o que parece atrair os jovens para ação ecológica como um tipo novo de engajamento político é sua

¹⁶ Sobre o papel do jovem como ator social ver o interessante artigo de Dayrell (2003).

¹⁷ Nesse contexto de desenraizamento de uma arena política, algumas formas de ação grupal entre jovens correm o risco de se manifestarem sob a forma de demonstrações de força e demarcação de territórios privados sobre espaços públicos, como em algumas manifestações de gangues e galeras. Sobre estes fenômenos da juventude urbana, ver Vianna, 1997 e Guimarães, 1998.

centralidade em problemas concretos, em oposição ao tradicional debate ideológico visto pelos jovens como supostamente estéril; a atração pelas causas planetárias ultrapassando os conflitos locais; e a valorização de uma dimensão ético/moral que esses percebem como ausente das práticas políticas tradicionais¹⁸. Seguindo as pistas trazidas por este estudo, podemos pensar que, talvez também no caso brasileiro, a força de atração de uma sensibilidade política ecológica pode residir justamente no seu distanciamento das formas tradicionais da política. E, se for assim, cabe manter a pergunta pelo significado desta “distância da política tradicional” ou ainda, desta “distância da política” como força distintiva e atrativa da via ecológica de politização da juventude. A questão é: em que medida esta “distância” se agenciaria com uma renovação do laço de engajamento político, no sentido de uma inserção dos jovens na política; ou, em tempos de crise da esfera pública, privatização dos bens ambientais, o engajamento ecológico poderia sinalizar, para os jovens, uma espécie de entrada na política num tempo pós político, ou ainda, o exercício de uma *política da saída da política*. Esta questão repõe o debate sobre a contribuição da ação ambiental para a esfera pública e para os caminhos de expressão política da juventude, ora ampliando o campo da cidadania e dos direitos, ora restringindo-o com a ameaça de uma excessiva subjetivação e individualização das questões públicas. Afinal, as diversas direções da ação ambiental — rumo à política e à saída da política, à autonomia como conquista *no* mundo e à autonomia como descolamento *do* mundo, à mudança radical e às transformações reformistas — podem ser seguidas, e efetivamente o são, muitas vezes pelos mesmos atores, o que torna ainda mais complexado, esse cenário¹⁹.

Dentre as múltiplas formas disponíveis de subjetivação das questões políticas contemporâneas, podemos identificar, no campo ambiental, a emergência de um *sujeito ecológico*. Longe de ser uma solução para as tensões apontadas, esta posição de sujeito remete a um lugar possível onde são vividas essas tensões pelos indivíduos historicamente situados. Esse sujeito, concebido enquanto um tipo ideal, traduz uma subjetividade

¹⁸ Esse estudo discute os resultados de uma pesquisa sobre a juventude ecologista na França. Faz parte de uma interessante coletânea organizada por Pascal Perrineau (1994), cujo eixo é o debate sobre o engajamento político na tensão entre o declínio ou a mutação da ação política na contemporaneidade.

¹⁹ O desenvolvimento teórico desta questão remete ao que chamamos de “paradoxos da autonomia”, destacando a tensão entre ações que buscam ampliar os espaços de *autonomia no mundo*, (emancipação política) e, no limite, ações pós políticas, isto é, investidas de um desejo de *autonomia do mundo*, (*renúncia do político*). Essa análise está desenvolvida no artigo completo em que este se baseia e também no livro “A invenção ecológica”, “Carvalho (2002).

ambientalmente orientada, que encarna os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um ideal de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável²⁰.

São diversos os caminhos pelos quais os jovens podem se aproximar dos valores ecológicos, identificando-se em diferentes níveis com os ideais do sujeito ecológico, uma vez que não se trata de uma identidade totalizante. Esta aproximação dos ideais ecológicos pode assumir, de modo não excludente, as formas da adesão a uma luta, a uma ação, a um modo de vida e a um interesse intelectual. Desta forma, nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante, pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda, signo descritor de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual. Não se pode esquecer que o surgimento das novas áreas de profissionalização ambiental valorizadas ou revalorizadas com o advento da constituição de um campo ambiental, acena com novos espaços de inserção para o jovem, que sofre com o esgotamento das oportunidades nas carreiras tradicionais.

Assim, o sujeito ecológico demarca um campo de ideais disponíveis para a formação da identidade do jovem que ingressa na esfera pública e que partilha, em algum nível, de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico abarca não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo, incluindo os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental em suas esferas de ação política, formação de especialistas, profissionalização e teorização. A crença na mudança radical, cuja enunciação encontramos no chamado dos

²⁰ Abordando a trajetória de militantes e educadores ambientais analisei, em outro trabalho (Carvalho, 2002), os sentidos acionados na idealização de um sujeito ecológico, marcadamente nas pré-disposições e atitudes políticas aí cultivadas como a vontade contestatória de fundo romântico, o inconformismo da contracultura, a militância como "*habitus*", a constituição de um sentimento de crítica radical, o elogio da *margem* e do *alternativo* como lugar de recusa do estabelecido e reinvenção da existência pessoal e política.

movimentos altermundistas²¹ do Fórum Social Mundial, a “um outro mundo possível” está sintonizado com a promessa ecológica. Promessa essa de uma transformação não apenas política, mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, parece ser um ponto de atração para uma juventude em busca de mudanças, acenando com novos trânsitos e também com novos riscos para a própria esfera política.

²¹ Altermundista é uma das maneiras como tem sido denominados por diversos analistas sociais, por exemplo, Alain Touraine, Boaventura de Souza Santos, entre outros, os diferentes movimentos sociais que, principalmente desde o final dos anos 90, uniram-se na insurgência contra os mecanismos e instituições que tem conduzido os processos de globalização financeira e lutado por uma outra globalização centrada nos direitos humanos e ambientais. Essa luta assumiu o lema que reivindica “um outro mundo possível” e tem impulsionado um movimento mundial que se reúne em torno dos já 5 Fóruns Sociais Mundiais realizados nos anos 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. e DUPONT, Y. *O equívoco ecológico; riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AMSTALDEN, L. F. & RIBEMBOIM, J. Meio ambiente e jovens. In: CNPD, *Jovens acontecendo na trilha das políticas*. Brasília, v. 1., 1998, p 149-164.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.

BOY, D.; MAXEL, A. ROCHE, A. Jeunes ecologists: un portrait en creux. IN: PERRINEUAU, P. *L'engagement politique; declin ou mutación?* Fundación Nacional des Sciences Politiques, Paris, 1994, p. 267 – 290.

CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2a ed. 2002.

CRESPO, S. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente*. Pesquisa Nacional de Opinião (1992-1997-2001) Mast/CNPq/ISER, Rio de Janeiro, 2001.

DAYRELL, J. "O jovem como sujeito social". *Revista Brasileira de Educação*. Set/out/nov/dez 2003, n. 24. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - Anped

KHEL, M. R. *A mínima diferença*. Imago, Rio de Janeiro, 1996.

NOVAES, R. Os Jovens e o Meio Ambiente. In: FELDAMNN, F, CRESPO, S. & DRUMMOND, J. A. (Org) *Rio + 10 Brasil: Uma Década de Transformações*. Iser; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro. 2002. p. 56 - 62.

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. Educ/Fapesp, São Paulo, 2002, p 115-134.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice*; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora. 1995.

_____. *A crítica da razão indolente*; contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2000.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

AS VÁRIAS CORRENTES POLÍTICAS DA ECOLOGIA NO BRASIL

Agripa Faria Alexandre
Doutor em Ciências Humanas (UFSC).
Professor do Curso de Geografia da Udesc.
Diretor do Instituto de Ecologia Política (IEP).
agripa@udesc.br

Neste texto, destaco a existência de várias correntes políticas da ecologia presentes no Brasil. Trata-se de um pequeno resumo de parte de uma pesquisa nacional sobre uma década de práticas ecológicas (1990-2001), na qual pude identificar, através de uma metodologia de análise de documentos e de entrevistas, que a ecologia é um tema de natureza política e cultural para nós. Digo política no seu sentido prático social e comunicacional. É a ecologia do nosso dia-a-dia, das nossas relações de sobrevivência e de valores que procuramos distinguir como importantes e merecedores de um “status” cultural. Nesse sentido, ela é tão ligada à vida democrática que quem a defende precisa, através de um exercício de fala orientado para o convencimento, relacioná-la com uma importância funcional e orgânica de uma comunidade ou grupo de relevância, legitimidade e prestígio político.

Com base no *Cadastro Nacional das Entidades Ambientistas*²², analisei práticas ecológicas das cinco regiões geográficas do Brasil. De todas as entidades contatadas, pude efetivamente tomar depoimentos de 30,53%, um percentual bastante significativo em termos de representatividade do ambientalismo brasileiro. Na região Norte, entrevistei vinte e dois dirigentes de grupos ecológicos; na região Nordeste, cinquenta e três; no Centro-oeste, trinta e um; no Sudeste, noventa e oito; e, na região Sul, foram cinquenta e oito. No total, duzentos e sessenta e dois grupos ambientalistas me comunicaram suas principais formas de ação, parcerias e características de projetos realizados ou em fase de

²² Conferir dados desse cadastro no “site” do Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br

realização. Pude assim, desenhar uma inédita tipologia das principais correntes políticas da ecologia existentes no Brasil ²³.

Começando com a região Norte, o ambientalismo é afirmado numa esfera pública política plural. Os grupos entrevistados comunicaram suas experiências de projetos políticos, fundamentalmente para reivindicar uma exclusividade de valores e modos de vida construídos a partir de um aprendizado cognitivo que deriva das possibilidades abertas de um sistema liberal com suas instituições tradicionais que absorveram a história da ecologia local e seu legado normativo de leis e costumes. O predomínio do agir comunicativo entre Estado, setor privado e grupos ambientalistas foi possível graças à existência de uma política ambiental secularizada e uma moral racional orientada para o entendimento entre ideais incomensuráveis de bem das tradições culturais ali existentes.

As entidades *Associação dos pequenos produtores de projeto de reflorestamento econômico consorciado e adensado* – Reça, *Centro dos trabalhadores da Amazônia* – CTA, *Comissão pró-índio do Acre* – CPI/AC, *Conselho nacional dos seringueiros* – CNS, *Núcleo de ação para o desenvolvimento sustentável* – Poemar e *Proteção ambiental cacoalense* – Paca estavam, no momento da entrevista, orientando suas ações no sentido da aplicação dos princípios do eco conservacionismo, em especial no que diz respeito à utilização dos recursos renováveis para assegurar o desenvolvimento de forma mais racional. Em decorrência de ser a região Norte pesquisada, os discursos encontrados se mostraram, todavia, menos desenvolvimentistas e mais associados à manutenção do potencial de uso da bio diversidade e da sócio diversidade, ligado aos saberes tradicionais. Mesmo assim, esses saberes comunicados estavam integrados ao saber técnico especializado dos agentes estatais com quem as entidades ambientalistas trabalhavam em parceria ou recebiam algum financiamento.

O ambientalismo do tipo eco preservacionista estava ligado às parcerias com o setor privado, entre duas das três entidades comunicadas. O eco conservacionismo desenvolve esse tipo de parceria muito raramente, embora apareça em alguns casos, recebendo aporte financeiro do setor privado, como no caso da entidade *Núcleo de ação para o desenvolvimento sustentável*. As entidades preservacionistas, *Associação SOS Amazônia*, *Fundação Vitória Amazônia* e o *Instituto de pesquisa e estudo Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro* – Ipary, desenvolviam à época da pesquisa, projetos de proteção de espécies, habitats e ecossistemas, sem qualquer interesse de fomento à geração de renda naquela região.

Casos diversos estão associados às entidades *Centro de defesa dos direitos humanos e educação popular* – CDDHEP, *Centro de estudos e defesa do negro do*

²³ Gostaria de ressaltar o caráter inédito dessa tipologia tão somente para o Brasil. Em termos mais abrangentes, existe o trabalho de R. Eckersley (1992), no qual também me apoiei.

Pará – Cedenpa e Instituto Universidade Popular – Unipop, que desenvolviam um ambientalismo eco socialista, preocupado com a eliminação de excessivas injustiças sociais. Em defesa do negro e de populações carentes do norte, essas entidades manifestaram estarem desenvolvendo atividades, tanto com preocupações sobre as relações de produção, como também, com preocupações de relações na produção, lutando então para combater todas as formas de discriminação.

O ambientalismo inserido mais ativamente na economia, nomeado aqui como eco capitalismo, apresentou uma preocupação de qualificação produtiva dos produtos extraídos da floresta, como o *Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia – Imazon*, que trabalhava com atividade madeireira de beneficiamento e extração seletiva. O ambientalismo do norte do Brasil se diferenciou através da defesa de conteúdos normativos que denotam a existência de uma participação política alargada, um senso de ‘pertença’ cultural e de tentativas de sobrevivência. Os líderes seringueiros comunicaram, por exemplo, um profundo sentimento de ‘pertença’ cultural no modo como definiram o eco conservacionismo, mostrando com isso também que, por detrás das ações políticas ali engendradas, existe a defesa de um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, pude notar indicações substantivas de autenticidade diferencial e de seleção funcional específicas. Entidades com senso de ‘pertença’ grupal como o *Conselho nacional dos seringueiros*, conferem importância ‘identitária’ à ecologia política, mostrando estarem conscientes de que sua união decorre de uma forte resistência aos imperativos do modo de produção capitalista e ao modo de opressão do aparelho estatal. Da mesma forma, as manifestações eco socialistas analisadas, expressaram esse componente de diferenciação a partir da manifestação da autenticidade ‘identitária’ na luta travada contra as discriminações raciais provenientes do modo de produção da economia, tradicionalmente ligadas às contingências de um modelo colonizador da história econômica do Brasil. Esse sentido de pertencer não figura muitas vezes no modo de ambientalismo que prima pelo uso correto da técnica em nome da lucratividade, como no caso do eco capitalismo também presente na região Norte analisada.

Já o ambientalismo político da região Nordeste do Brasil esteve marcado por uma forte tendência eco preservacionista. Entre elas, dez estavam envolvidas em projetos de preservação da natureza, do desenvolvimento. O eco preservacionismo dessa região é fortemente autônomo e independente de recursos financeiros externos às entidades. Chamou-me a atenção, o fato de que tanto a parceria, quanto o aporte financeiro, dependem, na maioria dos casos, da contribuição dos associados. As entidades como a *Associação ecológica Rio Novo*, a *Fundação ecológicas de Piripiri*, o *Movimento eclético caminho da restauração*, o *Movimento SOS natureza de Luís Corrêa*, o *Núcleo ambientalista e cultural de Souto Soares* e a *Sociedade ambiental mãe natureza* sobreviviam diretamente da contribuição financeira de seus associados. Apenas a *Associação*

pernambucana de defesa da natureza era dependente do setor privado em suas parcerias e do aporte financeiro de entidades internacionais.

As entidades eco conservacionistas da região Nordeste comunicaram uma associação direta com as agências estatais, em termos de parcerias e aportes financeiros recebidos. As práticas de eco capitalismo encontradas nessa região receberam a parceria e o aporte financeiro das agências estatais e do setor privado, respectivamente para o caso da *Fundação Delta do Rio Parnaíba* – Fundelta e da *Associação pró-Mata Atlântica do Estado da Bahia*, entidades as quais também se preocupavam, no momento da entrevista, em qualificar jovens para o mercado de trabalho e em assessorar madeireiros no reflorestamento para o corte de árvores.

Da mesma forma que a região Nordeste, o ambientalismo preservacionista da região Centro-oeste dispunha da parceria direta dos seus associados, diferindo quanto ao aporte financeiro, dependente das agências estatais e das entidades internacionais. Somente a *Associação WWF do Brasil* comunicou dispor de parceria e apoio financeiro unicamente de seus associados, diferindo das entidades *Fundação ecológica de mineiros* – Emas e da *Fundação pró-natureza* – Funatura, dependentes das parcerias dos associados, mas financeiramente das agências estatais, do setor privado e das entidades internacionais de apoio.

A região Sudeste do Brasil apresentou o maior número de entidades ambientalistas. A entidade eco preservacionista *Greenpeace* tem sua sede central nessa região do país, mas atua em todo o território nacional, recebendo contribuição de seus associados do mundo inteiro. À época da entrevista, a entidade realizava atividades de denúncia e desobediência civil. Estava então preocupada com o desflorestamento da região Amazônica, a ciência transgênica e a produção de toxinas. Esse ambientalismo pode ser classificado como *neo preservacionista*, porque está marcado pela defesa ainda mais radical da natureza, diferente do preservacionismo comum. Suas práticas subentendem uma crítica ao ritmo de deteriorização das condições de vida no planeta nos últimos anos e ao emprego irrestrito do conhecimento científico na agricultura de melhoramento genético, o que justificaria a desobediência civil. Dessa forma, a preocupação atual do *Greenpeace* não estaria restrita à defesa de espécies em extinção e de espaços de natureza intocada, distantes das sociedades urbanas industriais. Nestes últimos anos, o grupo dirige ações de defesa da vida como um todo, preocupado que está com os efeitos já irremediáveis do buraco da camada de ozônio e com o incremento na produção de alimentos com células transgênicas.

Os dois movimentos pro qualidade de vida entrevistados da região Sudeste, foram a *Associação cultural ecológica Pau-Brasil* e a *Associação para proteção ambiental de São Carlos*. A primeira se dedicava à questão da arborização urbana, ao passo que a última, à questão da destinação correta do lixo produzido pela

cidade. Os parceiros comunicados pela primeira entidade eram os associados e o aporte financeiro vinha do setor privado. No caso da segunda, os parceiros foram as agências estatais e o aporte financeiro vieram das mesmas.

Devido ao grande número de entidades existentes nessa região, é importante notar mais uma vez que os grupos entrevistados souberam comunicar suas experiências de projetos políticos de forma bastante afirmativa e diferenciada, o que denota o aprendizado cognitivo dos ativistas verdes que deriva das possibilidades abertas por um sistema liberal e com suas instituições tradicionais, que absorveram a história do movimento e seu legado normativo de leis e costumes.

Como conclusão, podemos sublinhar que a efetivação dos projetos carreados de forma independente pelas entidades ambientalistas aponta, para nós, um fato de extrema importância: à tese da afirmação de uma esfera pública plural e expansiva no Brasil, onde bens e valores culturais são afirmados de modo autêntico. Em outras palavras, os projetos ilustrados aqui apresentam conteúdos que foram incorporados pelos atores sociais que os desenvolveram e acreditaram neles. Esse dado é fundamental para se entender que as manifestações ambientalistas citadas contêm profundas formas de reconhecimento cultural, demonstradas principalmente pelo envolvimento associativo na realização dos projetos das entidades, ou ainda, em termos de parcerias e de aporte financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (1992). (Org.). **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: Ibase.

ACOT, P. (1990). **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus.

AGENDA 21. (1992) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio.

AGUIAR, R. (1994). **Direito ao meio ambiente e participação popular**. Brasília: Ibama.

ALEXANDRE, A . F. (2003). **Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil**. Tese de Doutorado, UFSC.

_____. A. F. (2002). Os ecologistas sabem fazer política? In: *Ambiente & Sociedade*, n. 8. Campinas: Ed. Unicamp.

_____. (2002) **Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, n. 3. Porto Alegre: Emater/RS.

_____. (2000). **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro. Uma contribuição à crítica do movimento**. Florianópolis/Blumenau: Ed. UFSC, Ed. Furb.

ALIER, J. M. (1998). **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. Furb.

ECKERSLEY, R. (1992). *Environmentalism and Political Theory: toward and ecocentric approach*. UCL Press.

ELIAS, N. (1994). O processo civilizador. Vols.1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

HABERMAS, J. (1994). **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro.

KRISCHKE, P. (1997). A cultura política pública em J. Rawls : contribuições e desafios à democratização. In: FELIPE, S. (Org.) **Justiça como equidade: fundamentações e interlocuções polêmicas**. Florianópolis: Insular.

_____(2001) Aprender a democracia na América Latina: notas sobre o aprendizado político e as teorias da democratização. In: LEIS, H., SCHERER-WARREN, I. e COSTA, S. (Orgs.) (2001). **Modernidade crítica e modernidade acrítica**. Florianópolis: Cidade Futura.

_____. P. (2001) **The learning of democracy in Latin America: social actors and cultural change**. New York: Nova Science.



PROTAGONISMO JUVENIL E MEIO AMBIENTE NO RIO DE JANEIRO: CENÁRIOS

Jacqueline Guerreiro Aguiar
Coordenadora do Projeto Neadist – Núcleo de
Educação Ambiental à Distância Facilitadora da
REBEA e da REARJ; Facilitadora da Rede CEAs integrante do
Comitê AP 4 do Fórum 21 da Cidade do Rio de Janeiro.
jguerreiro@alternex.com.br

*Vede o grande no pequeno!
Vede o muito no pouco! (...)
Realizai o grande,
Amando o pequeno!
Todo o complicado no mundo
Começa simples!
Nasce pequeno! (...)
(TAO TE KING)*

Introdução

*“...hay una sola manera de contribuir a la protección de la humanidad y es
no resignarse” E. Sabato*

O conceito de Protagonismo Juvenil entendido como “*criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso*”²⁴, ainda não foi alvo de estudo sistematizado no que

²⁴ Costa, Antônio Carlos Gomes da . “Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo”, disponível em www.escola2000.org.br

concerne à sua presença em programas, projetos e ações de cunho ambiental no Rio de Janeiro. Várias são as dimensões teóricas metodológicas que este conceito possibilita a educadores engajados na construção da cidadania ambiental dos jovens, o que denota a urgência de reflexões sobre os caminhos que ele, o conceito, vem traçando na arena ambiental do estado.

Este artigo pretende contribuir para esta reflexão, apresentando alguns cenários que possam subsidiar estudos ulteriores, bem como apontar percursos que posam enriquecer a discussão sobre a formulação de políticas públicas para juventude na área ambiental.

Interação

No Rio de Janeiro, três momentos são significativos para a articulação de atores sociais e organizações envolvidos na temática do *Protagonismo Juvenil e Meio Ambiente*: Os Desfiles da Semana do Meio Ambiente (1996-2000); o Seminário Protagonismo Juvenil e Meio Ambiente (2000) e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003).

Os Desfiles da Semana do Meio Ambiente ocorreram na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1996 a 2000. Idealizados e coordenados pelo Iser²⁵, tendo como público alvo alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro, contou com parcerias de instituições públicas e do terceiro setor²⁶, objetivando a realização de desfiles ecológicos temáticos²⁷, inseridos num processo educativo que envolvia *oficinas de arte e de ecologia*; encontros de sensibilização para professores e alunos, elaboração de cartilha e material instrucional, confecção de fantasias e adereços com materiais reutilizáveis. A escolha dos sub temas das escolas, a construção dos conceitos artísticos e a confecção das fantasias e adereços contaram com a participação efetiva das crianças e dos jovens que eram reconhecidos no projeto, como os protagonistas da campanha educativa.

²⁵Iser – Instituto de Estudos da Religião: www.iser.org.br

²⁶1996: Ministério do Meio Ambiente, Grude; 1997: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Viva Rio, Grude, SMDS/Semape – São Gonçalo; 1998: Fundo de Conservação Ambiental; Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Fundação RioZoo, Fundação Parques e Jardins, Viva Rio, Grude, Amaguava; 1999: Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Fundação RioZoo, Fundação Parques e Jardins, Viva Rio, Grude; 2000: Fundo de Conservação Ambiental, Petrobrás, Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Viva Rio, Grude, Roda Viva.

²⁷ Os temas foram: Lixo (1996), Água (1997), Recursos Florestais (1998), Bio e Sóciodiversidade (1999); Brasil: 500 anos de história e natureza (2000).

Os desfiles produziram não apenas uma variedade de objetos, confeccionados a partir de materiais reutilizáveis, mas possibilitaram o diálogo entre diversas instituições que em seus projetos e programas, trabalhavam na ótica do protagonismo juvenil, bem como incentivaram e mobilizaram as crianças e jovens de cerca de 130 escolas participantes a desenvolverem propostas de ações nas mesmas, tendo como tema o meio ambiente e a qualidade de vida.

O Seminário Protagonismo Juvenil e Meio Ambiente²⁸, organizado pelo Geema – Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente, em 2000²⁹, objetivou a discussão do conceito de *protagonismo juvenil*, num diálogo entre instituições com experiência na reflexão sobre esse conceito e organizações com projetos de meio ambiente envolvendo jovens no Rio de Janeiro³⁰. As discussões giraram em torno de questões como ações educacionais e formação para o meio ambiente, metodologias lúdicas e projetos para jovens, novas tecnologias e inclusão digital de jovens, capacitação profissional de jovens na área de meio ambiente e cidadania e meio ambiente na percepção dos jovens. Como resultados, alguns convênios e parcerias foram efetivados pelas instituições participantes.³¹

A Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, programa governamental do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação ocorrido em 2003 em Brasília, tendo a presença de 378 jovens delegados e delegadas dos estados, foi a culminância de um processo participativo em todo o país, envolvendo escolas de Ensino Fundamental que realizaram conferências de meio ambiente sobre problemas sócio ambientais sob a temática *Vamos Cuidar do Brasil*, com o objetivo de elaboração de propostas de políticas ambientais. A conferência incentivou a criação dos Coletivos Jovens e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – Rejuma³².

No Rio de Janeiro, o processo possibilitou a reunião de jovens oriundos de diversas instituições e o fortalecimento de programas e projetos voltados para a construção de ações ambientais calcadas no protagonismo juvenil. A Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro ampliou o diálogo com as redes de jovens, organizações iniciaram projetos para esse público alvo e os jovens, a partir da constituição da Rejuma, estão a criar seus próprios fóruns e organizações.

²⁸ Com abrangência regional ocorreu em 1998 o 1º Fórum Niteroiense da Juventude Para o Meio Ambiente e Qualidade de Vida. **Juventude e Meio Ambiente**. Projeto Visão 21 e Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Niterói.

²⁹ O Seminário foi realizado no Clube de Engenharia e contou com o apoio do Neadist, do Caevs e da LW Eventos.

³⁰ As organizações participantes foram: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária, Viva Rio, Instituto de Imagem e Cidadania/Núcleo Web Social, Instituto Pró-Ação, Observatório da Juventude, Fundação Rio Zôo, Cima, Canal Futura.

³¹ Informações sobre o seminário e desdobramentos: geema@alternex.com.br

³² <http://www.mma.gov.br/conferenciainfantojuvenil>

Atuação

Vários programas e projetos no Rio de Janeiro, governamentais e de organizações da sociedade civil, possuem como público alvo, os jovens. No entanto, projetos tendo como diretriz metodológica fundamental o *protagonismo juvenil* ainda são numericamente minoritários e pouco conhecidos os seus resultados no que concerne à ruptura com o paradigma dominante que não percebe o jovem como ator político.

Alguns projetos são referência nessa questão. Um exemplo é o Projeto Protetores da Vida – Baía de Guanabara³³, sob a coordenação da ONG Cima³⁴, com ações educativas voltadas para os municípios da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. O objetivo é o de capacitar jovens para atuarem como protagonistas em planos de ação voltados para a revitalização da Baía de Guanabara. Como produtos têm-se livro, filme, banco de dados, material instrucional sobre a agenda ambiental da escola, jornal e diversas ações locais protagonizadas por jovens.

O projeto Juventude da Baía de Guanabara objetivou a formação de jovens lideranças capazes de atuar na gestão pública municipal como multiplicadores ambientais. No município do Rio de Janeiro, foi coordenado pelo Centro de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que capacitou 500 jovens para idealizarem e realizarem atividades de educação ambiental³⁵. Em São Gonçalo, o projeto foi desenvolvido pela Cooperativa Estruturar³⁶, que capacitou 500 jovens que elaboraram documentos com propostas que foram encaminhados às Secretarias de Desenvolvimento Social e de Infra-estrutura Urbana e Ambiental do município.

O *Programa Cidadania Ambiental*³⁷ implementado pelo governo do estado visa, no que se refere aos jovens, capacitar alunos do Ensino Médio da rede pública, em ferramentas de educação ambiental, tornando-os agentes ambientais da comunidade, aptos a participarem de forma ativa da realização de diagnósticos sócio ambientais das comunidades e dos projetos oriundos desses. Mais de 1.500 jovens integraram o projeto.

A ONG Ecomarapendi³⁸ desenvolve o *Programa de Estágio Voluntário*, integrado ao projeto Recicloteca³⁹ que objetiva capacitar jovens, além das atividades cotidianas do projeto, em elaboração e gestão de projetos ambientais. Um dos eixos de atuação da instituição é a inserção de alguns desses jovens na coordenação do próprio projeto Recicloteca.

³³ www.protetoresdavidia.org.br

³⁴ Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente: www.cima.org.br

³⁵ www.rio.rj.gov.br/smac

³⁶ www.estruturar.org.br

³⁷ www.cidadaniaambiental.org.br

³⁸ www.ecomarapendi.org.br

³⁹ www.recicloteca.org.br

A ONG Roda Viva⁴⁰ desenvolve o Programa Desenvolvimento Comunitário, que visa implementar ações de “fortalecimento comunitário, através de programas e estratégias de educação, mobilização e articulação de lideranças jovens”, tornando-os aptos a serem protagonistas em lutas pela melhoria de suas comunidades.

Em 2003, o Centro de Capacitação Ambiental Terrazul⁴¹, com o apoio da GTZ – Agência de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha⁴² desenvolveu o Projeto Piloto Curso de Educação Ambiental para Jovens, referenciado explicitamente no conceito de ‘protagonismo’ juvenil. Os jovens participaram ativamente de todas as etapas do projeto, desenvolvendo seus próprios cronogramas de trabalho e construindo seus suportes de aprendizagem. Os Projetos-Ação foram o espaço pedagógico de construção e desenvolvimento das idéias dos jovens e seus resultados se estenderam para as escolas, criação dos núcleos ambientais e comunidades, criação dos Conselhos de Meio Ambiente das Associações de Moradores.

A ONG Os Verdes⁴³, definindo-se como um “Movimento de Ecologia Social” possui como um dos seus eixos de atuação, a capacitação de lideranças jovens para participarem ativamente no movimento ambientalista do Rio de Janeiro e nas redes as quais se integra. Esses jovens possuem atuação destacada em várias ações como na Conferência de Meio Ambiente no Rio de Janeiro⁴⁴, no Programa Formadores⁴⁵ e na Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro⁴⁶.

A 7ª Coordenadoria Regional de Educação⁴⁷ coordena o projeto *Construindo, Realizando, Educando para o Desenvolvimento Sustentável*, que tem como objetivo a implantação da Agenda 21 nas escolas e a capacitação da comunidade escolar para a participação ativa na construção da Agenda 21 da cidade do Rio de Janeiro. Um dos planos de ação é a formação de grupos de trabalho, onde os alunos atuam como agentes multiplicadores.

O Centro de Referência Ambiental Chico Mendes⁴⁸, em Nova Iguaçu, vem promovendo o debate ambiental na Baixada Fluminense, fomentando a rede de educadores ambientais na região. Vários de seus projetos como os *Monitores Ambientais*, objetivam a formação de jovens para atuarem em suas comunidades como multiplicadores de informações e mobilizadores de projetos com o propósito de diagnosticar e propor soluções para os problemas ambientais

⁴⁰ www.rodaviva.org.br

⁴¹ www.institutoterrazul.org.br

⁴² www.gau.org.br

⁴³ www.osverdes.org.br

⁴⁴ Informações sobre a Conferência de Meio Ambiente www.mma.gov.br

⁴⁵ Programa Formadores do MEC: www.mec.gov.br

⁴⁶ rededucacaoambiental@grupos.com.br

⁴⁷ www.rio.rj.gov.br/sme

⁴⁸ www.ondaverde.org.br

detectados. Uma das dimensões importantes do trabalho do Centro de Referência Ambiental Chico Mendes é a busca pela capacitação profissional desses jovens, com ações voltadas para a geração de renda.

Ação

As experiências apresentadas traçam um perfil de alguns dos caminhos pelos quais o ‘protagonismo’ dos jovens vem sendo mobilizado em projetos ambientais no Rio de Janeiro. Esses caminhos que se cruzam nas diversas redes e fóruns existentes, que dialogam nos diversos encontros da área e que se fortalecem mutuamente na participação de educadores ambientais que funcionam como elementos de agregação e apontam alguns percursos que podemos destacar:

- A importância da **formação** do jovem nas temáticas do meio ambiente, entendida como *capacitação para a ação* e não apenas transmissão de informação. Os jovens apreendem a importância da cidadania ativa para a solução dos problemas locais de suas comunidades através de metodologias participativas, técnicas de construção de consenso e de resolução de conflitos, conteúdos construídos a partir de suas realidades sociais e dinâmicas de construção de auto estima.
- A importância do conceito de **rede**, presente em todas as experiências, ampliando as possibilidades de conhecimento e atuação dos jovens.
- As **novas tecnologias de informação e comunicação**, notadamente a Internet, são bastante utilizadas como suporte para a disseminação de informações, mas também como espaços de construção de *comunidades de aprendizagem*.
- A importância da **escola** como espaço de convivência democrática e de atuação política dos jovens.
- A elaboração de **projetos colaborativos**, envolvendo os jovens e outros atores sociais.
- A elaboração pelos jovens de **diagnósticos sócio ambientais** e de **planos de ação** consensuados, fortalecem a auto confiança e auto estima, na medida em que fortalecem o papel dos jovens como agentes principais de transformação.
- As experiências demonstram a importância de **ações práticas** que possam fortalecer a (co)responsabilidade e autonomia dos jovens.

Os percursos assinalados podem contribuir para a discussão sobre as políticas públicas para juventude na área ambiental, principalmente aquelas relacionadas à formação dos jovens como educadores ambientais e sua inserção em espaços de decisão.

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO CIDADANIA COM OS COLETIVOS JOVENS

Kelma Socorro Lopes de Matos
Profª Dra do Departamento de Fundamentos em Educação, do
Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira,
UFC e do Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Ambiental – Prodeima - UFC. Pesquisadora do
Laboratório de Estudos Rurais. Formadora 1 do Programa “Vamos Cuidar do
Brasil com as Escolas” (MEC/MMA).
kelmatos@uol.com.br

As juventudes não representam uma unidade social (Bourdieu, 1983). De acordo com seu tempo, suas vivências e suas escolhas, mostram-se diversos, o que se reflete também nos seus interesses, como por exemplo, o envolvimento dos jovens que fazem parte do Coletivo Jovem de Meio Ambiente – CJ, na luta pelas questões ambientais. Por isso, é fundamental esclarecermos de que jovens falamos, que perfil apresentam enquanto grupo. A pesquisa “Perfil dos Conselhos Jovens do Meio Ambiente⁴⁹” (Ministério da Educação/Ministério do Meio Ambiente, 2004-2005), permite-nos apontar algumas dessas características.

Dos quatrocentos e vinte e quatro integrantes dos Coletivos Jovens no Brasil, cento e sessenta e um participaram da pesquisa acima referida, ou seja, 38% do total. Desses, 56% são do sexo feminino e 44% do masculino, apresentando um relativo equilíbrio entre os gêneros. Com a idade entre quatorze e trinta anos, a maioria, 66%, está numa faixa etária entre dezoito e vinte e cinco anos. É importante salientar que apesar da idade contribuir para a

⁴⁹Na época da divulgação dos resultados desta pesquisa, ainda se adotava a denominação “Conselhos Jovens”, a qual foi posteriormente assumida como “Coletivo Jovem”.

apresentação desses sujeitos, não é apenas essa que define a juventude (Melucci, 1997), pois “a juventude é apenas uma palavra” e podemos sempre ser “o velho ou o jovem de alguém”, (Bourdieu, 1983). É preciso conhecer e, sobretudo escutar anseios, perspectivas, receios, alegrias e desejos das juventudes. Perceber suas posturas frente ao mundo, neste período em que, muitas vezes, sentem “a pele e a alma rasgadas pelas transformações”, (Matos, 2003).

Os jovens que formam o Coletivo de Meio Ambiente se auto declaram, com relação à cor e raça, pardos, 55%, brancos, 31%, e pretos, 10%. Os outros 3% se dividem entre indígenas e os que se dizem de cor amarela. Grande parte deles estudou em escolas públicas. Atualmente, 21% estão cursando o Ensino Médio, 31% concluíram este nível de ensino e 30% dos respondentes, estão matriculados no Ensino Superior. Apenas 9% do total, são graduados. Podemos então afirmar que esse grupo possui condições favoráveis de acesso e permanência na escola, diante de estatísticas mais gerais que apontam o Ensino Médio como o “ensino das minorias sobreviventes”: “(...) para cada 10 jovens com idade entre 15 e 17 anos, existentes na população, o país contabiliza só 5,5 matriculados no Ensino Médio, (...) incluindo-se entre esses últimos, os que têm 18 anos ou mais” (Mello, 1999, p.91).

Outro dado fundamental é que o Coletivo Jovem tem uma formação eminentemente urbana, com 62% dos seus integrantes residindo nas capitais dos estados. Somente 5% declararam morar em área rural. Sobre isso, é significativo ressaltar dois pontos: primeiro que a investigação foi realizada pela Internet, e ainda não vivenciamos uma “democracia plena da informação”, o que é agravado pelas precárias condições de vida que predominam no meio rural. O segundo ponto é que há uma certa invisibilidade da juventude rural sob muitos aspectos. Em outra pesquisa por nós coordenada, “A Juventude dos jornais: analisando o olhar da mídia”, (Matos, 2003b; Matos 2004), observamos a escassez de matérias jornalísticas sobre a juventude rural. Há outros estudos que também indicam o silêncio nas pesquisas acadêmicas relativas a essa temática, (Dayrell, 2000). Ao lado disso, o jovem rural, mesmo com todo os avanços na sua organização política, e com o crescimento de iniciativas e práticas ecologicamente corretas, é ainda vítima de preconceitos, devido “... a uma distorção construída sobre a identidade do homem do campo” em que o agricultor é tratado como o matuto, o caipira. Esse fato tem contribuído para que muitos desses jovens se identifiquem como “filhos de agricultores”, tomando a identidade dos pais por referência e ao mesmo tempo, não se assumindo enquanto trabalhadores e trabalhadoras rurais, (Matos, Alencar, 2003, p.18).

No II Encontro da Juventude Rural Protagonista do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado na cidade de Itapipoca - Ceará, foi discutido que “apesar dessa juventude ser incorporada, desde a infância, ao trabalho agrícola, não consegue se afirmar como trabalhador (a) rural”⁵⁰.

Por outro lado, ressaltando experiências gloriosas, Novaes (2003, p.3) aponta que determinadas práticas ambientais têm influenciado na permanência da juventude no meio rural⁵¹. E mais que isso, são por demais significativas para o encontro desses jovens consigo mesmos, sua participação em situações concretas de aprendizado, quando percebem nos valores ecológicos, uma clara conexão consigo, com suas famílias e com o local em que moram.

Em Tauá, no Ceará, são os jovens do sindicato local que levam adiante uma rica experiência de desenvolvimento sustentável. Na região de Limoeiro, em Pernambuco, são os jovens que aprendem, ensinam e executam projetos de “roçados orgânicos”, conectando quatro municípios. Também na Amazônia, (...) os jovens usam termos vindos do vocabulário ambiental para falar de coisas da vida cotidiana deles. Por exemplo, enquanto a idéia de que exista uma “lei” nas reservas extrativistas que exige a preservação de uma parte da mata se articula com mais dificuldade no discurso dos pais e avós (...). Também no sul do país pesquisas demonstram que são os jovens que mostram mais disposição nos acampamentos, nos eventos de sensibilização da opinião pública, tais como marchas pela reforma agrária, nos mutirões da cidadania, fazendo a ligação entre os seus interesses específicos do presente e a necessidade de pensar na sustentabilidade que garantirá futuro.

Essas informações nos fornecem pistas sobre a urgência da implementação de políticas públicas inclusivas sob todos os aspectos, que também tornem mais visível a juventude rural, no sentido de que sejam ultrapassadas as discriminações ‘geracional’ e social a que normalmente é submetida.

Retomando a discussão sobre o perfil do Conselho Jovem, de acordo com a amostra, 34% deles estão no Nordeste e outros 31% são originários da região Norte. O restante se divide entre as regiões Centro-oeste e Sudeste, que juntas somam 34%, e região Sul, 3%. Uma parte significativa deles, 51%, pertence a famílias com rendimento de 2 até 5 salários mínimos, somado ao dado de que quase 60% trabalham em atividades formais e informais, há um forte indicativo de que pertencem a famílias com baixo poder aquisitivo.

⁵⁰ Cf. Texto base do II Encontro da Juventude Rural (2001)

⁵¹ Sobre movimentos migratórios da juventude no Brasil cf. Baeninger (1998)

É importante salientar que a visão sobre o que é meio ambiente para 46% desses jovens, apresenta a idéia de integração entre ser humano e meio ambiente. Esse dado é extremamente positivo, pois mostra que enquanto tantas pessoas possuem ainda uma noção restrita de ambiente, como se o ser humano não fizesse parte da natureza, (Matos, 2004), eles avançam, indicando que provavelmente seu engajamento nas questões ambientais tenha contribuído para essa compreensão ampliada. Isso é fortalecido quando indicam os motivos que os levaram a esse engajamento. 59% dos participantes da investigação apontam que passaram a atuar com o meio ambiente porque acreditam serem (co)responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da sociedade, que se apresenta ainda pouco sensível em relação às questões ambientais. Tendo por foco essa noção de responsabilidade anunciada, é que a seguir, abordaremos a relação que tem sido estabelecida entre os desejos e fazeres dessa juventude.

Interesses, preocupações e comportamento: jovens e o meio ambiente.

A real situação do meio ambiente, certamente tem contribuído para chamar a atenção dos jovens sobre a necessidade de proteção do planeta em que vivemos. Além disso, a disseminação das informações, em especial após a Rio-92, trouxe através de seus fóruns, discussões que marcaram as juventudes, relativas a um ideário ecológico não vivenciado pelas gerações anteriores, (Novaes, 2003). Amstalden e Ribemboim (1998, p.149) acrescentam que a tendência ao engajamento se relaciona às próprias vivências de uma geração vitimada pelo crescimento acelerado.

A coorte de 15-24 anos é exatamente uma geração nascida, em sua maior parte, na década de 70, anos de crescimento rápido de produção, da população e da urbanização do nosso país. Talvez por serem vítimas desse crescimento a qualquer custo e “novos atores” num contexto de deterioração e problemas é que os jovens se preocupem tanto com a proteção do meio ambiente, estando, não raro, dispostos a se engajarem nessa atividade.

São esses mesmos autores que nos advertem para a conexão entre intenções e ações efetivas, pois se os discursos se apresentam como “ambientalmente corretos”, no cotidiano as opções podem não ser as mesmas diante de um sistema socioeconômico injusto que nos pressiona com “... incertezas do desemprego, da desproteção social, da ‘precarização’ do trabalho”, (Acselrad, Herculano, Pádua, 2004, p.14). Nessa mesma direção, a Ministra Marina Silva (2003, p.9) anuncia que “...estamos tomados por um consumismo ideológico”. Assim, é preciso que nos recolhamos, para melhor equilibrar idéias e práticas e para achar formas concretas de “transformar o conhecimento em fazeres”, ou

seja, avançarmos para além do discurso das intenções e construirmos mais “inventos” e “eventos” que possibilitem criar um elo efetivo entre o movimento socioambientalista e a sociedade.

A juventude mais engajada com a educação ambiental tem buscado essa via, a exemplo disso ressaltamos a participação de quase 16.000 escolas e 400 delegados na I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que aconteceu em Brasília, em novembro de 2003, tendo como um dos principais objetivos, o de construir um processo permanente de educação ambiental na educação formal. A própria dinâmica desse evento teve como prioridade a filosofia de que “jovem educa jovem”. Assim, contou com a organização de comissões e dos Coletivos Estaduais, que realizaram “Oficinas”, capacitando multiplicadores para realizarem outras oficinas nos estados.

A realização de eventos como esse, provoca muitos avanços como a formação da Rede de Juventude e Meio ambiente – Rejuma, que liga os jovens de todo o Brasil. Além disso, outra idéia lançada durante as conferências adulto e infanto-juvenil, está sendo posta em prática com o Programa *Vamos cuidar do Brasil com as Escolas*, iniciado em julho de 2004, por iniciativa do Ministério da Educação – MEC e Ministério do Meio Ambiente – MMA. Esse programa contempla quatro dimensões: a) *formação de educadores ambientais*, processo de formação de professores e jovens estudantes sobre consumo sustentável e políticas públicas; b) *instalação das comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas*, controle social da educação ambiental na escola e implementação da agenda 21; c) inclusão digital com *Ciência de Pés no Chão*, sistema informatizado com aplicativos de pesquisa escolar sobre o meio ambiente; d) *Educação de Chico Mendes*, projetos de pesquisa/ação animados por ONG, no intuito de construir processos de intervenção. (Ministério da Educação, 2004).

Ressaltamos aqui a formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-Vida e a construção da Agenda 21 que seguem orientação da “Carta dos Jovens Cuidando do Brasil – Deliberações da Conferência Infanto Juvenil”. A Com-Vida é organizada pelos delegados e delegadas da Conferência do Meio Ambiente, com apoio de professores, no intuito de aproximar escola e comunidade para discussões e ações envolvendo a educação ambiental. Um dos objetivos dessa comissão é o de colocar em prática a Agenda 21 na escola, aprofundando o compromisso das escolas para “garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando o ser humano e o seu ambiente”, (Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente – Com-Vida, 2004, p.15). A Comissão também contribuirá efetivamente para a organização da próxima Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que ocorrerá em 2006.

Por essas e outras constatações é que Fernandes (2004) afirma que existe uma aliança sustentável entre jovens e meio ambiente. A juventude que participa dos Conselhos Jovens, tem-se mostrado atuante no âmbito da preservação

ambiental, na construção da cidadania, procurando incorporar valores e práticas das idéias ambientalistas em seu cotidiano, (Deboni, 2004). Sabendo que ainda é forte na sociedade, uma visão que prioriza relacionar as juventudes a uma imagem de “imobilidade”, de “causadores de problemas”, de “desajustes e violências”, seja na escola e ou na família, é essencial que essas ações juvenis possam emergir, para demonstrar a preocupação e o cuidado que os jovens têm apresentado com o mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relumê Dumara: Fundação Ford, 2004.

AMSTALDEN, Luis Fernando F; RIBEMBOIM, Jacques. Meio Ambiente e Jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. Vol. I. (p.149-164).

BAENINGER, Rosana. Juventude e Movimentos Migratórios no Brasil In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. Vol. I. (p.21-70).

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In SPÓSITO, Marília. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: Inep, 2000.

DEBONI, Fábio. *Juventude, Participação e Meio Ambiente no Brasil* - Disponível em: www.protagonismojuvenil.org.br . Acesso em 15.01.2004.

FERNANDES, Mateus. Jovens e Meio Ambiente – uma aliança sustentável. Disponível em:

<http://www.protagonismojuvenil.org.br/Noticias/noticia.asp?not=305> . Acesso em 12.02.2004.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. *Juventude, Professores e Escola: possibilidades de Encontros*. Ijuí: Editora Unijui, 2003a.

_____. A juventude nos jornais: analisando o olhar da mídia In: *III Encontro de Pesquisa e Pós-graduação/III, Encontro de Iniciação Científica e tecnológica do Cefet*. Fortaleza. Cefet - Ce. V.1. p. 03. 2003b

_____. Juventudes nos Jornais: a educação ambiental em foco In MATOS, Kelma Socorro Lopes de; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs). *Educação Ambiental em tempos de semear*. Fortaleza: Editora UFC, 2004. (p.19 a 31)

MATOS, Kelma S. L; MEDEIROS, Maria Clélia de Medeiros Alencar. Juventude rural: trabalho, migração e escola In MATOS, Kelma S. L. (Org). *Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In PERALVA, Angelina, SPÓSITO, Marília Pontes. (Orgs). *Juventude e Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Maio - dezembro, n. 5 e 6, 1997. (p. 5-14).

MINISTÉRIO da Educação. *Vamos Cuidar do Brasil com as escolas*. Seminário de Formação 1. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília. 26 a 31 de julho de 2004

MINISTÉRIO da Educação; Ministério do Meio Ambiente. Formando Com-Vida. Construindo a Agenda 21. Brasília, setembro de 2004.

_____. “Perfil dos Conselhos Jovens do Meio Ambiente” (MEC/MMA, 2004-2005)

http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea_extras/2cnijma/res_pesq_cj.pdf. Acesso em 20.03.2005

NAMO DE MELLO, Guiomar. O Ensino Médio em números: para que servem as estatísticas educacionais? In CASTRO, Maria Helena Guimarães de DAVANZO, Áurea Maria Queiroz (Org.) *Situação da Educação Básica no Brasil*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. (p.91-109)

NOVAES, Regina. Os Jovens e o Meio Ambiente. Disponível em: http://www.memoriadomeioambiente.org.br/projeto/down/regina_novaes.doc. Acesso em: 05.10.2003.

SILVA, Marina. Prefácio In TRIGUEIRO, André (coord.) *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003 (p. 9-13).

TEXTO Base do II Encontro da Juventude Rural do Estado do Ceará. *Juventude Rural Protagonista do Projeto Alternativo de desenvolvimento rural sustentável*. Fortaleza, 2001 (mimeo).

JUVENTUDE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

Ondalva Serrano

Engenheira agrônoma e educadora ambiental

Trabalha na Reserva da Biosfera

do Cinturão Verde de São Paulo, coordenando projetos com jovens
em situação de risco.

ondalva@yahoo.com.br

O PLANETA TERRA É A NOSSA CASA NO UNIVERSO

Como todos sabemos, nosso planeta Terra é um dos nove planetas do sistema solar que recebe radiações de energia do sol, o que lhe possibilitou o surgimento da vida e de toda a multiplicidade de formas de vida em seu meio aéreo, aquático e terrestre. Sendo o único planeta habitável por nossa espécie que conhecemos em nossa galáxia, o que fazemos com ele é condicionante do futuro da humanidade terrestre nesse universo. Nossa odisséia terrestre vai depender de como nossas gerações atuais e futuras irão usar e manejar os recursos naturais existentes nessa nossa casa no universo.

A TERRA É UM CORPO ORGÂNICO VIVO E EM DESENVOLVIMENTO

Uma das explicações da ciência para a origem de nosso universo, ou seja, de sua Cosmogonia é a de que a partir de uma explosão, “o big bang”, de matéria super condensada, teria sido criado tudo o que existe hoje: o espaço, o tempo, a matéria e a energia. Dessa forma começou um processo de expansão que continua até os dias de hoje, onde o planeta terra é um corpo orgânico vivo, em processo de formação permanente. Os seres humanos são uma das muitas espécies geradas pelos ecossistemas da Terra e, portanto, também estão em processo de desenvolvimento e realização de sua potencialidade. A mente humana com sua capacidade de pensar também está em expansão nesse universo

e a cada dia que passa, mais os seres humanos são capazes de apreender as leis que regem o mundo que os cerca. Cada nova geração, que surge no planeta, amplia sua capacidade de leitura e de interpretação desse universo e, portanto, de interagir com ele de forma mais racional e consciente em busca de seu uso sustentado.

O PLANETA TERRA, COMO TODO SER VIVO, TEM UM PROGRAMA POTENCIAL

Tudo que existe no universo é formado de átomos: a terra, os vegetais, os animais, os seres humanos e mesmo as coisas e objetos produzidos pelos seres humanos aqui no planeta, mas também são formados, a partir das diferentes combinações desses mesmos átomos os demais astros e galáxias do universo. É da combinação e associação dos diferentes átomos que se estruturam todos os corpos materiais e energéticos em nosso planeta. Os átomos a que nos referimos, são aqueles que conhecemos quando estudamos a tabela periódica nas aulas de química e que se inicia com o átomo de hidrogênio de valor (1), seguido do hélio de valor (2) e assim por diante. Conseqüentemente tudo que existe tem a mesma origem e é fruto das diferentes combinações dos mesmos átomos. É por isso que os cientistas dizem que somos feitos do mesmo material das estrelas e também emitimos nossas luzes.

Todos os corpos, existentes no planeta Terra tem um programa próprio de sua espécie. Por esse programa, semente de abóbora só pode gerar abóbora, igualmente, coelhos só podem gerar coelhos. Os minerais não são corpos vivos, mas também tem seus programas de estruturação e organização interna que fazem com que eles possam ser identificados e não se confundam com outras categorias. Ferro tem estrutura de ferro, quartzo tem estrutura de quartzo, e assim por diante.

O PROGRAMA DO PLANETA TERRA É O GERADOR DE TODOS OS SEUS ECOSSISTEMAS E SUA RICA BIODIVERSIDADE

O planeta Terra, por suas características específicas, tem como programa a capacidade de gerar vidas. Toda essa diversidade de vidas se relaciona entre si, através de cadeias alimentares e de interdependências, mantendo certo equilíbrio ecológico. Nenhuma espécie extermina indiscriminadamente as espécies das quais necessita para viver; porém quando ocorre fartura de alimento para uma certa espécie, ela pode se proliferar e se constituir numa espécie dominante e vir a gerar possíveis desequilíbrios no todo. Os seres humanos, por sua capacidade mental de aprendizado desenvolvida, compreensão de seu meio e capacidade estratégica de ação para lutar por seus interesses, tem

conseguido proliferar sua espécie de forma desequilibrada, a qual se concentrando atualmente, em cidades, tem gerado a destruição de inúmeras outras espécies vegetais e animais muito importantes para a vida sustentável do planeta Terra, que é uma grande célula (corpo) do universo.

O PLANETA TERRA ESTÁ PROGRAMADO PARA SUPRIR E MANTER AS NECESSIDADES ESSENCIAIS À VIDA DE TODAS AS ESPÉCIES QUE ELE GERA

Na multiplicidade de espaços do planeta, territórios aquáticos, marinhos e terrestres, de sua territorialidade planetária, seja em espaços desérticos, pantanosos, de campos, de matas, etc., surgiram e continuam surgindo, espécies com seus programas potenciais e suas necessidades próprias de recursos para viver e se desenvolver. Só surgem e se desenvolvem espécies que tenham funções e papéis na manutenção da cadeia biológica do ecossistema local. Conseqüentemente, cada ser vivo no planeta tem sua função na manutenção do equilíbrio e da sustentabilidade do sistema como um todo, devendo se ocupar de fazer cumprir e realizar o programa para o qual foi gerado e dar continuidade à sua espécie. Ao se realizar como ser, ele também realiza o programa de seu conjunto ecossistêmico. É por isso que os seres humanos podem viver, se desenvolver e realizar seus potenciais nos ecossistemas naturais dos quais é originário, porque eles os suprem de ar puro para respirar, água potável para beber, nutrientes contidos nos minerais, vegetais e animais, para se alimentar, seres vivos para conviver na natureza, suprimindo as necessidades afetivas e de conhecimento de si, dos outros, de seu meio e da multiplicidade de relações desse meio.

A REALIDADE É COMPLEXA

O sistema atômico é um sistema complexo com seu núcleo central composto de prótons e antiprótons, ao lado dos nêutrons e seus elétrons que, transitando em seus caminhos orbitais, emitem fótons e neutrinos através do seu vasto espaço quântico. A luz é originária, na estrutura atômica, de partículas denominadas de fótons. Essas são as mais numerosas de nosso universo, pois um único átomo de hidrogênio, que é o mais elementares de todos os átomos e um átomo é composto de 100 milhões de fótons.

É da associação e da organização sistêmica desses átomos que vão se formar as moléculas, da associação dessas se formam as substâncias sólidas, líquidas e gasosas. Por outro lado, através da mesma forma de organização estrutural sistêmica, o corpo humano resulta da associação de células diferenciadas, que vão formar tecidos, os quais em se diferenciando, associam-se para formar os

órgãos do corpo. Órgãos esses que por sua vez, articulados em redes orgânicas se associam e se conectam para formar os aparelhos digestivo, circulatório, imunológico, excretor e outros. O tecido epitelial que recobre toda essa estrutura de sistemas associados, vai dar forma ao corpo humano, que contendo seu programa genético herdado de seus pais, dentro do programa arquétipo da espécie humana, vai definir sua potencialidade de existir, aprender, desenvolver-se e realizar o potencial de ser humano singular que é, se para tanto contar com acesso aos bens e serviços que o ecossistema local gera.

A REALIDADE É SISTÊMICA E DINÂMICA

É a partir da associação e articulação interdependente, entre as sociedades de corpos minerais, de corpos vegetais, de corpos animais, dos incontáveis corpos de espécies de microvidas, contidos nos meios aéreos, aquáticos, terrestres e corporais, além das crescentes comunidades de corpos humanos concentrados em meios urbanos, periurbanos e rurais, é que se constrói e se desenvolve o planeta Terra no meio sistêmico da esfera do Sol. Sistema solar que equivaleria a um átomo de uma outra dimensão, a galáxia, lembrando apenas que a Via Láctea é uma, dentre milhões de galáxias de nosso universo conhecido. Por ser complexa, sistêmica e dinâmica, nossa realidade além de relativa e interdependente é considerada multidimensional, ‘multireferenciada’ e ‘multirelacionada’.

A NATUREZA TEM JOGOS E SEUS JOGOS TÊM REGRAS

Na complexa e rica diversidade de sistemas complexos existentes dentro de outros sistemas mais amplos e mais complexos de nosso universo, em caráter cada vez mais amplos, a exemplo das bonequinhas russas em que uma se encaixa dentro da outra, de tamanho sempre maior e assim indefinidamente, a natureza estabelece seus múltiplos jogos e onde cada um deles tem suas regras próprias. Conhecer esses jogos e suas regras, aprender a jogá-los, jogando, inclusive muitas vezes até, ao mesmo tempo, sem confundir essas regras, nem desrespeitá-las, para não comprometer a sustentabilidade dos jogos e, portanto, das vidas a eles atreladas, tem sido o desafio e a arte da espécie humana em sua caminhada de realização de seu amplo e surpreendente programa potencial de ser humano criativo.

EXISTEM DIFERENTES NÍVEIS DE REALIDADE COMPLEXA

Na dimensão do “microcósmo” dos átomos, existem as leis quânticas. Na dimensão do ‘iso-cósmo’ dos corpos, como os dos seres humanos, existe o nível material com suas leis da Física, Química e Biologia, mas temos também

o nível energético do pensamento e do sentimento, com suas leis psíquicas. Enquanto que na dimensão do “macrocósmo” dos astros e galáxias, atuam as leis astronômicas e galácticas.

A DIVERSIDADE É UMA CONSTANTE EM TODOS OS NÍVEIS

Diversidade espacial, (dentro ou fora de um corpo que por sua vez já é um sistema complexo, perto ou longe desse corpo sistêmico e ainda no espaço local ou global de seu contexto maior), diversidade temporal, (ontem, hoje, amanhã ou ainda curto, médio e longo prazos), diversidade corporal, (tanto de formas quanto de conteúdos desses corpos sistêmicos diversos), diversidade de movimentos, (diversidade de ritmos, velocidades, direções, tendências e padrões) e, diversidade de significado e de valor nas ações e realizações encetadas pelos corpos sistêmicos. Por outro lado, cada ser tem uma forma singular de efetuar trocas com seu meio, tanto materialmente, consumindo, metabolizando e excretando substâncias sólidas líquidas e gasosas para sobreviver, quanto energeticamente, captando, processando e expressando suas impressões do meio, para compreendê-lo e com ele, melhor interagir para racionalizar satisfações com o atendimento das necessidades essenciais. Dessa forma, cada indivíduo tem uma maneira de ver e perceber o mundo, desenvolver níveis de conhecimentos, de lógicas de raciocínio, de saberes e de consciência, definir quadros de valores e de conceitos sobre as coisas e construir crenças próprias.

O SER HUMANO É UM SER AUTO POÉTICO

Todos os seres humanos são portadores de um programa potencial de ser “auto poético”, a saber: é auto organizado, auto regulado, auto coordenado, autodidata, auto determinado, autotransformador, autônomo, auto consciente e capaz de se auto emocionar; e, ao assim fazer, também emocionar a seu semelhante. Esse atributo confere ao ser humano a qualidade de agente difusor de seu nível de conhecimento, sabedoria e consciência, contaminando e envolvendo seus semelhantes em suas crenças. Essa, como todas as demais habilidades humanas, pode ser utilizada para objetivos construtivos e sustentáveis socioambientalmente, quanto para processos destruidores, antiéticos e de interesses privativos sem ter em conta as necessidades do coletivo. Conhecimento não é garantia de consciência. A consciência implica em compreensão da realidade e compromisso com sua sustentabilidade para todo, respeito ao direito à vida e aos programas naturais de todas as espécies geradas pelos ecossistemas.

A JUVENTUDE É UM PRECIOSO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE ATUAL

Em sua fase de juventude, o ser humano vive momentos muito especiais. Sua forma de sentir se transforma, ocorre um certo nível de sofrimento interior de insatisfação e de busca. A busca de amigos confidentes, a busca de valores pessoais e de interação com o mundo. É uma fase de preparação para a maturidade, para o fortalecimento da vontade e construção de sua capacitação profissional. O amadurecimento sexual estimula a vontade da vida a dois, de construção de uma família conjugal. Amplia-se a sensibilidade pelas futuras gerações e pela qualidade da vida atual. O sentido de coresponsabilidade adquire uma nova dimensão e surge o interesse por construir seu espaço de ação social e ambiental. O impulso pela ação participativa toma vulto com a vontade de expressar suas idéias e opiniões sobre as problemáticas e suas propostas de soluções. Toda essa potencialidade, se adequadamente instrumentalizada com orientações, conceitos, valores e metodologias comprometidas com a vida, a ética, a solidariedade e a sustentabilidade, pode consolidar a atitude cidadã e a capacidade crítica de fazer escolhas conscientes e responsáveis com sua geração atual e as futuras. Viabilizar a inclusão e participação da juventude nos processos de construção do coletivo comunitário local e ou regional, é dever estratégico da sociedade civil organizada e dos órgãos públicos, para criar as devidas oportunidades de se construir repertórios éticos, saudáveis e solidários, geradores de maiores níveis de consciência nos jovens e de assegurar a possibilidade de se ter futuros adultos mais compromissados com a sustentabilidade.

O DIREITO DE ESCOLHA E O LIVRE ARBÍTRIO

Quando os indivíduos acreditam que o bem estar e a felicidade estão vinculados apenas aos bens materiais e às riquezas acumuladas, deixam de ter compromisso com o coletivo e assumem atitudes altamente competitivas e individualistas, onde não há lugar para a solidariedade. Quando os indivíduos compreendem sua origem na natureza e percebem seu papel na construção do seu conhecimento e da individualidade, vinculados ao de sua espécie e demais elementos do planeta, seus parâmetros mudam. Aprender a ler e interpretar a natureza e desenvolver capacidade de interferir nos ecossistemas de forma sustentável, torna-se componente estratégico fundamental de ação cidadã e planetária. A conscientização é básica para a tomada de decisões responsáveis e sustentáveis para a espécie e o planeta.

CADA UM TEM O DIREITO DE ESCOLHA E O LIVRE ARBÍTRIO DE FAZER, OU NÃO

Nessa realidade complexa, com seus diferentes níveis de percepção humana, a cada ação ou omissão em determinado nível dessa realidade, acarretam consequências e desdobramentos em todas as suas demais dimensões, decorrentes de suas interdependências. Na medida em que tudo está interligado por extensa malha de interações, todos somos relativamente dependentes do meio e dos demais seres vivos do planeta. Lembrando que na natureza não há lixo, como na sociedade atual, onde cada indivíduo tem direito à vida no planeta e a um programa potencial, com funções e competências na construção do conjunto da natureza. Lembrando ainda que na natureza, nada se cria ou se perde, tudo se transforma, a ciclagem e a metamorfose de todos os componentes da natureza é um processo permanente. Finalmente deve ser dito que na natureza, todos os caminhos são de mão dupla como ensino e aprendizagem e que o viver e o aprender são indissociáveis.

O BEM ESTAR HUMANO DEPENDE DA CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

Os ecossistemas são os geradores dos bens e dos serviços essenciais ao bem estar humano e a sua sustentabilidade na terra. Serviços de suporte aos solos, à 'biodiversidade', à reciclagem dos elementos da natureza. Serviços de abastecimento ou fornecimento de água, alimentos, ar, madeira, fibras, medicamentos, resinas, bioquímicos. Serviços de regulação climática com amenização de temperaturas, precipitações e infiltração das águas no solo, controle de enxurradas, inundações e erosões, captura de carbono e partículas do ar. Serviços culturais, de turismo, de lazer e de educação, com sua multiplicidade de atividades e oportunidades de conhecimentos, empregos, rendas, satisfações e bem-estar humano no campo e nas cidades.



COMO SERIA O MUNDO À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA?

Paula Brügger
Professora da Universidade Federal de Santa Catarina
do Centro de Ciências Biológicas
Pesquisadora e ambientalista.
brugger@ccb.ufsc.br

Por causa de sua predisposição industrial contra a natureza, por causa da expansão da população, sua tecnologia brutal e sua incessante necessidade de expansão, a civilização da “segunda onda” produziu mais devastação ambiental do que qualquer idade precedente (...). Nunca antes qualquer civilização criou os meios para destruir, literalmente, não uma cidade, mas um planeta (Toffler, c1980, p.128).

Talvez nenhum outro período histórico tenha sido tão marcado pelo medo, pela incerteza e pela insegurança quanto o que estamos vivenciando. A Terra tem 4,6 bilhões de anos. Durante as últimas frações de segundo geológico da história do nosso planeta, o “*Homo Sapiens*” industrial vem interferindo de forma dramática em ciclos naturais que levaram de milhões a bilhões de anos interagindo, dinamicamente, para formar as atuais condições de vida que conhecemos e às quais nos adaptamos. Tais intervenções antrópicas têm se traduzido, freqüentemente, em problemas como extinção de espécies, mudanças climáticas, poluição, esgotamento de recursos naturais e diversas outras questões bem conhecidas por todos nós. O poder destruidor de nossa sociedade é, portanto, incomparavelmente superior ao de outras sociedades e de outros períodos históricos, tanto no que tange à magnitude espaço temporal, quanto à gravidade e irreversibilidade dos problemas criados. Basta citar o potencial de modificação do meio ambiente, em nível global e local, por parte de duas novas tecnologias de ponta: a biotecnologia e a nanotecnologia. Ambas têm em comum a característica inédita de poderem andar ‘auto-movelmente’, ou

seja, de serem tecnologias com possibilidades de vertentes auto replicantes e, portanto, ainda mais fora de controle do que outras tecnologias do passado.

É interessante notar a analogia que é possível traçar entre um conceito de meio ambiente, como o resultado das interações entre sociedade e natureza, e os conceitos de espaço a que se refere Milton Santos. Ele nos abre várias possibilidades de entendimento do que seja o espaço, (Santos, 1994, p.110-117). Uma delas é a reunião dialética de fixos e fluxos, outra é a de espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Santos argumenta que no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais que ao longo da História, vão sendo substituídos por objetos fabricados e depois mecânicos. O espaço vai adquirindo um conteúdo cada vez mais técnico até o ponto em que se torna um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes.

As novas tecnologias – muitas das quais desnecessárias e até perigosas – tendem a acirrar esse processo e, também, a uniformizar e tornar artificial a natureza, como destaca Milton Santos. O resultado dessa específica inter-relação sociedade/natureza que, em última instância, é o que chamamos “meio ambiente”, tem sido desastroso. Entretanto, nem todas as relações sociedade/natureza são predatórias. O estudo de outras relações com o entorno, diferentes das nossas, nos ajuda a rever, de um lado, idéias equivocadas de que as populações locais sempre vivem em harmonia com a natureza, de outro, que as populações humanas sempre têm um efeito deletério sobre a natureza, de onde vem à máxima: “o homem está destruindo a natureza”. Segundo alguns autores, diversas outras culturas desenvolveram relações harmônicas com a natureza como, por exemplo, populações nativas que desempenharam um papel importante, não apenas mantendo, mas até aumentando a biodiversidade, (veja, por exemplo, Diegues, 1994), que a nossa cultura está destruindo em nome da produtividade máxima. É como diz a letra da música “Sal da Terra”, de Beto Guedes: “Terra, (...) tão te maltratando por dinheiro”. O que chamamos de “crise ambiental” é, portanto, a crise de uma cultura, de um paradigma, de uma determinada relação sociedade/natureza.

Isso faz com que haja um grande consenso de que algo deve ser feito já, ou seja, de que profundas mudanças sociais, culturais e paradigmáticas são urgentes. O lema dos cinco fóruns sociais mundiais – “Um outro mundo é possível” –, quatro dos quais aconteceram aqui no Brasil, em Porto Alegre, não apenas traduz essa necessidade urgente de mudança, mas também traz um tom de esperança no que tange à possibilidade de mudança.

No entanto, outro mundo não será possível se cada um de nós e as instituições que governam nosso mundo, continuarem reproduzindo e perpetuando velhas práticas sociais, culturais e políticas, entre outras, as que

estão inextricavelmente associadas a determinados paradigmas e pressupostos filosóficos. E a verdade é que ainda estamos muito apegados aos velhos paradigmas, tanto no plano das idéias, quanto de nossas atitudes. É como diz a letra da música de Belchior “Como nossos pais”: “minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”.

Mudanças sociais e culturais podem ser promovidas, basicamente, a partir de dois mecanismos: um deles, predominantemente coercitivo, é a criação e aplicação de leis, o outro, mais marcado pela liberdade, pertence ao universo educacional. Na prática, não podemos separar esses dois mecanismos em compartimentos totalmente estanques, pois o processo educacional não se restringe à dimensão espaço temporal ‘escola-tempo de estudante’. Existe uma interação dinâmica, dialética, entre sociedade e educação, ou seja, a educação reflete, como um espelho, os valores de uma determinada sociedade ou cultura. Daí a necessidade de uma educação ambiental. A educação tradicional não é ambiental, pois reflete os valores de uma sociedade “não ambiental”. Por outro lado, embora o rigor da lei promova mais mudanças comportamentais do que de valores, é inegável que existe um componente educativo também nesse universo basicamente coercitivo, que é o legal. Tornar uma sociedade mais ambiental em suas atitudes, ajudaria no processo de ‘ambientalização’ da educação, devido a essa indissociável inter-relação sociedade/educação. Devemos reconhecer, ainda, que a educação também envolve algum grau de coerção.

Neste espaço de discussão, atendo-me, basicamente, ao universo educacional, mais especificamente à chamada “educação ambiental”, procurando tecer uma aproximação entre alguns dos dez princípios que sistematizei, (Brügger, 2004a, p.164-170), para a construção de uma educação merecedora dos adjetivos “ambiental” e “crítica”, e processos participativos. Acredito que tais princípios possam nortear alguns processos participativos fundamentais para o pleno exercício da cidadania e, assim, introduzir uma questão que nos remete ao título deste artigo: como seria o mundo à sua imagem e semelhança? Essa pergunta se encontra umbilicalmente ligada à possibilidade de construção de um outro mundo, lema dos fóruns mundiais, e à questão de o quanto “ainda vivemos como nossos pais”, mencionada antes. Enfim, citando Ghandi, “nós precisamos nos tornar a mudança que queremos ver no mundo”.

Como a “educação ambiental” pode contribuir nesse processo? A primeira premissa é a de que deve se fundamentar num conjunto de valores que formem uma racionalidade contra hegemônica, sendo a referência de contra hegemonia a racionalidade ou ideologia da sociedade industrial. É essa racionalidade contra hegemônica que vai tornar a “educação ambiental” e “crítica”, e não a escolha de determinados temas ou áreas de trabalho, geralmente confinados a uma dimensão natural ou técnica, como lixo ou plantio de árvores. Temas ou disciplinas

isoladas de “meio ambiente”, num currículo escolar que reproduz valores antiambientais, correm o risco de se tornar apenas “ilhas” de outra racionalidade, num “mar” de valores que perpetuam os fundamentos filosóficos de nossa cultura. Podemos, então, dizer que a educação ambiental deve ser um campo epistêmico, que não deve estar separada da educação como um todo, como ocorre ainda. É preciso também encarar a educação como um processo contínuo, permanente e complexo, que envolve toda a sociedade, como destaquei antes.

Essa nova educação deve, também, necessariamente, reconhecer os limites da ciência e da técnica dominantes – essencialmente européias e “brancas” em sua origem, diante das questões ambientais. A letra da música “Zooropa”, da banda britânica U2, expressa bem essa identidade étnica e cultural, entre a sofisticada tecnologia dominante e suas raízes brancas e européias, com todos os seus aspectos destrutivos de hoje. Daí a importância de recuperar e valorizar os conhecimentos de outros povos e culturas e de outras racionalidades, como os conhecimentos filosóficos não pragmáticos, presentes de forma não dominante em nossa cultura. Só assim será possível desenvolver um corpo de conhecimentos, ou ciência, no qual haja um equilíbrio entre conhecimento quantitativo e qualitativo, especializado e geral, entre razão e emoção, buscando, assim, uma síntese entre o racional e o intuitivo e entre os domínios cognitivo e afetivo. Não é demais enfatizar que essa mudança de enfoque deve estar acompanhada de uma mudança de paradigma, em direção às visões de mundo sistêmicas, ecológicas, reconhecendo a interdependência inerente aos processos naturais e sociais, bem como a interdependência entre nosso ambiente ou ecologia interior e exterior. O que consumimos, o que pensamos, o que somos e o que aparentemente está fora de nós, tudo está inextricavelmente ‘inter-relacionado’. Em outras palavras, a chamada noosfera (a esfera das idéias, informações; nosso mundo construído) e a biosfera são uma única coisa.

Uma educação que pretende se erguer sobre novos paradigmas a fim de auxiliar na construção de “outro mundo” não pode, portanto, reproduzir valores que se cristalizam em velhos hábitos e práticas culturais que caracterizam nossa sociedade “não-ambiental”. Alguns exemplos são o imperialismo, o racismo, o “sexismo” e outras formas de exercer domínio sobre o outro. Para construir o novo e abrir mão de exercer domínio sobre o outro e, com isso, estabelecer hierarquias, que por sua vez são ‘ego ações’, devemos, ainda, desenvolver valores mais biocêntricos ou ecocêntricos, rejeitando o antropocentrismo e o especismo. Segundo o filósofo Peter Singer, o especismo é a crença de que somos superiores às outras espécies e, portanto, temos o direito de fazer com elas o que bem entendermos. O especismo pode ser definido, basicamente, como qualquer forma de discriminação praticada pelos seres humanos contra outras espécies. É uma forma de preconceito que se baseia em aparências externas, físicas e etc, como o racismo e o ‘sexismo’, em que a simples constatação de uma diferença

é usada como um pretexto ou motivo para a não aplicação do princípio ético da igualdade, entendida como igual consideração de interesses. O principal interesse dos animais é o de não sofrer. A crítica ao especismo é especialmente elucidativa para repensarmos atitudes nossas tão arraigadas como saborear a carne de um animal, um interesse muito pequeno quando comparado à vontade de viver daquele animal, (Singer, 1998, p.25-92; Brügger, 2004b).

Nesse ponto da discussão, cabe-me destacar outra questão que deve ser repensada no âmbito de uma nova educação. Ela se refere à necessidade de incorporação da dimensão do conflito, ou seja, do reconhecimento do caráter nãoconsensual do conhecimento, bem como do caráter dialético da própria realidade. Uma educação crítica não pode ser consensual ou se fundamentar num pensamento monolítico, pois não romperia com o “*status quo*” e, com isso, não seria transformadora. Aqui vale citar um trecho da letra da música “Metamorfose ambulante”, de Raul Seixas, na qual ele diz que prefere ser uma metamorfose ambulante a ter aquela velha opinião formada sobre tudo. Em nossa cultura, há incontáveis ditos populares e frases alusivas a fatos que não têm fundamento algum ou que são, no mínimo, questionáveis como: “quem não come carne fica anêmico”, “as vacas nos dão carne, couro e leite”, “as mulheres são mais sensíveis do que os homens”, “índios e negros são intelectualmente inferiores e não gostam de trabalhar”, “a devastação ambiental é o preço do progresso”, etc. A repetição acrítica de idéias ajuda a reproduzir e a perpetuar diversos aspectos nefastos da nossa relação com o outro, logo, com o entorno ou meio ambiente.

Uma educação ambiental crítica e transformadora deve também promover valores e atitudes altruístas ou ‘eco ações’, bem como uma reaproximação entre nós e a natureza. Um equilíbrio entre ‘ego ações’ e ‘eco ações’ é também imprescindível ao estabelecimento de bases para um bom exercício da cidadania, pautada em direitos e deveres. Outros valores ligados às ‘eco ações’, como cooperação, tolerância, respeito, responsabilidade, simplicidade, frugalidade, devem ser cultivados e incorporados ao estilo de vida. Deve-se, portanto, rejeitar o extremo hedonismo característico de nossa cultura e fazer com que nossas ações cotidianas sejam mais guiadas pela consciência do que pelos sentidos. O consumo responsável e o boicote a produtos, política, ética e ecologicamente condenáveis, como os que implicam violação de direitos trabalhistas, devastação de recursos naturais ou exploração animal, são boas formas de exercer a cidadania e de praticar ‘eco ações’ dentro do princípio da não violência.

Para nos tornarmos à mudança que queremos ver no mundo, será preciso abrir nossos olhos, mentes e corações e ter uma percepção ampliada de nosso entorno em múltiplos aspectos: ético, político, estético, cultural, social, afetivo e isso, sobre novas premissas e valores. Se moramos em cidades, precisamos aquilatar o quanto nosso *habitat* construído funciona como um “buraco negro”,

drenando energia de outros ecossistemas para saciar a fome de energia de seres humanos, animais, máquinas e processos industriais. Exemplos de ‘eco ações’ são a escolha de uma alimentação mais na base da cadeia trófica, essencialmente vegetariana; o uso de transportes coletivos; a redução no consumo de itens supérfluos, os quais enchem nosso espaço com objetos artificiais que servem a propósitos igualmente imbuídos de artificialidade, como diz Santos. Enfim, a promoção de atitudes que aumentem a ‘eco eficiência’ visando à sustentabilidade em suas diversas dimensões, como a implementação da ‘eco arquitetura’, do saneamento básico etc. Não é possível continuarmos reféns de atitudes que reproduzem nosso modo de vida insustentável e voltado para o hedonismo.

Em outro trecho da música “Como nossos pais”, Belchior afirma que “viver é melhor que sonhar”, mas vivamos um novo tempo, com novos valores. “Nossos ídolos ainda são os mesmos”. Ainda “amamos o passado”, como diz a letra. Ainda idolatramos o modelo do carro particular, traduzido hoje nas elegantes e caras “*pick-ups*” que vendem uma imagem de liberdade e “*glamour*”, mas que, de fato, poluem, atravancam, matam e redesenham as vias de circulação das nossas cidades. A “*mesa farta*”, baseada no alto consumo de proteína animal, que causa um sofrimento inimaginável a eles é termodinamicamente insustentável, devasta ecossistemas inteiros e contribui para a destruição de pequenas propriedades rurais. Cedemos à ditadura da moda cuja rotatividade exige uma produtividade insana que obriga costureiras a pregarem um bolso a cada 36 segundos. Além disso, há a poluição provocada pelas tintas para tingimento dos tecidos, esgotamento de água etc. A calça “*jeans*” rasgada e desbotada se tornou um símbolo do não consumo. É patético pensar que se vendem, hoje, calças já rasgadas e desbotadas. Esse é um exemplo emblemático da falsificação perversa do não consumo, da apropriação espúria por parte do sistema capitalista dos sinais de protesto – como também são os “*piercings*” –, e a sua devolução à sociedade sob a forma de modismo, ou seja, desprovidos de seu conteúdo antagônico (de negação da ordem social estabelecida). O pior rebelde é aquele sem causas. Sejamos rebeldes, mas saibamos contra o que estamos nos rebelando.

Sem absolutamente perder de vista a cobrança de cunho institucional, é preciso compreender que, se cada um de nós não mudar, nada mudará. Somos, cada um de nós, vetores potenciais de mudanças, fios dessa intrincada trama social, ambiental, cultural, ética e política e já não há tempo para esperar que as instituições mudem primeiro, para depois mudarmos. Quando pudermos associar essas mudanças individuais com mudanças institucionais, teremos conseguido mudar tudo. E já não será preciso dizer – como na letra da música de Sting “*If I ever lose my faith in you*” – que “perdemos a fé na ciência e no progresso”, porque teremos nos apropriado deles política e eticamente. Teremos

outra ciência e outra noção de progresso, com pressupostos filosóficos bem distintos dos que dominam hoje.

É hora de eleger outros ídolos, adquirir outros hábitos, outros valores. Tais mudanças são imprescindíveis “para que o sinal não fique fechado para quem é jovem”. Essa preocupação com as gerações futuras e essa necessidade de reconstrução podem ser sentidas em diversos trechos da belíssima música de Beto Guedes “Sal da Terra”, especialmente na passagem que fala em “recriar o paraíso agora, para merecer quem vem depois”. Sim, “o acordo foi quebrado, (...) mas o que foi devastado pode ser recriado”, diz a letra da música “*Who’s got my back?*”, da banda *Creed*. O tempo de urdir a nova trama é agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÜGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental?* 3ªed. Chapecó: Argos/ Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2004a.

BRÜGGER, Paula. *Amigo Animal – reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004b.

DIEGUES, Antônio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub/ Cemar/USP, 1994.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. 2ª ed. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 2ª ed. Trad. João Távora. Rio de Janeiro: Record, c1980.

JUVENTUDES & DIVERSIDADE

Matilde Ribeiro
Ministra de Estado da Secretaria Especial de
Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Assessoria: Angelita Garcia
Organização: Eloá Kátia Coelho e Bárbara Oliveira Souza
Grupo Técnico de Trabalho Infância e Juventude:
Bárbara Souza – Subsecretaria de Comunidades Tradicionais
barbara.souza@planalto.gov.br
Cristina Guimarães – Subsecretaria de Ações Afirmativas
cristina.guimaraes@planalto.gov.br
Eloá Kátia Coelho – Subsecretaria de Ações Afirmativas
katia.coelho@planalto.gov.br
Oraida Melo – Conselho Nacional de Promoção Racial
oraida.abreu@planalto.gov.br

A participação popular não é uma novidade no contexto da administração pública brasileira, pois nas últimas duas décadas temos presenciado os acúmulos de experiências dos movimentos sociais e populares, dos setores acadêmicos, das organizações não governamentais e dos poderes públicos, que foram reafirmadas pelas conquistas da Constituição de 1988, de forma a atribuir níveis de responsabilidade aos órgãos governamentais e sua necessária relação com a sociedade civil.

A esse caminho do final da década de 80 e de toda a década de 90, chamaremos de Estado de Direito, uma conquista da participação popular.

Torna-se imperativo afirmar que os programas, projetos e ações governamentais se tornam mais eficientes exatamente porque os gestores estão melhor qualificados, uma vez que ampliam o contato com a realidade desses grupos e movimentos. Isso permite que as políticas públicas, de fato e de direito, cheguem ao seu público alvo, uma vez que a administração pública

descentralizada enxerga e é enxergada não “apenas” por “assistidos”, mas por sujeitos históricos propositivos, ‘pró-ativos’, protagonistas, específicos, criando assim uma nova “forma de ver” a sociedade.

É oportuno afirmar que a grande novidade neste cenário é a qualificação da participação popular, também conhecida como política setorial, específica, customizada, dirigida ou auto focada. Esse movimento faz com que o Estado se modernize, qualifique seus técnicos e construa outras formas de diálogos com estes “novos” atores, com vistas a garantir a pluralidade cultural, a diversidade étnico/racial, a equidade de gênero e ‘geracional’. Essa situação de proximidade da participação popular com a administração pública é outra possibilidade de fortalecer o ‘protagonismo’ dos grupos interessados, “assistidos” e “necessitados” nos vários programas, projetos e ações governamentais. É uma quebra da lógica paternalista do Estado.

A Política Ambiental faz parte desta nova “forma de ver” a sociedade. Está incluída nela, a perspectiva de que a natureza não existe para que nós nos sirvamos dela, mas sim, para que vivamos com ela. Nesse sentido, a Política Ambiental deve estar voltada para estruturar as atividades humanas, também em âmbito local, de forma a garantir o menor impacto possível sobre o meio ambiente e os recursos naturais.

A Política Ambiental tem incorporado a amplitude de tratos e perspectivas. Sensibiliza o olhar, também para as diversas comunidades tradicionais, para os povos indígenas, comunidades rurais e comunidades quilombolas. A sustentabilidade desses sujeitos é balizada em suas tradições e costumes, que dialogam historicamente com o meio ambiente de uma forma equilibrada. O fortalecimento desse olhar e trato tradicionalmente construído tem sido um eixo norteador para a Política Ambiental humanizada.

Uma gestão participativa deve formular, implementar e avaliar políticas ambientais expressas em planos, programas, projetos e acordos nacionais e internacionais, de forma a assegurar a qualidade ambiental como fundamento da qualidade de vida dos cidadãos, em consonância com os postulados do desenvolvimento sustentável, a partir da realidade e das potencialidades locais.

“O sucesso da implementação da gestão ambiental requer uma maratona de identificação dos atores sociais estratégicos e o estabelecimento de parcerias com esses atores locais. Entre eles encontra-se uma parcela significativa de jovens que requerem, **um diálogo próprio, uma dinâmica específica, e, sem sombra de dúvidas, uma metodologia atraente e encantadora, (grifo nosso)**, onde esses jovens desenvolvam o “sentimento de pertencimento” que lhes oportunize a participação plena em todas as etapas da implementação da política, gestão e educação ambiental, (Coelho, 2000)”.

O período etário desse diálogo, desse envolvimento e dessa maratona de identificação com a juventude é o período adotado pelas Nações Unidas, pela Organização Latino Americana de Juventude e pela Secretaria Nacional de Juventude, ou seja, é o corte etário de 15 a 24 anos, sem nenhum prejuízo para as diferentes culturas que adotam outras perspectivas etárias. Essa fase etária é entendida como iniciada ainda na adolescência, de intensificação da socialização do cidadão, com a apresentação de deveres e direitos e com a afirmação da identidade, seja ela cultural, política, social ou econômica.

As especificidades dessa fase da vida são múltiplas e diferenciadas, perpassam por questões de ordem subjetiva, que demandam estruturas adequadas para o pleno desenvolvimento desse cidadão, sendo a inserção na vida social uma delas. Há também fatores objetivos, determinantes dessa condição juvenil, que assumem características diferenciadas, considerando as desigualdades e diferenças sociais, no que tange à renda familiar, moradia, lazer, escolaridade, gênero, raça e etnia.

Nas ações sócio ambientais, voltadas aos jovens, consideramos fundamental sua participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas a fim de que percebam as etapas do Estado de Direito, a implementação de políticas públicas, o controle social e a defesa de direitos.

Estas ações sócio ambientais devem considerar dados já incorporados na 'macro política', isto é, dados que irão fazer as políticas inter ou intra 'geracional' chegar mais perto desse jovem e de sua realidade;

Para isto vejamos alguns dados relevantes:

- Conforme dados do IBGE, censo de 2000, são estimados em 34 milhões o número de jovens no Brasil.
- Observa-se que destes 34 milhões de jovens, 50% se auto-declararam brancos e 48% se auto-declararam negros.
- A distribuição da juventude está desenhada, por região, do seguinte modo: Norte, 7,9%; Nordeste, 29,9%; Centro-oeste, 7,1%; Sudeste, 41,3%; e, Sul, 14%.

Com uma grande concentração de juventude, no Sudeste e no Nordeste, os índices demográficos revelam que os jovens oriundos de famílias mais pobres, na maioria das vezes afrodescendentes, enfrentam mais dificuldades de se manterem no sistema escolar e de se inserirem num posto de trabalho.

Dados da Pnad/IBGE e Ministério da Justiça (Secretaria Especial de Direitos Humanos), 2001, apontam que o desemprego juvenil é mais grave para os afrodescendentes e para as mulheres jovens. As estatísticas revelam, portanto, que o conjunto de políticas de combate ao desemprego juvenil deve contemplar

as dimensões de origem social, renda, gênero e território e deve fazer parte de uma política mais ampla de combate à pobreza e a exclusão social. Cerca de 25% dos jovens de 16 a 24 anos, 8,2 milhões, apenas estudam e são considerados inativos, isto é, não procuravam trabalho, enquanto 19%, 6,2 milhões, estudam e trabalham e 5%, 1,7 milhões, estudam e estão à procura de emprego. Por outro lado, cerca de 32%, 10,7 milhões, apenas trabalham e não estudam, 6%, 2,0 milhões, estão à procura de emprego e não estudam. No entanto, o mais estarrecedor é o dado de que cerca de 13%, 4,5 milhões, nem estudam, nem trabalham e nem sequer procuravam trabalho.

A criação da Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no ano de 2003, propicia diálogos para diversos setores da sociedade com vistas à promoção da igualdade racial e abre um amplo leque para estabelecer programas, projetos e ações governamentais sobre o conjunto das políticas de, para e com a juventude. O desenvolvimento dessas iniciativas vem acompanhado pela incorporação cada vez maior do tema **Juventude Negra** por várias organizações não governamentais, movimentos sociais e populares, por um número significativo de hebiólogos e de jovens negr@s garantindo o seu ‘protagonismo’ na agenda nacional de política pública de juventude.

Podemos tomar como exemplo a incorporação da questão quilombola, de forma cada vez mais efetiva, no corpo do Estado, a partir da priorização dada por esse governo, em diálogo com as políticas ambientais. Hoje, cerca de 2000 comunidades remanescentes de quilombos estão inventariadas pelo Governo Federal. Essas comunidades estão presentes em 25 unidades federativas e abarcam as cinco regiões do país. As maiores concentrações estão nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Minas Gerais.

No Brasil, significativa parte da população pobre se encontra na zona rural, vivendo excluídos do processo de desenvolvimento. Nesse contexto regional de exclusão, há muitas comunidades rurais e quilombolas onde encontramos jovens com escolaridade precária, recebendo uma educação universalizante, afetando sua especificidade, afetando seu patrimônio sócio cultural, além de uma ampla ausência de instrumentos de garantia dos seus direitos, assegurados, desde 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e nas diversas declarações internacionais sobre a juventude⁵².

Esse quadro de exclusão vem causando impacto na juventude dessas comunidades rurais e quilombolas. Apresenta-se uma grande mobilidade demográfica da juventude quilombola para os centros urbanos. Nas comunidades rurais e quilombolas, cresce a predominância, de maneira cada vez mais intensa,

⁵² Citamos como exemplo a Declaração de Lisboa, de 1988, deliberada na Conferência Mundial de Ministros Responsável pela a Juventude.

de crianças e idosos e o **esvaziamento juvenil**. O êxodo rural presente nos quilombos representa em grande medida, o enfraquecimento estrutural das comunidades quilombolas.

A juventude é um sujeito histórico e estratégico para a continuidade e desenvolvimento das comunidades rurais e quilombolas, pois garante a dinâmica da cultura consuetudinária e seus GRIOT, patrimônio sócio/cultural, dessas comunidades.

Os quilombos têm enorme sabedoria e conhecimento sobre o trato com a terra, remédios com ervas e raízes, além de possuírem manejo sustentável do ambiente. O vínculo com a terra é fator central para a cultura, a estrutura social e produtiva das comunidades. Os rios, árvores, frutos, animais constituem o universo cultural identitário quilombola. Portanto, a discussão do meio ambiente é de grande importância para os quilombos e para a juventude quilombola. Através da juventude, a continuidade desse manejo sustentável e de práticas e tradições vinculadas ao meio ambiente serão fortalecidas. O desenvolvimento das comunidades rurais negras passa necessariamente pela juventude e pela busca da garantia de seus direitos, pois ela é a continuadora do potencial cultural dessas populações.

Cruzar, coadunar, sistematizar, entender, respeitar, alcançar, incluir, ampliar e nivelar conceitualmente as diversas “Juventudes” com suas necessidades e poder traduzir em políticas públicas para essas juventudes, como a juventude negra, quilombola ou negra rural é o desafio para os gestores, educadores ambientais e fazedores de política públicas tanto ambientais como de juventude.

Este caminho foi um dos desafios pautado pelas juventudes no Painel de Juventude na 1ª Conferência Nacional Promoção da Igualdade Racial - Conapir em 2005.

A 1ª Conapir, realizada em Brasília, no período de 30 de junho, 01 e 02 de julho, constituiu-se em um marco referencial para a construção de políticas públicas, sobre a temática étnico/racial no Brasil.

O debate no Painel de Juventude propiciado por esta Conferência contribui para o fortalecimento de temas e proposições, analisadas e recomendadas em grupos de trabalho, contando com a participação de delegados e convidados, entre eles a Secretaria Nacional de Juventude, Rede Nacional de Juventude Negra – Renajun, Jovens Indígenas e Jovens Ciganos, com vistas à elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR.

As recomendações do Painel de Juventude para a 1ª Conferência de Promoção de Igualdade Racial foram:

Ampliar o acesso e a permanência dos jovens em uma escola pública de qualidade em todos os níveis;

- Promover ações voltadas para a segurança pública da juventude negra;

- Assegurar as políticas de ações afirmativas, particularmente no acesso ao ensino profissionalizante, graduação, pós-graduação e mercado de trabalho;
- Viabilizar políticas direcionadas às famílias negras como forma de maior sustentabilidade aos jovens negros, nas áreas urbanas, rurais e de assentamento;
- Melhorar a qualidade de vida dos jovens nas comunidades tradicionais (quilombos, indígenas e assentamentos rurais);
- Renovar as políticas das instituições de reabilitação de jovens em situação de risco como Febem, a Fundação do Bem-Estar do Menor e presídios;
- Intensificar as políticas de cultura e lazer com a juventude negra;
- Reconhecer as manifestações culturais da juventude negra e promover políticas públicas de inclusão com ênfase na geração de renda.

As ações governamentais que contemplam a juventude nas políticas de promoção da igualdade racial estão em curso, assumindo o desafio de inclusão pela Agenda Nacional de Juventude, numa perspectiva de política de Estado. As juventudes quilombolas, negras rurais, de religião de matriz africana, indígenas e ciganas fazem parte dessa nova “forma de ver” a diversidade das comunidades tradicionais e sua relação com o meio ambiente.

Exemplo disso e em consonância com a política desse governo, está a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que dialoga efetivamente com a Rede Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma, Juventude Quilombola, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, Jovens de Assentamentos Rurais, Juventude Indígena, e Movimento “Hip-Hop”, para buscar respostas mais efetivas de educação ambiental em nível local, estadual e nacional.

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n. 8069/90, da ECO-RIO 92 – CAP. 25 (JUVENTUDE), da Conferência Mundial de Ministro Responsável pela Juventude, Portugal, 1998, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – MP 10.678/03, da Proposta de Emenda Constitucional n. 138 –A/03, da História da Cultura Africana e Afro-brasileira – 10639/03, do Plano Nacional de Juventude – PL 4530/04, da Secretaria Nacional de Juventude – 11.129/05, da Iª Conapir – 2005, a agenda de formulação e de mobilização de educação ambiental encontra uma nova “forma de ver” o Brasil por dentro das Políticas de Ações Afirmativas e das Políticas Específicas de Juventude.

Esse caminhar ecoa com a ampliação do diálogo das políticas públicas e da abrangência do Estado, que passam a perceber os atores sociais a partir de sua diversidade étnico/racial e de suas pluralidades culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coelho, Eloá Kátia – Descentralização, Juventude & Meio Ambiente: Uma Proposta de Inclusão Social, especialização, USP/2000 – SP.

www.mec.gov.br/conferenciainfanto

www.presidencia.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm

www.presidencia.gov.br/seppir

www.un.org/esa/socdev/unyin/

www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/index.htm

www.unhchr.ch

www.un.org/popin/icpd2.htm

www.un.org/esa/socdev/wssd/index.html

www.un.org/womenwatch/daw/beijing/official.htm

www.unhabitat.org/istanbul+5/declaration.htm

www.fao.org/wfs/index_en.htm

www.unhchr.ch/html/racism/

Agradecimentos Especiais:

MEC/SECAD-CGEA

Fábio Deboni - CGEA

Sueli Chan – CGEA

A Seppir, aos parceir@s e a juventude pela oportunidade de construirmos uma sociedade mais justa e mais igualitária!



SOBRE HERANÇAS E PRESENTES: O QUE PENSAM OS JOVENS SOBRE A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Philippe Pomier Layrargues
Educador ambiental, técnico da Diretoria de Educação Ambiental
do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA)
Facilitador da REBEA e da Rede de EA do RJ
philippe.layrargues@mma.gov.br

O Ministério do Meio Ambiente realizou uma pesquisa⁴² junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em novembro de 2004 na cidade de Goiânia, com o objetivo de avaliar o grau de conhecimento e as expectativas de adesão do público participante do evento tanto em relação ao vocábulo “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, como em relação à Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

O público estimado no evento era de cerca de 3.200 pessoas, e no total, 1.740 preencheram o questionário da pesquisa. Para uma melhor visualização do perfil etário da amostra, elaborou-se uma categorização das faixas etárias com dez classes de idade, com variação de cinco em cinco anos. Praticamente a metade do público do V Fórum estava representada por jovens com até vinte e nove anos de idade, (oitocentos e oito indivíduos), caracterizando 49% do total dos respondentes do questionário. A faixa etária dos vinte aos vinte e quatro anos de idade estava representada por 29%, ou seja, quase 1/3 dos presentes no evento. A alta representatividade de jovens justifica por si só a necessidade de

⁵³ Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Série Documentos Técnicos, n. 5. Órgão Gestor da PNEA: Brasília. 2005. (no prelo).

uma análise específica para esse recorte etário, para tentar compreender as percepções dos jovens com interesse ou atuação na educação ambiental, e nessa perspectiva, discutir subsídios para a elaboração de políticas públicas de educação ambiental para a juventude coerentes com o cenário existente.

O questionário aplicado junto ao público do V Fórum foi uma réplica da pesquisa⁵⁴ realizada por Edgar González-Gaudiano, da Secretaria de Educação Pública do governo mexicano, aplicada em março de 2004 junto a especialistas em educação ambiental em dezessete países⁵⁵ da América Latina e Caribe, obtendo cento e um questionários preenchidos (sendo vinte e dois do Brasil). Sem perder a possibilidade de comparação com a amostra latino-americana e caribenha, acrescentou-se ao questionário outras questões para se avaliar o grau de conhecimento sobre a iniciativa das Nações Unidas.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável⁵⁶ foi instituída no dia dois de dezembro de 2002, durante a 57ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, declarando seu início para o dia 1º de janeiro de 2005. Essa Década, a nona estabelecida pelas Nações Unidas, foi proposta pelo governo japonês e apresentada na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joannesburgo 2002), que oficializou a recomendação apoiada por quarenta e seis países para a sua adoção, como uma forma de implementar o capítulo trinta e seis da Agenda 21.

Ela não é exatamente um novo programa internacional, mas um incentivo a um processo de reorientação e potencialização de políticas, programas e estratégias educacionais já existentes, para que possam desempenhar um papel preponderante na construção do futuro sustentável. Trabalhando em sete eixos temáticos⁵⁷, procura articular outras iniciativas internacionais, a exemplo do Plano de Ação de Dakar da Educação para Todos, adotado pelo Fórum Mundial de Educação em 2000, a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, 2003 a 2012, e o Projeto Milênio do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2002 a 2015⁵⁸. Para a Unesco, a Década objetiva promover valores éticos na perspectiva da mudança

⁵⁴ Pesquisa apresentada na Conferência Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em maio de 2004 na Universidade do Minho, em Portugal.

⁵⁵ Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

⁵⁶ O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental criou um diretório numa página virtual (www.deds.cjb.net) com mais de 90 documentos, artigos, livros e outras informações sobre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS.

⁵⁷ Cidadania, valores comunitários, diversidade, interdependência, sustentabilidade, qualidade de vida e justiça social.

⁵⁸ Que contém oito Objetivos de desenvolvimento: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico fundamental, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

nos estilos de vida, procurando ‘empoderar’ as pessoas para se comprometerem com a responsabilidade pela criação de um futuro sustentável. A entidade almeja promover a educação como a base para a construção da sustentabilidade, assumindo assim o desafio de alterar não apenas o paradigma do desenvolvimento, mas também o da educação.

Contudo, apesar do estímulo e reconhecimento da importância da educação para a promoção da sustentabilidade, a década também representa uma possibilidade de retrocesso da trajetória histórica da educação ambiental construída em várias partes do mundo, mas em especial no Brasil, por conter atributos críticos e emancipatórios voltados à construção de sociedades sustentáveis por intermédio de processos democráticos e participativos, com forte ênfase na inclusão da dimensão social nas práticas em educação ambiental. Há alguns especialistas em educação ambiental inclusive que se indagam se não estaríamos presenciando o início do fim da educação ambiental.

Questiona-se porque se considerou necessário estabelecer um vínculo do processo educativo sem o atributo político “ambiental” e agora associado ao “desenvolvimento sustentável”, sendo esse um conceito ambíguo e em disputa por significado, além da crítica do pragmatismo de ser essa uma educação “para” algo.

Questiona-se ainda, porque a Unesco, que havia trabalhando junto do Pnuma no Programa Internacional de Educação Ambiental (1975-1995) e apoiado às conferências internacionais que se tornaram importantes marcos de referência para a educação ambiental⁵⁹, a partir de um determinado momento histórico resolveu adotar outro vocábulo a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” em substituição à “Educação Ambiental”. O momento de ruptura parece se localizar no marco da Rio 92, quando se deixa de mencionar oficial e explicitamente o vocábulo “educação ambiental”, no capítulo 36 da Agenda 21, Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento. Por outro lado, no âmbito do Fórum Global, evento paralelo à Rio 92 protagonizado pela sociedade civil, quando se oficializou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o vocábulo “educação ambiental” permanece não apenas como a referência conceitual, mas também política ideológica, evidenciando assim, ser esse um campo em disputa por legitimação de significados.

⁵⁹ Congresso de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia (1974), Congresso Internacional de Belgrado (1975), Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (1977).

Educação Ambiental, juventude, EDS

Indagados se conheciam a iniciativa das Nações Unidas, 16% dos jovens até vinte e nove anos de idade⁶⁰ afirmaram já ter entrado em contato com a Década, apenas dois pontos percentuais a menos do que a média do público do V Fórum. Contudo, os dados evidenciam um progressivo aumento de conhecimento à medida que a faixa etária entre os jovens aumenta. Apenas 9% dos menores de dezenove anos de idade já haviam entrado em contato com a Década, enquanto que 16% da segunda faixa e 18% da terceira faixa afirmaram já conhecer a iniciativa das Nações Unidas.

Indagados se achavam conveniente mudar o vocábulo de “Educação Ambiental” para “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, 70% dos jovens consideraram a mudança conveniente, enquanto 68% do total da amostra do V Fórum pensam dessa forma. 12% deles não souberam opinar a esse respeito. Os mais jovens, com menos de 19 anos de idade, mostraram-se mais suscetíveis a concordar com a mudança, 78%, do que as duas faixas seguintes, respectivamente 71% e 66%.

Entre os 70% dos jovens que consideram conveniente alterar o vocábulo, 69% justificaram a conveniência afirmando que o novo vocábulo envolve temas sociais e econômicos na intervenção educativa e não apenas os ecológicos, sendo mais enfáticos nessa afirmação do que a média do público do V Fórum, 65%. 23% deles consideraram que a mudança é fruto de um processo de evolução natural do campo da educação ambiental, enquanto que 22% do público do V Fórum também afirmaram isso. e 5% entenderam que a transição representa a tendência internacional e isso pode significar a obtenção de maior apoio financeiro, contra 10% do total do V Fórum.

Entre aqueles 18% dos jovens que pensam o contrário, ou seja, que entendem existir inconvenientes para a mudança do vocábulo, 41% acreditam que a educação ambiental existente na região já contém os elementos sociais e econômicos na intervenção educativa, contra 38% do total do V Fórum. 26% consideram a educação para o desenvolvimento sustentável conceitual e operativamente confusa, contra 24% do V Fórum. Apenas 17% entendem que isso representaria a perda de um capital simbólico dificilmente acumulado na região, contra 22% do total do V Fórum.

⁶⁰ Para visualizar a estratificação etária dos jovens, considerou-se a totalização das três primeiras faixas (abaixo de 19 anos; de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade) das dez categorias elencadas na distribuição etária, e quando pertinente, cada uma das três isoladamente. As opiniões dos jovens foram comparadas com a média geral dos respondentes da pesquisa no V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

A demanda dos jovens por um compromisso com os aspectos sociais e econômicos na intervenção educativa – seja na educação ambiental ou na educação para o desenvolvimento sustentável – se mostrou mais enfática que a média do público do V Fórum. A proporção dos jovens que apresentam laços identitários simbólicos com o vocábulo educação ambiental se mostrou razoavelmente menor que a média da amostra da pesquisa.

Indagados se a entrada em vigor da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável representaria uma grande conquista ou um problema, a maioria dos jovens, 79%), considerou que a entrada em vigor da iniciativa das Nações Unidas representa uma grande conquista, expressando essa opinião de modo mais enfático do que a média do V Fórum, 76%. Apenas uma minoria, 9%, tal qual a média do V Fórum, 10%, considerou um problema. 12% dos jovens não vêem claramente como um problema ou uma conquista, 14% para total do V Fórum.

Questionados sobre as motivações para explicar porque consideram uma grande conquista, repete-se a tendência da amostra do público do V Fórum, embora com mais timidez na afirmação: para os jovens, o maior motivo de que a entrada em vigor da Década representa uma grande conquista, estaria na possibilidade da articulação dos acordos estabelecidos no âmbito do Plano de Ação de Dakar com os relacionados à educação para o meio ambiente e desenvolvimento, 33%, contra 36% do total. Para 31% deles, a Década representa uma grande conquista porque poderá definir melhor as jurisdições institucionais, além de envolver os setores governamentais que ainda estão ausentes do processo, contra 33% do total do V Fórum. E para 30%, a vigência da Década poderá significar um maior aporte financeiro e apoio político ao desenvolvimento de projetos, contra 28%.

Por outro lado, os 10% dos jovens que consideraram a iniciativa um problema, apresentaram um olhar diferenciado com relação ao total do público do V Fórum para elencar as suas justificativas: a possibilidade de que as metas ligadas à educação para a conservação ambiental sejam postergadas frente à magnitude dos problemas sociais e econômicos, foi considerada pelos jovens como o principal motivo para ver a Década como um problema, 31%, enquanto que na amostra total esse argumento ficou em segundo lugar, com 28%. A seguir, na ótica dos jovens, considerou-se a entrada em vigor da Década um problema porque poderá colocar em risco os avanços regionais na educação ambiental, 28%, ao passo que esse foi o principal argumento da amostra total do V Fórum, 33%. Finalmente, tanto para os jovens, 23%, como para o total da amostra do V Fórum, 22%, acredita-se que será criado um maior antagonismo entre quem apóia e quem rejeita a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Lapsos de tempo, tempos de memória

Os dados colhidos na pesquisa aplicada pelo Ministério do Meio Ambiente evidenciam que os jovens representam a faixa etária com maior grau de adesão à mudança do vocábulo e à iniciativa das Nações Unidas, entre aqueles que responderam o questionário no V Fórum. Contudo, é importante destacar que suas opiniões são opostas àquelas expressadas pelos especialistas em educação ambiental da América Latina e Caribe. Enquanto 70% dos jovens acham conveniente mudar o vocábulo para “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, apenas 38% dos especialistas latino-americanos e caribenhos (e somente 18% dos brasileiros) compartilham dessa opinião. Enquanto 79% dos jovens consideram que a entrada em vigor da Década representa uma grande conquista, 47% dos especialistas latino-americanos e caribenhos (e somente 24% dos brasileiros) vêem a iniciativa da mesma maneira.

Os jovens representam uma boa proporção da nova geração de educadores ambientais a entrar no campo. Contudo, parece que estão entrando no campo da educação ambiental sem bagagens, sem o acúmulo da trajetória histórica da construção da educação ambiental demarcada por princípios críticos e emancipatórios, achando conveniente mudar o vocábulo para “educação para o desenvolvimento sustentável”; achando ainda que a iniciativa das Nações Unidas representa uma grande conquista, apesar de estarem pouco informados sobre a Década e provavelmente pouco informados também a respeito do campo da educação ambiental ser um campo em disputa por significados.

Que sentidos e significados terão a “Educação Ambiental” e a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” ao longo dos próximos dez anos, dependerá de como serão formados os jovens que desejam trabalhar com a primeira. Dependerá de como a atual geração transmitirá o acúmulo do fazer e pensar “educação ambiental” crítico e emancipatório desde o início de sua institucionalização. Mas o que prevalecerá? A afinidade com a novidade, aqui cuidadosamente embalada para evitar que o conteúdo se quebre, ou a vontade de desafiar a hegemonia, e ser “contra” por definição, movida pelo idealismo contestador? Os jovens são naturalmente abertos às novidades, são receptivos às mudanças, mas também são altamente críticos e idealistas, nesse sentido, tudo indica que esse será o novo contexto da disputa no campo, quer seja, qual entendimento e grau de adesão prevalecerá ao longo do período estipulado para a Década, dentro da nova geração de educadores ambientais. Pode ser que estejamos presenciando o início do fim da educação ambiental tal qual a conhecemos, mas pode ser também que a trajetória de construção da identidade crítica e emancipatória dessa educação seja mantida e fortalecida pelos jovens. As possibilidades estão abertas, o futuro, incerto.

CAPÍTULO 3 Visão dos próprios jovens

A CARTA DA TERRA: UMA CONVOCAÇÃO À SUSTENTABILIDADE

Aline Ferrari

Estudante de Pedagogia e estagiária do projeto Educação Ambiental
em Espaços Formais e Não-formais de Ensino da UERJ,
e integrante do Coletivo Jovem de Meio
Ambiente do Rio de Janeiro.
linferrari@yahoo.com.br

“Formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida” (2004 p.14). Essa é uma clara questão que nos propõe a Carta da Terra, suscitando em cada um de nós a responsabilidade pela própria escolha, que é pessoal e coletiva, na medida em que implicará em toda a comunidade planetária.

Este documento, que surgiu das reflexões e demandas de comunidades de todos os continentes teve seu nascimento confundido com a história da Rio-92. Era previsto que ele servisse de suporte teórico para a implementação da Agenda 21, mas por falta de consenso entre os representantes da então Cúpula da Terra (talvez por imaturidade do próprio projeto, ou da consciência ecológica dos avaliadores) o documento não foi aceito. Então, daquela reunião, saiu-se com uma Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, com uma Agenda 21, mas sem uma Carta da Terra.

Ainda durante aquele encontro, grupos comprometidos com uma ótica mais integradora e holística do discurso ambientalista decidiram se articular para viabilizar o documento. Os anos seguintes foram de trabalho e formação de alianças pelos diversos atores envolvidos, dentre eles organizações como a recém-criada Cruz Verde Internacional, o Conselho da Terra, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, centros de pesquisas científicas e das tradições espirituais,

escolas, governos de quarenta e seis países, e mais de cem mil pessoas, entre diversas comunidades, favelas, povos indígenas, minorias e representantes de causas humanistas de todos os continentes. Dentre os nomes da Comissão na América Latina, os brasileiros Paulo Freire (*in memoriam*) e Leonardo Boff. Então, em março do ano 2000, as últimas contribuições foram incorporadas e chegou-se a um texto de convergência.

Todo o texto da Carta da Terra refere-se ao meio ambiente sob a perspectiva de uma Mudança de Paradigma (CREMA, 1989). Para evidenciar a interdependência de tudo, foi privilegiada a idéia de *comunidade de vida*, mais adequada às complexas relações tecidas em conjunto.

Como integrantes desta comunidade estamos, como numa grande teia, interconectados uns aos outros. Nós, seres vivos, de borboletas a baleias, de andorinhas a homens, compartilhamos das mesmas bases químicas de aminoácidos. E nosso parentesco abrange também tudo o mais que existe, pois o mesmo ferro que corre pelas nossas veias foi fundido outrora no núcleo de uma estrela gigante que deu origem ao nosso Sol.

É uma hipótese para a nossa ciência e uma certeza para ciências mais antigas, que o nosso próprio planeta seja um enorme ente vivo auto-regulador. Chamado de Gaia (CAPRA, 1996) pelos povos da Grécia, de Pacha Mama pelos Incas, e de muitos outros nomes ao longo de nosso trajeto pela sua superfície.

E é pelo direito à sustentabilidade da Terra que a sua Carta evoca e convoca nossa comum-unidade, para uma democracia planetária e cósmica que envolva a todos e a Tudo.

A Carta da Terra é um documento de linguagem acessível e universal, destinado tanto às grandes organizações quanto às pequenas, ao nível global e nos níveis locais, com a proposta de divulgar os valores necessários para que façamos a primeira das opções colocadas no início, a de nos aliarmos uns aos outros e cuidarmos do nosso futuro comum.

Articula-se sob quatro princípios básicos, que são: respeitar e cuidar da comunidade de vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz.

Seus princípios são sustentados por dois eixos, de uma compreensão mais complexa de *sustentabilidade* e *cuidado*:

Aqui, a sustentabilidade é tomada emprestada da ecologia em sua concepção Profunda (CAPRA, 1996), agregando valores sistêmicos tais como auto-regulação, interdependência, funcionamento em rede, diversidade, equilíbrio dinâmico, cooperação e organicidade.

É importante notar que neste documento, a sustentabilidade finalmente emancipa-se o desenvolvimento. Este termo, dentro da proposta econômica do capitalismo, no qual é amplamente utilizado e compreendido, aspira que seja auto-sustentável numa perspectiva rasa de simples manutenção de seu

próprio sistema, empenhando-se unicamente em garantir que os bens da Terra possam continuar a ser consumidos. A competição (e não cooperação) gera as desigualdades (e não as diversidades) e vice-versa, sendo este processo o cruel aspecto regulador de suas engrenagens (e não organismo).

Então, a Carta da Terra supera este modelo que vai do desenvolvimento para a sustentabilidade. Antes, pretende que se assegure ao planeta, às comunidades e aos indivíduos, o sustento, não apenas sob o ponto de vista econômico, mas com a garantia da “generosidade e beleza da terra para as atuais e futuras gerações” (2004, p.20).

E o eixo do cuidado, que na proposta deste belo documento, estende-se a toda a “comunidade de vida com compreensão, compaixão e amor” (2004, p.18). A compreensão da diversidade da vida e consciência de sua complexidade. A compaixão e a empatia por todos os seres, com um sentimento de não-indiferença pelo sofrimento dos outros. E amor, que é a grande força de comunhão das partes com o Todo, que não apenas nos envolve como também nos preenche em todas as dimensões, pois a Natureza não está lá fora, em algum lugar privilegiado com a ausência humana, ela está aqui e agora, onde sempre esteve.

E é com cuidado que se planta esta preciosa semente da “integridade criada pelas relações corretas consigo mesmo, com as outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com o grande Todo do qual somos parte” (2004, p.36), a paz.

Assim, a Carta da Terra é um documento para lermos como uma cartilha para uma cultura de paz, a ser divulgada para todos os povos. E para sentirmos, como um chamado para o despertar de uma nova consciência, que pede um acordo de compromisso com seus princípios universais.

Então, leia, sinta, divulgue e comprometa-se com os princípios da Carta da Terra, mas além de tudo, como disse o Mahatma, “seja você mesmo a mudança que propõe ao mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Carta da Terra. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, 2004.

CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. São Paulo: Summus, 1989.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS ORGANIZAÇÕES JUVENIS

Angélica Rocha
Academia de Desenvolvimento Social – Recife - PE
angelica@academiasocial.org.br

Este texto foi escrito com base nas sistematizações realizadas pela Academia de Desenvolvimento Social de atividades promovidas por ela em parceria com outras organizações juvenis: Seminário Movimento Juvenil – setembro de 2004; Reunião com Grupos Juvenis do Grande Recife - outubro/2004; Oficina no Fórum Social Mundial - janeiro/2005.

Em tempos nos quais o individualismo, o materialismo e a vaidade são identificados como valores capazes de caracterizar a nossa sociedade soa estranho falar sobre associativismo espontâneo. Principalmente, quando afirmamos que a iniciativa parte da juventude que é uma parcela da população estigmatizada, considerada alienada e vulnerável. Parece mais estranho ainda quando afirmamos que - em muitos casos - esse agir coletivo tem como fim provocar mudanças positivas na realidade. Para quem está na postura de observador participante, não há nada de estranho. Ao contrário, tudo parece natural, espontâneo e legítimo. O objetivo deste texto é trazer um olhar de dentro dessa movimentação da juventude, ou melhor, desse movimento de juventude. Compartilhar as reflexões realizadas por diversos grupos e organizações juvenis de várias partes do mundo sobre como eles se percebem e quais os desafios e perspectivas que apontam para a construção de um mundo melhor.

Primeiramente, faz-se necessário compreendermos o que vem a ser os grupos e as organizações juvenis. Os grupos juvenis se caracterizam como um conjunto de duas ou mais pessoas que se reúnem a partir de interesses comuns, afinidades e laços afetivos de forma espontânea, isto é sem indução. O grupo tem uma identidade, algo simbólico, que é compartilhada por todos os

seus integrantes e que permite que os membros se auto-reconheçam como parte de um coletivo.

Há um processo dinâmico de formação e dispersão desses grupos e flexibilidade quanto ao seu foco de atuação que pode ser modificado ao longo do tempo. São grupos de skatistas, crew de grafiteiros, bandas de música, times de futebol, grupos de estudos, grupos literários, de teatro, de dança, entre outros. O grupo é o espaço em que o jovem se relaciona com seus pares, onde ele pode expressar seus pensamentos e sentimentos com liberdade, onde ele pode desenvolver parte significativa da sua percepção do mundo.

Esse associativismo juvenil nem sempre é visto com “bons olhos” pela sociedade que não percebe a singularidade de cada um desses grupos e tende a criar generalizações simplistas e estereótipos, apontando-os como “bandos”, “galeras”, “ganges”, entre outras denominações pejorativas.

“... nos querem todos iguais, assim é bem mais fácil nos controlar. E mentir, mentir, mentir, e matar, matar, matar o que tenho de melhor: minha esperança” (Renato Russo)

De maneira natural, muitos desses grupos começam a estabelecer objetivos/propósitos comuns, compartilhados pelos seus integrantes e que lhes abrem caminho para a construção de uma metodologia de intervenção e atuação para alcançar esses objetivos comuns e compactuados. Podemos distinguir as organizações dos grupos juvenis principalmente pelas primeiras possuírem e perseguirem objetivos claros e compartilhados entre os seus membros.

É possível afirmar que a maioria das organizações juvenis, antes de poderem ser percebidas dessa forma, eram grupos juvenis. Essa transição não é simples, nem muito menos rápida. Para alguns grupos chegam a ser traumáticas e frustrantes e pode até ser identificada como o primeiro grande desafio a ser enfrentado. Na prática, significa ter que assumir algumas posturas e responsabilidades para as quais nem todos os integrantes podem estar preparados. Algo que transcende a relação de amizade e que para alguns representa um momento de ruptura. A realidade deixa de ser, por exemplo, fazer parte da banda, reunir-se para ensaiar e se apresentar, e passa a ser o resgate da cultura popular por meio da mobilização social e sensibilização de uma determinada comunidade.

As organizações juvenis, por sua vez:

- a) estruturam-se de uma forma alternativa, mais horizontal, sem hierarquia, nas quais a liderança surge de maneira natural, de acordo com a sua própria dinâmica;
- b) são organizações que têm uma legitimidade dentro da sua área temática de atuação e que procuram construir parcerias com os movimentos sociais que atuam na mesma área ou em áreas afins;

- c) a condição de ser reconhecida como uma organização juvenil, não está implícito o propósito de desenvolver projetos para a juventude ou de lutar pelos direitos dos jovens; As organizações juvenis atuam nas mais diversas áreas: combate à pobreza, democratização dos meios de comunicação, combate à violência, erradicação do analfabetismo, saúde, cultura, meio ambiente, entre outros;
- d) são mais flexíveis na sua organização e no seu planejamento. Possuem idéias de soluções alternativas e inovadoras e vêem a realidade de uma forma simples sem estar presas a conceitos e a estruturas pré-estabelecidas. Algumas são formalmente legalizadas, outras não. Não é a legalização burocrática que as definem como uma organização;
- e) os seus membros acreditam no que fazem, a motivação vem da inquietação deles. Por isso, há um forte vínculo com seus ideais e valores;
- f) à sua ação é basicamente focada no local, mas acompanham e contribuem com o que acontece no global. Por atuarem no local, as organizações juvenis são espaços naturais de discussão política, bem como de influência na formulação e na decisão política.

Essa juventude organizada em coletivos acredita que possa contribuir para transformar a sociedade. Mas a sociedade acredita de fato nesse potencial da juventude? As organizações juvenis apontam como grandes desafios a serem superados: a falta de reconhecimento da sociedade, comunidade, governo e outras organizações, para com elas; a falta de apoio de outros atores da sociedade para o seu desenvolvimento e o rótulo de ser eternamente inexperiente. Para a maior parte dos adultos, é difícil perceber valor nas ações empreendidas pela juventude, perceber as organizações juvenis como parceiras estratégicas na promoção do desenvolvimento. O lado positivo das organizações juvenis parece ser apenas a possibilidade de poder tirar os jovens da ociosidade.

Algumas organizações não governamentais e governamentais (órgãos e secretarias) estão estimulando jovens que participam de seus programas a se organizarem em grupo e tentarem desenvolver ações. Esse tipo de comportamento reflete uma preocupação dessas organizações sobre o futuro do jovem depois que o programa terminar. Elas acreditam que estimular a formação de grupos juvenis é uma alternativa para garantir algum tipo de participação social para esses jovens.

Esse texto não fala sobre esse tipo de associativismo juvenil induzido. O objetivo é dar ênfase aos grupos e às organizações juvenis que surgem de maneira espontânea a partir de estímulos endógenos e que lideram suas próprias ações de maneira autônoma. A sociedade precisa sim reconhecer a singularidade dessas organizações e criar programas, políticas e projetos de apoio. As organizações juvenis querem:

- a) o reconhecimento do seu potencial para provocar mudança;
- b) possibilidade de um verdadeiro diálogo intergeracional, com transparência e igualdade;
- c) construir a sustentabilidade das suas ações e dos seus indivíduos, os quais atuam na maior parte das vezes de maneira voluntária. Conciliam diariamente o desafio de ter um trabalho dentro da lógica do sistema para se manter e o desejo de querer alterar esse sistema;
- d) apoio técnico para desempenhar os papéis que desejam na sua proposta de intervenção;
- e) espaço para trabalhar (sede, equipamentos, acesso a computadores e a internet)...
- f) oportunidades de financiamento que valorizem as suas propostas alternativas de mudança social.

Por outro lado, a juventude reconhece que existe muita coisa que depende apenas dela. É preciso haver mais diálogo entre essas organizações juvenis, promover auto-organização e auto-articulação, formar redes, saber conviver com as diferenças dentro do movimento de juventude e fora dele também.

Já tem muita coisa importante acontecendo devido ao trabalho de organizações juvenis, mas a juventude precisa ter mais do que a própria força para promover mudanças reais. A sociedade precisa acreditar nesse potencial! Se não, “que se faça o sacrifício e cresçam logo as crianças” (Renato Russo).

O PAPEL DOS JOVENS NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Gustavo Bettega Seixas Pinto

Biólogo

Joyce Mara Moretti

Relações Públicas

Curitiba – PR

gustavo.bsp@gmail.com

joycemoretti@yahoo.com.br

INÍCIO DAS AÇÕES CONSERVACIONISTAS E OS JOVENS

Diante dos crescentes problemas ambientais, causados em sua essência pelo intenso aumento populacional humano e pelo seu vertiginoso desenvolvimento tecnológico, ambos resultando na ocupação de significativa porcentagem das áreas naturais e no compulsivo consumo dos recursos disponíveis no ambiente, o movimento conservacionista vem sendo igualmente intensificado, desenvolvendo ações que se esforçam para evitar a total degradação do planeta e o conseqüente declínio na qualidade de vida dos seus habitantes (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

Surgido no país entre as décadas de 70 e 80, o movimento ambientalista teve seu início arraigado no terceiro setor. Naquela época, as atividades eram ainda restritas a pesquisadores das escassas instituições que promoviam atividades relacionadas à conservação do meio ambiente. Após alguns anos, no entanto, o movimento se tornou mais acessível a pessoas de outras áreas, também interessadas pela conservação, por causa da necessidade de uma maior interdisciplinaridade para tratar de um tema tão complexo (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001). Devido a novos métodos e tecnologias, inclusive, tornou-se possível não somente a troca de informações e mobilizações em velocidade e eficácia muito maiores, mas também se permitiu a concretização de grandes articulações em rede, cujos resultados e potenciais são reconhecidamente benéficos.

Esse mesmo cenário também permitiu uma transformação no papel dos jovens ambientalistas na sociedade. Contribuindo para a atuação dessas pessoas, o novo panorama de organização da sociedade torna os jovens agentes efetivamente mais ativos, possíveis transformadores de opiniões e até mobilizadores de parcerias em prol da causa conservacionista. Distribuídos em todas as partes do mundo, esses novos protagonistas são na sua maioria estudantes, recém-formados ou até profissionais, que possuem alguma técnica e experiência e, principalmente, que carregam enorme força de vontade e desejo de salvar os últimos remanescentes da natureza, cuja importância para a manutenção da biodiversidade, da qualidade do planeta e da própria vida do ser humano é inquestionável.

Mesmo recente e ainda incipiente, o movimento conservacionista obteve diversas conquistas e o “discurso verde” foi inclusive incorporado aos meios de comunicação e ao ensino formal. Contudo, percebe-se ainda a necessidade de melhoria nessa área, tanto na forma de atuações realmente eficazes quanto na exploração de âmbitos até então pouco ativistas, a exemplo do primeiro e do segundo setores. É necessário reconhecer que, embora tenham ocorrido mudanças no cenário nacional, o movimento carece de pessoas atuantes e devidamente capacitadas para articular de forma integrada com atores dos primeiro, segundo e terceiro setores nacionais e internacionais.

Assim, considerando-se que o futuro do movimento ambientalista encontra-se principalmente em jovens universitários e profissionais recém-formados, percebe-se a importância de se criar espaços propícios ao desenvolvimento destes potenciais protagonistas desde cedo. Apesar de ainda escassos, felizmente são reconhecidos alguns projetos exemplares nesse âmbito. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por exemplo, conduz desde 1995 um ambicioso projeto de avaliações ambientais integradas, denominado GEO (Global Environmental Outlook). Buscam, com este projeto, prover governos e sociedade com informações confiáveis e atualizadas sobre o estado do meio ambiente, como subsídio para a tomada de decisões e a formulação de políticas, além de fortalecer as capacidades nacionais e locais para a contínua elaboração de avaliações ambientais integradas. No Brasil, criou-se recentemente o projeto “GEO Juvenil Brasil”, o qual pretende envolver quinze mil jovens brasileiros entre quatorze e vinte quatro anos na preparação de um documento que incluirá desde atividades de capacitação, formação, reuniões e trocas de experiências sobre a problemática ambiental (GEO Juvenil Brasil, 2005).

Percebe-se, com esse exemplo, o papel que os atores juvenis têm de criar e mobilizar, interferindo em questões tão delicadas como é o caso do meio ambiente. Além disso, vale notar que esse é apenas um projeto que reflete importantes trabalhos que estão sendo realizados junto aos jovens de todo país, em busca da conservação da natureza e conseqüente melhoria da qualidade de vida atual e de gerações futuras.

O JOVEM COMO ATOR PRINCIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Os jovens, que vêm desde cedo demonstrado seu interesse pela natureza, acreditam em iniciativas semelhantes a essa, que permitam a sua participação e possibilitem sua liderança em busca de possíveis mudanças e, por isso, passam anos moldando seus perfis para alcançar seus objetivos. No período escolar, os jovens são estimulados a trabalhar com questões relacionadas ao nosso país e ao mundo, sejam elas positivas ou negativas. Aprendem desde pequenos a admirar, entender e questionar assuntos como política, economia, sociedade, meio ambiente, lazer, esporte, entre outros. Além disso, esse aprendizado não fica restrito só às escolas, mas envolve também o dia-a-dia das crianças e dos jovens no ambiente familiar e entre os amigos.

“Foi desde criança que aprendi a olhar as questões socioambientais de outra maneira – queria mudar o mundo, acabar com a sujeira da minha cidade, estar em contato com a natureza – e comecei a participar de ações em minha escola (feira de ciências, exposições, festas das nações, desfiles sobre meio ambiente e até mesmo como plantar uma árvore). Quando chegou o momento de decidir o que fazer do meu futuro, na época do vestibular, veio a indecisão: biologia, jornalismo ou relações públicas? Acabei optando por relações públicas. E o motivo que me levou a esse curso foi porque, na minha visão, para conservar a natureza, é preciso trabalhar a opinião pública, lidar com comunidades, com públicos diversos, utilizar técnicas de comunicação que influenciem a favor da causa conservacionista e, de acordo com a ementa do meu curso, era possível eu realizar tudo isso. Durante a graduação, fui amadurecendo e entendendo um pouco mais sobre qual era essa relação da comunicação com o meio ambiente e decidi que realmente queria trabalhar com comunicação, focando a conservação da natureza, pelo fato de acreditar que, além de comunicar, informar e integrar, a comunicação também tem outro papel muito importante, que é o de educar”.

Devido à complexidade envolvida na área da conservação da natureza, na qual diversos temas estão relacionados, admite-se que cada vez mais seja necessário a interdisciplinaridade entre as pessoas de distintas formações. Percebe-se que o movimento ambientalista, antes restrito a profissionais específicos, começa a ser mais abrangente. No entanto, como esta abertura é ainda inicial, para que comunicadores e outros profissionais sem formação na área ambiental atuem com a conservação da natureza, é extremamente desejável que estes realizem pesquisas, façam parte de grupos de discussão a respeito do assunto, integrem atividades efetuadas no campo, enfim, interajam com biólogos e demais profissionais relacionados ao tema de interesse (Berna, 2005).

Além disso, também é interessante destacar que deve ser feita uma busca pela intensificação da relação com o 1º e 2º setores. Enquanto poucos percebem o importante espaço que começa a surgir nesses setores, alerta-se que deve existir uma articulação maior entre estes diferentes ambientes profissionais. Desta maneira, os jovens devem tentar estagiar, desenvolver trabalhos ou apresentar projetos também para essas organizações, em busca de seus ideais.

“Ciente da necessidade de me envolver com o movimento ambientalista, após o período de graduação participei de trabalhos voluntários em uma ONG ambientalista, realizei campanhas sociais, fiz estágio no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, entre outros. Finalmente, dando continuidade à gradual inserção no setor conservacionista, pude participar durante o ano de 2004 do Programa de Trainee em Meio Ambiente, realizado pela Fundação “O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN)”.

Esse Programa de Trainee deve ser destacado pela sua inovação e por ter um importante papel na capacitação e na mobilização de jovens de todo o país. Percebendo o potencial que eles possuem para efetivamente garantir a conservação da natureza, a FBPN, reconhecida Organização Não-Governamental ambientalista sediada em Curitiba, deu-se início ao Programa “Trainee em Meio Ambiente” em janeiro de 2004. Com duração de um ano, envolveu 22 jovens de diversos locais do país, no qual cada um trabalhava em uma ONG ambientalista. Durante este período foram realizados cinco encontros entre os jovens, nos quais eram discutidos e experimentados assuntos como conservação da natureza, desenvolvimento pessoal e desenvolvimento organizacional, podendo ser praticados e vivenciados no dia-a-dia das instituições onde estavam inseridos. A partir do primeiro contato, estes jovens formaram um grupo de discussão e de agentes disseminadores de conhecimento e ações.

Vale ressaltar que os próprios participantes do programa notaram a necessidade de um espaço de diálogo com outros jovens do país, no qual seja possível disseminar e abarcar demais ações e atitudes conservacionistas. Afinal, também se notou a existência de um grande – mas pouco estimulado – potencial de ação nos jovens em geral. Percebeu-se que apesar da latente capacidade, disponibilidade e desejo de tratar seriamente sobre questões ambientais, poucas são as oportunidades que lhes permitem discutir e, principalmente, atuar em prol da conservação da natureza. Por isso, o grupo vem idealizando a realização de um evento destinado aos jovens, no qual deverá ser possibilitada não apenas sua capacitação, mas também a troca de experiências e, principalmente, a mobilização desses protagonistas juvenis.

Por fim, tamanho foi o sucesso do Programa “Trainee em Meio Ambiente”, que sua continuidade, no ano de 2005, abrangeu não só interessados do terceiro setor, mas também possibilitou a participação de jovens de empresas e instituições do segundo setor.

Por motivos diversos, no entanto, muitos dos jovens não puderam dar continuidade ao importante trabalho que vinham desenvolvendo nas instituições conservacionistas das quais fizeram parte por um ano. Assim, com o objetivo de dar seguimento a atividades relacionadas à conservação e partilhar com novas pessoas os conhecimentos e experiências vivenciadas no programa e em suas próprias trajetórias conservacionistas, todos vêm exercendo distintas atividades. Apesar de manter contato e vislumbrar a realização de ações conjuntas, esses jovens apresentam diferentes experiências após o término do programa.

“A experiência foi de grande valor, permitindo que eu permanecesse por mais três meses na organização após o término do Programa. Mas, por falta de recursos financeiros (dificuldade encontrada com frequência no terceiro setor), tive que deixar a instituição. Sabendo que devemos nos capacitar para a inserção no mercado de trabalho, venho realizando meu projeto de conclusão da pós-graduação com uma ONG ambientalista, estou fazendo um curso de educação ambiental, escrevendo projetos para editais que oferecem recursos financeiros destinados à conservação da natureza, continuo minhas pesquisas e, além disso, pretendo cursar mestrado e doutorado na área do meio ambiente”.

Considerando-se que o estudo é a base para o conhecimento e que somente dotado deste é que se pode argumentar, discutir, encontrar soluções e tomar decisões, frisa-se que o estudo intenso e a sua atualização contínua devem ser uma das prioridades do jovem e do profissional que ele se tornará. Mesmo após o ciclo universitário, durante o qual o estudante deve aproveitar para se envolver em todas as oportunidades relacionadas à conservação, o aperfeiçoamento deve ser constante. É fundamental insistir no eterno aprendizado para capacitar-se, a fim de obter sucesso nos resultados buscados. Pode-se atentar, ainda, para o fato de que também é importante que esses conhecimentos sejam de diferentes áreas, uma vez que a conservação da natureza é um tema demasiado complexo.

O RUMO DAS AÇÕES CONSERVACIONISTAS E OS JOVENS

Após diferentes experiências, conclui-se que somente é possível enfrentar a crise ambiental e o futuro do país a partir de dois pontos: educação e articulação entre os jovens. Além da educação formal, que começa a considerar a educação ambiental em seu currículo, é preciso também que haja uma orientação para o trabalho integrado entre os jovens, de maneira que estes estejam organizados para trabalhar em rede. Tem-se hoje uma tecnologia essencial, a Internet, que possibilita a realização de atividades em rede beneficiando, por exemplo, trabalhos em prol da conservação da natureza. Uma simples ação iniciada e mobilizada por jovens ambientalistas, com apoio do terceiro setor, de pessoas voluntárias ou afins, e utilizando-se da tecnologia disponível, pode-se viabilizar uma enorme repercussão não apenas no Brasil, mas também no mundo, garantindo o alcance dos objetivos (Whitaker, 1998).

O futuro do meio ambiente está nas mãos das pessoas que querem e têm o poder de se articular, fazer contatos, mobilizar e ensinar as pessoas mais leigas. A interdisciplinaridade neste caso é fundamental e o trabalho deve ser integrado, pois esforços isolados só geram ações repetitivas. Temos algumas referências de organizações que buscam isso, como por exemplo, Instituto Socioambiental (ISA), Rede Mata Atlântica (RMA), Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), EcoTerraBrasil, Rede Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC), entre outras organizações que se articulam ou trabalham em rede e que estimulam a participação de todos em questões ambientais e, acima de tudo, disponibilizam informações relacionadas ao tema. Afinal, exemplos de organizações que estejam trazendo benefícios devem ser seguidos por outras, de maneira que o trabalho seja integrado e coletivo, evitando competições ou rivalidades entre as mesmas.

“Por fim, a comunicação também é vista como uma ferramenta essencial para o trabalho em rede, uma vez que esta área permeia todas as outras e detém técnicas e métodos que contribuem para tal. Assim, conseqüentemente, deve ser aproveitada e utilizada de maneira correta para a efetiva conservação ambiental”.

Concluindo-se a questão da participação dos jovens na conservação da natureza e sua fundamental importância para o futuro do país e das próximas gerações, destaca-se que eles devem apresentar como forte característica uma paixão pela causa conservacionista. Além disso, que busquem agir com determinação, persistência, articulação, foco, criatividade, que demonstrem gosto pelo que fazem, que tenham coragem para colocar em prática suas idéias, que identifiquem os líderes em seus grupos e, por fim, que não desistam dos seus ideais, que é a conservação da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNA, V. **Dez Mandamentos da Comunicação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.pop.com.br/barra.php?url=http://www.ecoterrabrasil.com.br/home>>. Acesso em: 04 jul 2005.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001.

GEO JUVENIL BRASIL. 2005. **O que é o GEO**. Disponível em: <<http://www.geojuvenil.org.br/>>. Acesso em: 04 jul 2005.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328 p.

WHITAKER, F. 1998. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo-d/rede_estrutura_alternativa.doc>. Acesso em: 05 jul 2005.



A EVOLUÇÃO DO SER HUMANO E A NECESSIDADE DA AGENDA 21

Márcio Santos

Regina Freire

Integrantes do Coletivo Jovem de

Meio Ambiente de Tocantins

Ecoseberebas - Palmas - TO

marciocjto@yahoo.com.br

reginafreirecj@yahoo.com.br

Quando do surgimento das primeiras sociedades, os seres humanos viviam em pequenos grupos que percorriam largas extensões de terras praticando a caça, capturavam animais e coletavam raízes, folhas, frutos e sementes, eram nômades. A partir de então, o homem aprendeu a construir ferramentas, abrigos e suas próprias vestimentas. Descobriram o uso do fogo e começaram a domesticar animais e a cultivar plantas. Essas descobertas possibilitaram a fixação do homem em grupos que passaram, então, a ser sedentários. Surgiram os primeiros assentamentos: as cidades. O crescimento não parou.

Com a mineração e a fundição o desenvolvimento tecnológico avançou e, com a Revolução Industrial, a humanidade começou a absorver todo o “capital” da terra. Com a idéia de que os recursos eram infinitos, a natureza foi sendo explorada intensamente, principalmente, após a segunda guerra mundial, em 1945.

A terra pedia socorro! A desigualdade social, a proliferação de doenças, a fome e a miséria eram, e continuam sendo, os grandes problemas da humanidade. Além disso, a degradação dos nossos recursos naturais como as águas, as florestas e os animais colocaram em risco a saúde do nosso planeta. Lixo, fumaça e produtos químicos envenenaram o ar, a água, o solo e a saúde das pessoas.

Diante dos acontecimentos houve uma grande mobilização social entre pesquisadores, chefes de nações, representantes de associações, organizações não governamentais, ambientalistas e cidadãos, que ficaram frente a frente com um grande desafio:

“temos que repensar nossas ações! Muitas coisas estão acontecendo com o meio ambiente; a sociedade também está sofrendo! Nossos recursos estão se acabando! Quanta gente morrendo de fome, sem ter onde morar!”.

O compromisso do Brasil com o meio ambiente já começara 20 anos antes, quando o País participou da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, em especial no seu período preparatório de dois anos, quando a Conferência contou com ativa contribuição brasileira no sentido de introduzir, de modo inseparável, a temática do desenvolvimento no contexto mais amplo das questões do meio ambiente. Esse marco inicial dos esforços internacionais para a proteção do meio ambiente viu-se prejudicado, contudo, por ter ocorrido num momento histórico em que os alinhamentos Leste-Oeste e Norte-Sul impediam reais ações concertadas para o benefício da Humanidade.

Na Conferência do Rio, ao contrário de Estocolmo, a cooperação prevaleceu sobre o conflito. Neste sentido, ao abrir novos caminhos para o diálogo multilateral, colocando os interesses globais como sua principal preocupação, o significado da Cúpula do Rio foi muito além dos compromissos concretos assumidos, pois mostrou as possibilidades de compreensão em um mundo livre de antagonismo ideológico.

A Conferência aprovou, igualmente, documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21. Ambos endossam o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combina as aspirações compartilhadas por todos os 179 países, inclusive o Brasil, ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica. A Agenda 21, em especial, tem esse nome porque representa um planejamento de ações e compromissos que devem ser estabelecidos para garantir o futuro do planeta no século XXI. Sendo um documento cada vez mais divulgado nos últimos dez anos, principalmente pelos órgãos governamentais, vem contribuindo na difusão e na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

A Agenda 21 foi definida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, como: “Um novo caminho de progresso social e econômico que procura atender as aspirações do presente, sem comprometer as possibilidades de atendê-las no futuro”.

Trata-se de uma nova proposta de desenvolvimento para a humanidade, a qual deverá ser construída respeitando as características geográficas, culturais e ambientais de cada país, estado, região e localidade.

Mas o que é a Agenda 21?

A Agenda 21 é um processo participativo e democrático pelo qual a sociedade, o poder público e o setor econômico planejam ações, estabelecem metas e assumem compromissos visando promover o desenvolvimento sustentável, aumentar a qualidade de vida e a autonomia dos grupos e cidadãos. Ela deve ser o instrumento através do qual as comunidades possam apontar suas necessidades, buscar soluções e demonstrar as suas expectativas para o futuro da sua escola e da sua comunidade. É um plano de ação com o objetivo de promover uma nova forma de desenvolvimento, onde seja respeitada a integridade do ambiente, a igualdade social, a satisfação das necessidades básicas e a realização dos direitos humanos.

O que buscamos com a construção da Agenda 21 na sua escola?

- construir ações que promovam melhorias na qualidade de vida da comunidade local, e escolar;
- articular e envolver os alunos da sua escola na busca de estratégias para enfrentar os problemas sócioambientais do seu município, e do ambiente escolar;
- promover a participação conjunta dos alunos, da comunidade, dos empresários, das associações, da prefeitura, da câmara de vereadores, para a construção de uma nova proposta de desenvolvimento social, educacional, econômica, cultural e ambiental;
- propor estratégias e ações para os problemas apontados pela escola, visando à busca por soluções (por exemplo: combater o desperdício de água);
- promover uma maior integração entre alunos, professores, associação de pais e mestres com intuito de constituir uma rede que venha apoiar e ajudar no desenvolvimento escolar;
- criar espaços que garantam a participação da comunidade nas tomadas de decisões voltadas para melhoria na qualidade do ensino.

Por que é importante a participação da comunidade na construção da Agenda 21 na sua escola?

As associações comunitárias são de grande importância, pois estarão representando os cidadãos da sua comunidade. A partir das associações, a

comunidade poderá se manifestar em parceria com os alunos para fazer solicitações, reclamações, denúncias, atividades ambientais, culturais, econômicas e sociais, promovendo transformações e melhorias para a comunidade e a escola.

A Agenda 21 confia aos alunos e professores a responsabilidade de representar a escola e a comunidade, por tanto, caberá aos alunos e professores e membros da comunidade fortalecer as ações da Agenda 21 na Escola participando de reuniões e eventos.

Por que a Agenda 21 é importante para a sua escola?

- a Agenda 21 será um importante caminho para os alunos e professores planejar o futuro da escola, com ações voltadas para promover melhorias na qualidade do ensino escolar;
- as ações previstas na Agenda 21 servirão de orientação para as ações da administração da escola na promoção do desenvolvimento escolar, social econômico e o equilíbrio ecológico no ambiente escolar;
- o processo de construção da Agenda 21 será um importante processo democrático e participativo, onde qualquer aluno ou professor poderá participar diretamente na discussão e na tomada de decisões sobre o futuro da escola e da comunidade;
- é na Agenda 21 que ficarão registrados opiniões, interesses e a vontade dos alunos, professores e pais de alunos, que poderão contribuir diretamente na construção de uma escola melhor;
- é um importante momento de fortalecer o grêmio e as associações de pais e mestres, construir parcerias e, assim, promover uma participação maior nas discussões que envolvam os interesses da coletividade.

Por que você deve participar?

- A construção da Agenda 21 deve ser um processo democrático e participativo, ou seja, você deve participar;
- os alunos têm um papel fundamental de apresentar problemas, necessidades e as potencialidades da escola na qual estuda;
- é um importante momento de organizar mobilizar a comunidade escolar para buscar o cumprimento das ações contidas na Agenda 21.

Quando as mudanças vão acontecer?

A Agenda 21 começará a obter resultados em diferentes momentos. Pode começar agora mesmo, basta que você esteja disposto a se envolver com o

grêmio de sua escola em ações de educação ambiental. Outras, que exigem a busca de recursos, o envolvimento de diversas instituições pode levar mais tempo.

Porém caberá aos alunos acompanhar a implementação das ações propostas nas Agendas para que as mesmas sejam desenvolvidas efetivamente.

Mas as mudanças já estão acontecendo, pela primeira vez o MMA/MEC promove essa discussão dentro da escola, dando a oportunidade para que alunos, pais, professores e a comunidade em geral possam contribuir para a preservação do nosso meio ambiente. Com a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAs) dentro de sua escola buscamos fortalecer a nossa luta por entendermos que as mobilizações que buscam mudanças, devem partir do meio popular.



SER OU TER? EIS A QUESTÃO – NOVO PARADIGMA ÉTICO-AMBIENTAL

Mariza Braga Goulart da Silva
Estudante de Ciências Sociais na Universidade do
Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Educadora Ambiental, integrante do Coletivo Jovem de
Meio Ambiente/RJ e do Movimento Fazendo a Diferença.
marizagoulart@gmail.com

A relação ser humano-natureza no pensamento ocidental moderno foi marcada durante séculos pela dicotomia entre o “selvagem” (mau) e o “civilizado” (bom), caracterizada pelo esforço de dominação e subjugação da natureza desconhecida. O mundo natural (fauna e flora) não teria valor nem direitos a não ser que estivesse a serviço e benefício do homem. Nessa visão de mundo, fundamentada pela filosofia cartesiana e pela física newtoniana, preconizava o reducionismo e o mecanicismo, com a valorização do estudo das partes separadas do todo.

As sociedades pré-indústrias acreditavam serem ilimitados os recursos naturais⁶¹ e sua super exploração desequilibrada a partir da Revolução Industrial causou danos ao meio cujo impacto varia de acordo com as necessidades de cada sociedade historicamente determinadas por motivações sociais, econômicas e culturais.

A globalização impôs novos valores culturais, modificando hábitos locais e até símbolos, agindo para a supressão da subjetividade individual. A indústria cultural através da mídia manipula as massas – e a juventude é seu principal alvo – estabelecendo padrões de consumo uniformes que nunca são saciáveis. Assim, a necessidade de “ter”, associado ao individualismo e egoísmo, é socialmente estabelecida como valor e status a serem atingido em detrimento

⁶¹ Por recursos naturais entendemos os elementos da natureza utilizados pelas sociedades humanas classificados como: renováveis (animais e vegetais), não renováveis (minerais e fósseis) e livres (ar, água, luz solar, etc.) (Pádua e Lago, 1987).

do “ser” – a essência do ser humano, aquilo que o torna único, singular cria suas necessidades reais e fortalece valores fraternais como a solidariedade, compaixão e respeito a todas as formas de vida.

Além do mais, o consumo desenfreado submete a natureza às leis do mercado e à obtenção do lucro para benefício de um grupo restrito, em detrimento da qualidade de vida da maioria da população. Nesse sentido, o interesse de poucos se sobrepõe à construção de um mundo comum e justo.

Somente no final do século XIX e início do século XX a ação destrutiva do homem sobre a natureza e os valores que a permeiam começam a ser fortemente questionadas. A partir da década de 1960 intensificou-se em todo o mundo o debate acerca dos problemas ambientais, onde Conferências Mundiais de Meio Ambiente constataram que o uso insustentável dos recursos naturais leva a sua exaustão com consequências graves à biosfera, inclusive ao ser humano, e pôs em xeque o modelo de organização e crescimento das sociedades, levando à construção de protocolos e tratados internacionais.

No Brasil a constatação da crise ambiental e o despertar da consciência ecológica se dão em consonância com o exercício da cidadania, a partir da eclosão de conflitos sócio-ambientais e organização da sociedade civil para garantir direitos já estabelecidos na Legislação Ambiental Brasileira e pela própria Constituição Federal de 1988, que define meio ambiente como “bem de uso comum do povo”.

As novas problemáticas ambientais denunciam um paradoxo: o desenvolvimento técnico-científico não garantiu a equidade social e a melhoria proporcional da qualidade de vida, mas ao contrário, socializou os problemas ambientais que na maioria dos casos atingem diretamente a parcela mais pobre da sociedade. Pádua e Lago⁶² argumentam que *“esse modelo se baseia na privatização dos benefícios e na distribuição dos custos sociais”*. Nesse contexto surge a ecologia social, no entendimento de que as questões ambientais e sociais são indissociáveis.

O paradigma homem-natureza deixa então de ser pensado apenas como uma relação utilitária ou de subsistência. Há o entendimento de que a degradação do meio interfere diretamente na organização de uma dada sociedade influenciando nas condições de trabalho, reprodução social e cultural e nas condições necessárias à existência de indivíduos e coletividades. O mundo, então, é concebido como uma rede de fenômenos naturais e sociais integrados e não mais como partes dissociadas.

O pensador Felix Guattari⁶³ defende a existência de três ecologias: da relação dos seres vivos com o meio em que vivem, das relações sociais e da subjetividade humana, e afirma que a resposta à crise ecológica seria possível

⁶² Pádua e Lago, O que é ecologia, Ed. Brasiliense, 1984.

⁶³ Guattari, As Três Ecologias. Ed Papirus, 2003, 14ª edição.

apenas com a transformação política, cultural e social, a partir da perspectiva ecosófica, ou seja, uma articulação ético-política que levaria a re-singularização do sujeito individual ou coletiva, rediscutindo a *“produção da existência humana em novos contextos históricos”*.

Assim, somos todos espectadores e/ou atores da construção de um novo paradigma ético-ambiental, que compreende não apenas a organização política com diretrizes democráticas e sustentáveis – igualdade de acesso aos recursos naturais, equidade social, circulação da informação, controle social das políticas públicas e direito ao meio ambiente saudável e equilibrado – como também a defesa de princípios que constituem e valorizam o “ser”, ou seja, a subjetividade e a essência do ser humano – valores humanísticos e solidários, a defesa de todas as formas de vida e o respeito nas relações homem-mulher, à diversidade étnica e de crença, e às liberdades de manifestações culturais e de idéias.



AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E O PAPEL DA JUVENTUDE

Mateus de Sá Barreto Barros
Ativista Ambiental,
Integrante do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Pernambuco,
Turismólogo e, sobretudo, sujeito em construção.
masbbarros@yahoo.com.br

O Movimento ambientalista é considerado por estudiosos, como o movimento mais complexo, uma vez que luta por causas sociais, culturais, naturais, econômicas, existenciais, entre outros fatores. Porém, ainda se encontra em um estado estruturalista, completamente hierárquico, autoritário e muitas vezes contraditório.

Nesse contexto, é possível identificar três tipos de movimentos ambientalistas: a) o movimento-contra-estado; b) o movimento-mantenedor-estado; e c) o movimento-contra-movimento.

O primeiro vai de encontro à idéia de desenvolvimento economicista patrocinada por algumas instituições estatais e ministérios. Portanto, é sabido que nem o socialismo real, nem o capitalismo são sistemas ambientalmente perfeitos, favoráveis à manutenção de qualquer tipo de vida existente no planeta. Nessa perspectiva, o movimento-contra-estado, tenta, a partir das relações transversais da sociedade, firmar contratos sociais para agilizar a constituição de um novo paradigma de desenvolvimento. Assim, constata-se que, após a morte da utopia socialista, no fim da guerra fria, o imaginário humano é capaz de constituir uma nova utopia.

Portanto, o movimento-contra-estado não consegue se desvincular das bases estruturantes-hierárquicas criadas pelo Estado. Com isso, o movimento perde força, pois não reconhece o indivíduo como sujeito, mas único e exclusivamente como coletivo. Dessa forma, é constituído o ser instituído, defendendo interesses meramente institucionais e não mais respeitando as individualidades (similitudes, identidades e diferenças), com o intuito maior de formatar a partir daí um sentimento de coletividade.

Nesse sentido, devem-se trabalhar suas bases e fortalecer seu entorno (associações de bairros, associações de moradores, conselhos etc.) para dar maior suporte às suas contestações e ações, além de obter resultados internos gratificantes, a exemplo da politização de um contingente maior de pessoas, refletindo diretamente em âmbito nacional. Isso porque o movimento conseguirá unir as pessoas pela causa e não apenas pela necessidade.

Já o segundo, o movimento-mantenedor-estado, possui uma visão preservacionista, meramente positivista, adotada pelos países do Norte. Realizam suas ações no propósito de anular os esforços realizados pelo primeiro. São a favor dos transgênicos, da transposição do Rio São Francisco, da criação das Unidades de Conservação, sem uma reformulação legal, visto que, essa proíbe a permanência das populações autóctones.

Nesse caso, as instituições governamentais e alguns ministérios se aproveitam dessa contradição e tomam como verdade apenas o que é do seu interesse, no intuito de desenvolver o país economicamente, não importando os custos ambientais, sociais, culturais, entre outros, trazidos com tal desenvolvimento. Lembra-se ainda que o homem também faz parte do meio, com isso essas transformações refletem diretamente no modo de vida do mesmo, uma vez que, a cultura se constitui a partir das condições ambientais, às quais o homem está sujeito. Enquanto isso, o processo de aculturação e de aceleração da homogeneização ocorre justamente por causa da destruição da natureza.

Quanto à juventude, no sentido mais amplo da palavra, é vista pela sociedade apenas como formada por seres genéricos e não por sujeitos portadores de qualidades e consciência políticas apuradas que procuram, através de suas atuações, firmar contratos sociais em busca da melhoria da qualidade de vida.

Nessa perspectiva, surge o movimento-contra-movimento que se organiza no intuito de apreender a ordem das coisas. Vai de encontro a uma ordem imposta por uma sociedade oligárquica, compreende o mundo numa forma muito mais dialética, contribuindo, assim, para a constituição de uma práxis orgânica, nada estruturada.

Percebe-se, dessa maneira, que tal movimento inicia-se na base do movimento, tentando formalizar uma conjuntura descentralizada, não-hierárquica e não-burocrática. Logo, o movimento possui um melhor desenvolvimento (eficiência e eficácia) em suas ações e projetos. Respeita-se, dessa forma, o indivíduo como sujeito, fazendo com que, a partir dos jogos das similitudes, das identidades e diferenças, se constitua um sentimento coletivo. Isso ocorre a partir do momento em que os integrantes começam a perceber, mesmo que de forma inconsciente, que são iguais porque são diferentes.

Entende-se que esse novo tipo de constituição não institucionalizada – mas que não esquece seu papel como instituinte – se constitui, de um lado, por pequenos grupos de jovens, cansados de serem instituídos. Libertam-se,

portanto, das paredes das instituições, passando a ter um sentimento de autonomia. Por outro lado, são instituídos, porém fazem parte de espaços em que podem fazer colocações autônomas como seres psicossocial.

Nesse caminho, o jovem se engaja no movimento ambientalista porque a realidade e a causa são nele refletidas. Isso ocorre, a partir do momento em que o movimento expande suas ações além das portas da instituição. Procura, por sua vez, conscientizar e sensibilizar os jovens, fazendo uma reflexão mais aprofundada do ser, como sujeito modificador do meio.

Nesse contexto, é possível constatar que o jovem se engaja no movimento ambientalista por dois motivos: a) para desmistificar a idéia genérica instituída da sociedade, em relação a uma juventude inerte, desligada, acomodada, vendida aos não-valores capitalistas; b) para tentar, a partir do movimento, modificar, em primeira instância, a realidade a ele estabelecida. E, em um segundo momento, modificar, a partir das relações sociais, a ordem imposta.

Mesmo nesse contexto dicotômico, as mínimas vitórias ocorridas são muito comemoradas pelos ambientalistas. O movimento, como sendo instituinte, possui grandes forças de pressão, como a articulação e a consciência política dos partícipes.

Nesse caso, é possível perceber que o jovem possui, como principal referência, os jovens que já estão engajados no movimento. Isso porque o jovem recém-engajado se encontra mais próximo dos já atuantes, compreendendo que eles podem ser atores sociais importantes, tendo a possibilidade de estar procurando modificar no meio o qual ele está inserido. O movimento-contra-movimento possui, dessa maneira, uma concepção diferenciada de mundo. Busca, assim, a partir das ações e resultados micros, começar a modificar o macro.

Nos países Europeus, a exemplo da França, a partir de iniciativas do grupo *Attack*, já se começa a discutir o decrescimento econômico. Portanto, para que isso ocorra, é necessário construir um sentimento de luta coletivo, não-instituído, promovendo ações internas como: politizar os integrantes; estudar as possibilidades de articulação do próprio grupo; construir com o grupo as metas e os objetivos do movimento; investir nos meios de comunicação internos etc.

Nessa perspectiva, essas ações podem e devem ocorrer simultaneamente com as ações exteriores do grupo. No entanto, será possível perceber que haverá uma otimização externa, à medida que as interioridades forem sendo aprimoradas.

Para que o movimento possua consistência, será necessário passar por todo esse processo, fazendo com que haja uma tomada de consciência, formando um grupo de pressão social, no intuito de firmar novos contratos sociais. Nesse sentido, será possível desmistificar a idéia de desenvolvimento inculcado por alguns ministérios e instituições governamentais, dando maior poder aos demais

ministérios e até a própria presidência do país, procurando outros meios de desenvolvimento a caminho de um outro paradigma.

Nessa perspectiva, seria necessário que houvesse políticas públicas de incentivo à constituição de uma base sólida para as instituições ambientalistas, movimentos coletivos jovens, conselhos, entre outros, trabalhando a politização dos engajados, visando-os como multiplicadores. Assim, as organizações conseguiriam uma abrangência maior de suas ações. Além disso, essas possuiriam uma maior consistência, uma vez que estariam formando um movimento de base preocupado com seus partícipes, unindo-os cada vez mais à causa.

Nesse sentido, o movimento, para ter uma posição aceitável exteriormente, necessita estar conciso em seu interior, fazendo com que os seus participantes estejam engajados muito mais por causa de uma sociabilidade não encontrada na sociedade atual do que por causa de benefícios financeiros.

Para tanto, seria necessário que o Governo, em primeira instância, tivesse interesse em procurar modificar o macro, a longo prazo, a partir de investimentos no micro. Isso demandaria paciência, portanto, o resultado seria muito mais satisfatório e conciso que os encontrados atualmente por uma política valorizadora de resultados falsos, apenas para impressionar o mercado e camuflar a sociedade brasileira.

A IMPORTÂNCIA DO JOVEM NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pedro de Toledo Piza

É advogado ambientalista, atuando na área de Direito Ambiental em São Paulo, - participou do Comitê de Meio Ambiente da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM). Foi membro da Câmara Ambiental da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). É membro da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP). Atualmente, está cursando “MBA em Gestão e Auditoria Ambiental” na POLI/USP.
ptpiza@yahoo.com.br

Andréia Cassilha Andrigueto

É bióloga, idealista, atuante em projetos sócioambientais com jovens e comunidades em Brasília e São Luís do Maranhão pelo Instituto Projeto Pegadas Brasil, em Brasília. Atualmente está cursando o “MBA em Gestão e Auditoria Ambiental” na POLI/USP.
aandrigueto@yahoo.com.br

Este artigo tem por finalidade despertar a atenção dos jovens quanto ao seu papel mobilizador e apresentar mecanismos do Direito que podem ser usados para assegurar o direito à participação e à informação asseguradas tanto por leis ambientais (Política Nacional de meio Ambiente), como pela Constituição Federal. E traz para exemplificar seus conceitos, as chamadas ilhas de conservação “Hot Spots”, como exemplos de metáfora para o deslumbramento de suas possibilidades.

É sabido pela ciência que o conceito de ilhas isoladas não carrega a denotação de isolamento ou inércia. Ilhas isoladas, como a Ilha das Cobras, no litoral de São Paulo, se tornaram áreas endêmicas, visto que o território limitado pelo contexto geográfico, possibilita a reprodução em massa da espécie (ou espécies) que mais se adapta e possui vantagem competitiva. Trazendo o termo de ilhas para o contexto da conservação pela ação do homem, Hot Spots do amor,

brinca com a possibilidade dos jovens tornarem-se essas ilhas. Recursos não faltam; mas, faltam informação e espaço para tornar a possibilidade de participação dos mesmos real e concreta.

Para capacitar os jovens a realizar mudanças no panorama ambiental, e explicar melhor o conceito de ilhas, usaremos a Lei de Lavoisier, "*Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*", para desenvolver, inicialmente, a idéia central do texto, tecendo, igualmente, considerações acerca da atuação jovem na implementação de políticas públicas.

A princípio, o potencial jovem não pode ser entendido apenas como uma ilha sensível, intocável e ausente de memória mobilizadora, mas como uma potencialidade a ser explorada, um mecanismo catalisador e enzimático na formulação das políticas públicas. É preciso transformar toda a energia dos hormônios e enzimas de crescimento em ciência aplicada segundo ditames legais e a proteção ambiental. Neste caso, a juventude é a enzima para alcançar importantes transformações, responsável por catalisar e acelerar o processo de resolução de conflitos ambientais.

Desenvolvendo essa linha de pensamento, temos que para a implementação da legislação ambiental são aplicados princípios próprios que regem sua aplicação. O Direito, como ciência, pode ser entendido como um objeto cultural reflexo de experiências humanas durante a história; uma sedimentação de costumes ao longo dos períodos históricos. Com o Direito Ambiental o resultado é o mesmo, podendo ser considerado uma ciência autônoma, com seus princípios próprios, tais como: Princípio do Desenvolvimento Sustentável, da Prevenção/Precaução, da **Participação ou Cooperação**, do Poluidor-Pagador, da **Informação**, entre outros. Os princípios nada mais são que pedras basilares da ciência, em estudo, conduzindo à interpretação dos seus dogmas e premissas. *Pari passu*, os princípios do Direito Ambiental devem ser utilizados na formulação de legislação específica e na implantação de projetos, planos, programas e políticas públicas ambientais, assim como na interpretação de textos normativos por parte dos operadores do Direito. Ressalte-se, que todos os princípios são igualmente importantes, mas, muitas vezes, alguns assumem maior relevância diante de outros, dependendo da ótica que se trata.

Neste breve artigo, não se pretende esgotar o tema. O enfoque será dado aos princípios da **participação e informação**, tocante à questão ambiental e atuação da juventude na implementação das políticas públicas.

No século atual da informação, a diversidade de meios de comunicação compete com a compilação dos dados corretos e necessários à resolução dos desafios que se quer responder. Ferramentas tão usuais como os telejornais, a internet, comunicadores e bibliotecas digitais já conseguem trazer em tempo quase real, acontecimentos que abalam pilares do outro lado de seu raio inicial

de abrangência. A informação é cada vez maior, mas, por outro lado, é necessária uma habilidade ímpar para selecionar tais informações, segundo critérios objetivos e concretos para atingir a proteção ambiental.

Quanto a essa a informação, é relevante mencionar, especificamente, a Lei de Acesso à Informação Ambiental, Lei nº. 10.650/03, que trata do acesso público à informações e a documentos ambientais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), assegurada pela Lei 6.938/81 da Política Nacional de Meio Ambiente. Esta lei consolida um importante avanço para a conscientização do aspecto difuso dos bens ambientais, além de concretizar o princípio da publicidade dos atos públicos, já assentado no artigo trinta e sete, *caput*, da Constituição Federal. É importante também frisar que se tendo em mente o caráter difuso dos bens ambientais, cuja titularidade é de toda coletividade, bem como é dever do Estado e sociedade preservá-lo, esta lei consagra uma **democracia ambiental**. Raquel Biderman Furriela, entendendo sua enorme importância coloca outras fontes da lei, dentre elas a Agenda 21, documento da Rio 92, tendo como princípio o desenvolvimento sustentável baseado em informações consistentes e confiáveis. Segundo a autora, *“o cidadão deve ter acesso às informações relativas ao meio ambiente” e deve ainda: o conhecimento ser disponibilizado como meta “para que o povo gerencie o meio ambiente de forma sustentável”*.⁶⁴

O princípio da participação/cooperação é por sua vez, de extrema importância, uma vez que se traduz no dever-poder do Estado e da coletividade (Estado e sociedade) na formulação e execução de políticas públicas, principalmente as ambientais. Aqui entram em cena os diferentes atores envolvidos na questão ambiental. Insere-se aí o jovem como um dos atores principais e mais enérgicos.

Do ponto de vista político, princípio da participação/cooperação molda os instrumentos de implementação da sustentabilidade ambiental, pois, tratando-se de meio ambiente (direitos difusos) não é possível que a máquina administrativa pública queira tutelá-lo sem considerar a sistemática e obrigatória participação da comunidade em todas as circunstâncias de decisão. Por isso, é que falamos em gestão participativa e em Estado sustentável.

Com efeito, seja nas estruturas públicas de gestão ambiental, seja nos sistemas privados, a participação pró-ativa da sociedade civil organizada acarreta mudanças sensíveis no resultado de projetos de relevante impacto ambiental e social. Não mais pode o administrador decidir sozinho, e a solidão pode significar a rejeição do empreendimento ou da política proposta.

⁶⁴ FURRIELA, Raquel Biderman. *“Aprovada a lei brasileira da democracia ambiental: a lei de acesso à informação ambiental.”*, p.2. in *“Direito Ambiental – Enfoques Variados”*, Ed. Lemos & Cruz, 2004.

A Declaração do Rio consagra o Princípio da Participação no seu Princípio 10, que diz *in verbis*: “O melhor modo de tratar as questões do meio ambiente é assegurando a participação de todos os cidadãos interessados, no nível pertinente”.

No Brasil, o princípio da participação (ou cooperação, como é chamado por alguns) vem implementando mecanismo de gestão cooperada com a comunidade, em todas esferas de administração dos entes federados, envolvendo o dever-poder conjunto do Poder Público e da Coletividade (Estado e Sociedade) incentivando a participação dos diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do ambiente.

Podemos verificar a implementação do mecanismo de gestão cooperada, com a devida participação da comunidade, no direito de petição ao Poder Público; na possibilidade de realização de audiências públicas; na formação de órgãos colegiados (Conselhos); na conquista e na manutenção da soberania popular, através do sufrágio universal, plebiscito, *referendum*, e no direito constitucionalmente consagrado de acesso à justiça.

Não podemos, por via de consequência, olvidar que o princípio da participação pressupõe o direito da informação⁶⁵, pois com o acesso às informações necessárias, a comunidade tem condição mais eficaz de atuar sobre a sociedade, de formar uma melhor mobilização para atender a seus anseios e ideais. Além, é claro, de já ter-se feito parte ativa das decisões de assuntos que lhes interessem e que lhes afetem diretamente.

É necessário lembrar que, quando trabalhamos com *Desenvolvimento Sustentável*, a luta não é fácil, todavia, pode ser compensatória quando se dispõe dos mecanismos e das pessoas certas. Por isso, é que se requer transversalidade dos setores e interdisciplinaridade de seu quadro de atuantes. Há de carregar a bandeira e não o fardo, pois com esses instrumentos, otimismo e perseverança, acreditar que desenvolver-se economicamente com proteção ambiental seja possível.

Por fim, de posse das reflexões aqui expostas, somadas ao juízo de valor do leitor, será possível imaginar um interessante cenário ambiental de uma sociedade cada vez mais pró-ativa, em que a juventude, fundada em valores ambientais, seja capaz de realizar sensíveis e concretas mudanças. A sociedade democrática de hoje é fruto de uma luta da juventude das décadas de 60 e 70, que não se resignaram em apenas ver e ouvir, mas, sim, que foram enzimas e catalisadores de uma *Terra em Transe*.

⁶⁵ MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente: doutrina – prática – jurisprudência – glossário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 99.

GRUPO PEGADA JOVEM – APRENDENDO A CAMINHAR

Camila Godinho

Participante do Coletivo Jovem de Meio Ambiente
da Bahia, denominado Pegada Jovem
camilagodinho@terra.com.br

Juca Cunha

Participante do Coletivo Jovem de Meio Ambiente da Bahia
jucacunha@terra.com.br

Mariana Matos de Santana

Participante do Coletivo Jovem de Meio Ambiente da Bahia
nanamatossantana@hotmail.com
Grupo Pegada Jovem
pegadajovem@grupos.com.br

Como encontrar jovens protagonistas e ambientalistas? Como fazer com que estes jovens se conheçam? Como produzir a mobilização destes jovens? Como gerar a sensibilização de jovens para a temática socioambiental? Como aproximar jovens do movimento de base que já acontece? Como fazer com que a ação do jovem seja reconhecida e apoiada?

Estes questionamentos permeiam até hoje a mente dos jovens que participam do Grupo Pegada Jovem, um grupo que surgiu da vontade de realizar o que se imaginava ser impossível.

Pessoas de diferentes realidades, históricos e expectativas responderam a um chamado e curiosos foram verificar como poderiam participar de uma mobilização nacional de jovens pelo meio ambiente. Naquela ocasião nenhum deles poderia prever o que aconteceria depois daquele encontro.

A diversidade de opiniões e experiências gerou um grupo crítico e pró-ativo, disposto a superar os desafios que lhes foram propostos.

Os primeiros passos

Nascido como Conselho Jovem da Bahia (CJ), o grupo de 12 jovens que atuava na mobilização de crianças e jovens para a participação nas Conferências Nacionais Infância Juvenil e Adulta pelo Meio Ambiente (CNIJMA) reunia-se regularmente para se conhecer e determinar uma forma de ação eficiente. Foram muitos os encontros, e neste processo novos jovens eram envolvidos enquanto que outros se afastavam. Estava ocorrendo a “seleção natural” dos membros do grupo.

Desde a sua criação até a formação do grupo que permanece atuando, houve um amadurecimento individual e coletivo, através de uma avaliação constante da nossa atuação e da nossa convivência. Fomos percebendo que:

- não é possível trabalhar em grupo sem a preocupação com o fortalecimento de cada membro;
- é necessário estar sempre passando por processos avaliativos e de reflexão, onde cada membro possa colocar suas ansiedades e expectativas;
- é preciso haver uma rotatividade de papéis para que todos possam assumir papéis de lideranças e ter experiências diversas;
- é preciso educar-se mutuamente, considerando que todos têm algo para compartilhar e contribuir com o crescimento do grupo.

Não foi fácil tornar estas percepções uma realidade. Havia uma grande pressão externa para que existisse uma hierarquia dentro do grupo, sendo o tempo todo debatido e refletido por nós. Acreditamos que os nossos posicionamentos contribuíram com que os propositores das ações relacionadas a CNIJMA, pudessem rever as demandas dirigidas aos outros estados Brasileiros, considerando, principalmente que não seria possível tratar todos os grupos como iguais.

Foi um processo de autoconhecimento extremamente importante para o fortalecimento e união do grupo. Tivemos então condição de superar muitas dificuldades que apareciam. A falta de recursos financeiros era um problema, mas não impedia a nossa ação. Procurávamos a todo o momento encontrar parceiros que nos ajudassem a viabilizar as nossas idéias.

É importante ressaltar que a nossa união e a responsabilidade que tínhamos, profissionalismo, na nossa ação nos tornou reconhecidos no meio socioambiental Baiano, gerando um reconhecimento de instituições públicas e do movimento social, como grupo mobilizador para debater as questões sócioambientais no Estado.

Nosso Estado vivia uma realidade singular na mobilização das Conferências. Nós, então, CJ, deveríamos fazer parte de uma Comissão Organizadora Estadual, contudo, esta se enfraqueceu com o decorrer do tempo e os membros que

persistiram atuando, tornaram-se as bases do nosso trabalho. Educadores ambientais que foram vitais para que nós assumíssemos a responsabilidade de implementar o processo neste Estado.

O início de uma nova fase

Ações aconteciam por Salvador e a cada dia nos tornávamos mais reconhecidos. Mas não era o suficiente. Queríamos mais! Loucura? Utopia?

Resolvemos aceitar o desafio e expandir aquele processo que nos transformava para todo o Estado. Sem recursos financeiros o que era difícil tornava-se impossível, mas como não conseguíamos acreditar que não poderíamos envolver outros jovens, fomos em busca de parcerias para transformar nossos desejos em realidade.

Foi um período intenso de trabalho. Encontrar jovens protagonistas que trabalhavam com meio ambiente no interior do Estado tornava-se cada vez mais complicado sem recursos para fazer ligações telefônicas. Foi o momento de envolver toda a família no processo. Pais e mães tiveram que abrir suas casas para abrigar jovens, ceder telefone e carro e viver um pouco a euforia de se unir muitas mentes inquietas em um mesmo espaço.

O Encontro de Juventude pela Sustentabilidade - Bahia, ocorreu nos dias 1º, 2 e 3 de novembro de 2003, em Salvador, Bahia, no Centro de Treinamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), reunindo 40 jovens do interior do estado e 20 da capital. Número irrisório num estado com 417 municípios, mas que abrangeu todas as suas regiões.

Ao final do Encontro pedimos aos participantes que relatassem sua opinião sobre a experiência vivida. Sol Lima, na sua avaliação sobre o Encontro resumiu o sentimento de todos: as expectativas foram superadas: *“a princípio pensei que seria apenas para absorver conhecimentos dos facilitadores adultos”, porém, o que vi foi o intercâmbio de múltiplos conhecimentos da própria galera. O desejo de mudança de hábitos, o aprofundamento das discussões temáticas, o uso da rebeldia para combater as perversidades dos “grandes”, o uso da arte de todas as formas, para plantar a semente e regar com fraternidade para as demais pessoas que precisem de esclarecimento. Isso é a Revolução. Foi renovada a minha vontade de lutar por um mundo melhor. Sugiro que não sejamos imediatistas como os “grandes”, que possamos fazer uma melhor reflexão de nossas ações, a fim de construir um mundo melhor para as próximas gerações. É necessário o fortalecimento das articulações e não deixarmos a peteca cair.”*

A data para realização do Encontro foi determinada de forma estratégica, sendo anterior à Conferência Estadual de Meio Ambiente. Conseqüentemente viabilizamos a participação destes jovens nesta Conferência e os mesmos puderam se candidatar para participar da Conferência Nacional – versão Adulto.

Conseguimos ao final que dentre os 40 delegados estaduais 9 jovens fossem eleitos para a delegação estadual.

Conhecendo a diversidade do processo

A organização para a participação na Conferência Infanto-Juvenil começou com a seleção dos 14 delegados entre 11 e 15 anos.

Após analisarmos aproximadamente 1.900 cartilhas, selecionamos 28 cartilhas com base na aplicabilidade das propostas e identificamos por região do Estado, visando assim uma seleção que contemplasse a diversidade do nosso Estado.

Foi um processo exaustivo. Ao final não sabíamos o que fazer com tantas cartilhas e com as expectativas que traziam.

Foi emocionante entrar em contato com o primeiro delegado selecionado, nos sentimos orgulhosos em participar daquele momento de popularização do movimento.

Iniciou-se então a preparação para a Conferência. Tínhamos dois representantes que iriam atuar como facilitadores. Nove jovens como delegados da versão adulta. Dois jovens que iriam acompanhar os delegados da Infanto-Juvenil. Um representante que iria atuar na participação dos Observadores Internacionais e outros sete representantes que foram participar da Conferência de adultos e acompanhar as atividades da Infanto-Juvenil.

Tínhamos uma participação significativa. Uma conquista após meses de árdua ação. Contudo, o desfecho deste processo não atingiu as nossas expectativas, visto que a maioria dos jovens delegados se dispersaram após esta iniciativa e não pudemos perceber qual o impacto desta ação nas futuras atividades destas pessoas.

Na Bahia, particularmente, o acesso às pessoas que vivem no interior mostrou-se complicado, por necessitarmos de tecnologias de informação/comunicação, de recursos financeiros e humanos. Ao final da Conferência não houve uma manutenção do apoio que tínhamos. Ficamos momentaneamente anestesiados.

Refletindo sobre a nova realidade

Passada a Conferência precisávamos refletir sobre a nossa situação. Tínhamos tido um grande sucesso ao mobilizar jovens no Estado. Éramos reconhecidos pelas nossas atividades e idéias por segmentos relevantes da sociedade, como os governos federal e estadual. Precisávamos aproveitar este momento, mas ao mesmo tempo era necessário refletir sobre a nossa estrutura.

Não tínhamos uma sede, diferentes prioridades afastavam membros do grupo e necessitávamos de recursos financeiros para nos manter, visto que havia naquele momento um desgaste no grupo em virtude de termos realizado durante quase um ano, atividades que ultrapassavam o plano do voluntariado, quando estávamos investindo dinheiro para atuar.

Foi um momento de reflexão importante, pois percebemos que apesar de termos a denominação de Conselho Jovem, não temos as funções jurídicas de um Conselho e que, portanto, não era benéfica a nossa ação permanecermos com um nome que não refletisse a nossa realidade. Passamos então a nos denominar de Grupo Pegada Jovem, um grupo de jovens que buscava sensibilizar outros jovens para a temática socioambiental. Tínhamos, afinal, uma identidade.

Paralelo a este processo recebemos o convite para participar do I Seminário de Educação Ambiental da Bahia promovido pela Comissão Estadual de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia.

Por acreditar que este seria um processo de reativação da Rede Baiana de Educação Ambiental (Reaba) e que conseqüentemente nos fortaleceríamos com o mesmo, paramos para um momento de reflexão e partimos mais uma vez para a ação.

Percebemos que estávamos atuando por demanda externa ao grupo e tínhamos que mudar esta realidade. Mais uma vez tentamos estruturar um planejamento anual de atividades, contudo a falta de recursos financeiros e de infra-estrutura nos desmotivaram a continuar.

Com a retomada das atividades propostas pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, com o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, voltamos a nos reunir, mais uma vez por demanda externa, para avaliarmos qual seria a nossa participação neste momento.

Neste período, foi formada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia, na qual os Jovens tinham assento. Foi um grande reconhecimento para o grupo. Percebemos que o processo gerado pela Conferência tinha mais uma vez nos ensinado. Estávamos alcançando um papel de formadores de políticas públicas para a educação ambiental no estado da Bahia. Percebemos que a mobilização dos jovens não deveria ser apenas focada na ação local, mas também na possibilidade de gerar uma consciência política e participativa. Precisamos transformar aquele espaço que nós tínhamos em um local de expressão de idéias e posicionamentos de um número cada vez maior de jovens.

Traçando novos caminhos

Não há dúvidas de que vivemos um processo de aprendizado, amadurecimento e tomada de consciência das reais necessidades e demandas do Estado. Descobrimos um novo espaço, mudamos a nossa visão de mundo. Percebemos que precisamos multiplicar a possibilidade de que outras pessoas vivam experiências semelhantes.

Continuamos tentando nos estruturar. Vivendo cada dia de uma vez, sem deixar com que a pressão externa influencie nos nossos posicionamentos. Estamos mais maduros para construir ações em parceria com a diversidade de atores sociais, independentemente da política.

Precisamos encontrar uma forma de atuação que nos permitam atuar além das demandas, construindo as propostas que sempre almejamos, como a viabilização de uma rede estadual de jovens pelo meio ambiente que realmente possibilite o contato constante com jovens em todos os municípios do Estado.

Queremos ser reconhecidos como catalisadores, de um processo que não nos pertence. É um momento muito mais amplo que nós mesmos. Semeamos uma nova cultura no meio social em que vivemos, quando é preciso perceber novas lideranças, envolvê-las, formá-las e deixá-las trilhar novos caminhos.

Muitos dos que viveram o início desta caminhada hoje partem para novas descobertas, mas permanecem conectados e contribuindo para que esta rede se consolide cada vez mais.

É muito bom percebermos que é possível confiar em outras pessoas e que elas são capazes de continuarem a caminhar no caminho que nós trilhamos. É exatamente a descoberta destas novas pessoas que nos motiva a continuar, pois não fazemos idéia de quantas outras existem por aí querendo fazer parte de um movimento como este mas que não sabem como.

Não podemos deixar de lembrar que só chegamos até aqui a partir do empenho e da dedicação de Andréia, Arilma, Camila, Elísia, Felipe, Guilherme, Henrique, Ian, Jonas, Juca, Leonardo, Lílian, Manuela, Marcel, Mariana, Mariluce, Monique, Patrícia, Rodrigo, Roque, Salvador, e Silvana. Precisamos também ressaltar o exemplo e apoio de Cléa, Elizete e Tita que foram importantes para a nossa caminhada. Um agradecimento especial faz-se para Lilite, que literalmente nos adotou, ajudando-nos a aprender a caminhar.

JUVENTUDE CIDADÃ

Renan de Almeida Gonçalves

Membro do Coletivo Jovem do Meio Ambiente de Roraima
Coordenador do Voluntariado do Lar Fabiano de Cristo em Roraima
renan_dealmeida@hotmail.com

Muito se fala sobre a criação de políticas públicas para a juventude, com a valorização de espaços democráticos, que possibilitem a inclusão social dessa parcela da sociedade, que cada vez mais surpreende por suas iniciativas e senso crítico.

Os jovens, hoje, não acreditam mais naquela velha estória de que são “o futuro do país”, essa expressão é vista por nós como uma forma cômoda de as pessoas jogarem as suas responsabilidades nas nossas costas. O que acreditamos de verdade e na prática é que somos o presente, que o tempo é feito de momentos; que são convencionalmente chamados de presente, passado e futuro.

Portanto a linha de ação que seguimos e acreditamos é a de que a sobrevivência e a qualidade de vida das futuras gerações dependerão do que estivermos fazendo aqui e agora.

Seria uma utopia achar que toda a juventude pensa assim, mas uma utopia é sempre um desafio; podemos não alcançá-la nunca, mas na tentativa de chegar a ela, nós caminhamos para frente, vivenciando novas experiências e oportunidades que nos engrandecem como seres humanos.

Quando eu comecei a me interessar pela temática ambiental, logo a abracei e me apaixonei pela causa. Não foi amor à primeira vista, por que depois que se mergulha no conhecimento, no sentido holístico da questão ambiental, percebe-se que desde que nascemos somos responsáveis pelo ambiente em que vivemos.

Mas foi no 1º ano do ensino médio, quando eu estudava no Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), que descobri que a minha responsabilidade ultrapassava as barreiras e amarras do teórico, não podia se limitar a discursos bonitos e bem ditos. Primeiramente, acreditar que eu poderia

fazer a diferença era o meu primeiro desafio, pois o compromisso de mobilizar os demais dependia da minha atuação.

E nesse início, digamos de “militância”, uma instituição teve um papel fundamental: a escola. Foi na escola, na companhia de professores e alunos, num ambiente propício ao debate, a explicitação de problemas e pactuação de soluções, que eu encontrei meus referenciais.

A escola foi onde encontrei apoio e incentivo para a elaboração de projetos e campanhas, foi onde arrumei boas brigas, brigas que me propiciaram crescimento intelectual, por que não eram físicas, eram ideológicas.

Nesse turbilhão de idéias, onde se fazia necessária à criação de mecanismos que facilitassem a captação do capital financeiro, algo despontava como indispensável, o capital social. Era necessário que outros jovens abrissem a mente, ao invés do bolso, para a realidade gritante que assombrava e assombra ainda nosso planeta.

Durante esse processo de sensibilização de outros jovens, foi possível perceber que eu não era o único e nem a exceção, que a juventude está por dentro do que acontece no mundo, e sabe muito bem o que quer, e sua responsabilidade perante a situação e as falhas do sistema vigente.

A questão ambiental para o jovem de hoje, um jovem que sofre com o desemprego, com o preconceito, com a violência, com a falta de perspectivas, vai muito mais além do que a proteção das florestas. Vai ao encontro do desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, ao combate às disparidades regionais, ao respeito à diversidade étnica e racial e principalmente à elaboração de políticas públicas, sérias e responsáveis para a juventude.

E não precisa ser doutor para saber que não há outro meio de se alcançar tudo isso senão a educação. Enquanto a educação não for vista e reconhecida como instrumento de transformação social, nossos jovens continuarão mergulhados nas drogas e se matando por questões banais.

Desde os anos 50 que investimos na economia para conseguir a educação e a justiça social. Enquanto outros países, que estavam na mesma situação que o Brasil, investiram em educação e já conseguiram o desenvolvimento econômico e a justiça social. Acredito que a primeira fase, do “cair em si”, já passou faz tempo.

A cobrança deve ser feita às autoridades, mas isso não diminui nem um pouco a nossa responsabilidade como sociedade civil. O momento não é de identificação dos culpados, por que esses já sabem quem são: Somos todos nós. O momento é de unir forças, governo e sociedade, enxergando o jovem como agente de transformação social.

A realização da I Conferência Nacional do Meio Ambiente foi um marco. Segundo o ministério da educação, cerca de seis milhões de pessoas em todo o país fizeram das escolas, espaços de debates, de críticas e de empenho na luta não só por um Brasil, mas por um mundo melhor.

A melhoria da qualidade de vida no meio urbano e rural, o acesso ao saneamento básico, o uso responsável dos recursos hídricos, a criação de uma infra-estrutura capaz de conciliar interesses diversos e a preservação da nossa fauna e flora estavam na pauta de crianças, jovens e adultos que pararam para refletir sobre seu comportamento e conduta frente à problemática ambiental que enche de dúvidas e incertezas a continuidade do ciclo da vida no planeta Terra.

E o resultado de toda essa mobilização pode ser visto em todos os Estados brasileiros, nós jovens que participamos e contribuímos para a construção desta rede de ações, demos continuidade à transversalidade da educação ambiental, uma educação que é mais prática que teórica, que começa de dentro pra fora, porque a educação da alma é a alma da educação.

Depois de tanto ver jovens como eu, de diferentes etnias, posições sociais, escolaridades e experiências de vida, olho para expoentes como Chico Mendes, e imagino o que teria ele feito, se em plena juventude lhe fossem oferecidas maiores oportunidades.

O Brasil não pode permitir que a sua juventude seja dragada pela incoerência e desesperança, e essa mola impulsora do poder local não pode ser corroída.

A juventude está aí por esse país continental, dando exemplo de responsabilidade sócioambiental e de ética pública e política. São milhares as iniciativas de jovens que juntos trabalham por um futuro mais digno, que lutam por seus direitos, cumprem seus deveres e dão verdadeiras lições de vida, mostrando que o futuro começa agora e a mudança é já.

Não podemos mais esperar que as coisas aconteçam a nosso favor, sem que nos mexamos e corramos atrás daquilo que é bom para mim e para meu próximo. Se não compreendermos que vivemos em um coletivo, passaremos o resto da vida cobrando no outro o que falta em nós.

Por isso a necessidade de políticas públicas para a juventude, num conjunto sistêmico capaz de diagnosticar a problemática com ênfase na realidade local de cada um. O passado nos mostra um grande número de programas e projetos que tentaram impor soluções generalizadas sobre contextos específicos, que não tiveram a participação dos mais interessados na questão que são os próprios jovens.

Uma política de inclusão, que não contemple a participação do jovem em sua elaboração é no mínimo fantasiosa e ineficaz.

Nós jovens precisamos ser encarados como cidadãos ativos. Cobramos uma gestão participativa de ambas as esferas de poder, porque quem conhece a realidade de nossa escola, de nosso bairro e de nossa rua somos nós que moramos lá e convivemos com a realidade local, seja ela qual for.

O consumo está aumentando. Nossos rios, plantas e animais estão sendo destruídos, e junto com eles a vida. Será que isso não é importante? Será que o jovem não tem idade pra debater essas questões? Ou será que a preocupação

e o engajamento de jovens nas ações em defesa da vida incomodam aqueles que esperam o Messias surgir com um cargo e um milagre institucional?

É hora de pensar em como aproveitar essa massa social que se organiza para o enfrentamento da dura realidade do nosso país e nosso mundo.

O acesso à informação é cada vez mais facilitado, as novas tecnologias que nos mostram com eficácia os riscos de nossa conduta e manejo com os recursos naturais, não são capazes de reparar completamente os danos causados, podem maquiar, mas recriar a obra divina, isso o homem jamais poderá fazer.

E mesmo com todo esse conhecimento, e a certeza que é indiscutivelmente mais barato evitar e educar do que remediar, nossa sociedade ainda espera para ver o que vem por aí.

A situação atual do Brasil é preocupante, e da juventude brasileira mais ainda. A urgência de uma política pública para a juventude, que contemple suas necessidades e seus potenciais de engajamento é fato, e o povo brasileiro começa a despertar para essa sensibilização.

Não há mais tempo para politicagem, precisamos do envolvimento de todos em torno de uma política socioambiental que contemple a diversidade do povo brasileiro.

A juventude clama por mudanças, e se mostra comprometida com o trabalho e a ação voluntária, que se espalha pelo país numa corrente de solidariedade, que contagia cada vez mais jovens, tornando-os verdadeiros cidadãos, conscientes de sua condição humana.

O Brasil é um país com um potencial natural fantástico, com perspectivas de futuro que não se comparam a outras regiões do planeta. O que falta é o povo brasileiro perceber que voluntariado não é perda de tempo, nem falta de ter o que fazer. É exercício pleno de cidadania e amor pelo Brasil.

Nosso país vem acompanhando, de várias formas, o processo de mudanças ocorridas no mundo, sobretudo, instituindo mecanismos legais que possibilitam a implantação de políticas públicas básicas descentralizadas, com a participação, o controle e a gestão da comunidade.

A juventude clama por educação, saúde, cultura, emprego e renda, respeito e direito à vida, não é nada que a constituição federal já não nos assegure, porém, o essencial nesse momento é darmos continuidade a essa marcha sensibilizadora, que alerta para a construção de um futuro que já começou.

NEM À ESQUERDA, NEM À DIREITA, PARA FRENTE. A JUVENTUDE PELO MEIO AMBIENTE

Carolina de Moura Campos

Frederico Pecorelli

José Patrício de Figueiredo Lustosa

Márcia Andréia Nogueira Magalhães

Integrantes do Coletivo Jovem de Meio Ambiente
de Minas Gerais

conselhojovemmg@yahoogrupos.com.br

carol4cm@yahoo.com.br

fredpecorelli@uol.com.br

ongleao@pop.com.br

“Todos nós temos as mesmas capacidades, mas não as mesmas oportunidades”.

Marina Silva na abertura da III Conferência Nacional de Educação e Cultura (2002)

O socioambientalismo penetra o tecido político das sociedades. Alguns autores sugerem que a questão socioambiental para ter recebido atenção política precisou passar por estágios prévios. Basicamente para chegar ao ponto onde o sistema político está disposto a encarar a solução de um problema, no caso socioambiental, foi necessário chamar a atenção da opinião pública, na pessoa de cada ser humano, por variadas formas, incluídas a sensibilização e a conscientização. Vários atores sociais se envolveram: comunidades, associações civis diversas como a de moradores, grupos de estudos e pesquisas, profissionais liberais e suas associações em especial a mídia que chamou a atenção do público justificando a necessidade de intervenção política e da governança ampliada.

Nos anos 70 muitos ambientalistas tradicionalmente mais longe de qualquer tomada de posição política, começaram a politizar-se gradualmente frente à incapacidade e insensibilidade das instâncias estatais para absorção das demandas socioambientais.

Os problemas ambientais não são os únicos condicionantes da iniciação política do ambientalismo. A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo – 1972, catapultou uma série de problemas ambientais no cenário político internacional, mas não por isso deve-se concluir que ele se assemelha ao padrão geral de comportamento da maioria dos movimentos sociais que lhe são contemporâneos.

Embora todos os movimentos exemplifiquem um processo de emergência da sociedade civil, o ambientalismo na sua vertente socioambiental tem começado um longo caminho que mostraria um amadurecimento e uma capacidade para articular fatores emocionais com argumentos racionais e o pensamento com a ação, em um grau que outras expressões da sociedade civil nunca chegariam a alcançar.

O socioambientalismo não colocaria apenas novos problemas num velho cenário político, mas também uma visão e sensibilidades originais e novos atores que redefiniriam os restantes problemas da agenda.

A primeira questão socioambiental seria seu próprio entendimento, mesmo sem seus aderentes não serem muito cientes dessa condição. O socioambientalismo tem gerado uma série de idéias e valores verdes que permitem tanto fazer escolhas pessoais como orientar a ação coletiva em um número significativamente grande de assuntos da vida pública e privada dos cidadãos.

Os múltiplos encontros socioambientais reuniam pessoas que acreditavam no estabelecimento de mútua interação e co-pertença da natureza interna e externa: a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente. Nestes encontros a governabilidade socioambiental iniciava-se na questão: ao final do dia você deverá ter dado uma resposta, uma contribuição efetiva para esse novo estilo de vida.

Essa participação traz novos conhecimentos, saberes e racionalidades socioambientais e desenvolve novas habilidades. A Educação Ambiental para formar um pensamento crítico, criativo, pró-ativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais, culturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva sistêmica e global, mas diferenciada, é uma exigência para a continuidade da vida em suas diferentes manifestações.

Os saberes socioambientais, as idéias verdes quando falamos aqui como expressão política, não são necessariamente uma referência aos partidos verdes, mas como um movimento histórico-vital quase nunca refletidos em políticas públicas.

A governabilidade socioambiental inicia-se em nossas idéias ou em conceitos que organizam o mundo tornando-o inteligível e familiar. Carvalho – 2004, afirma que são como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo.

Essas idéias, noções, valores e conceitos interferem em nossas ações cotidianas podendo influenciar as utopias pessoais da boa sociedade, da convivência harmoniosa entre a natureza interna e a externa, entre os seres

humanos entre si. Este sujeito pode vir a se construir como um sujeito ecológico com uma consciência socioambiental capaz de identificar e problematizar questões e agir sobre elas individualmente e coletivamente buscando soluções.

A formação de um sentido de responsabilidade ética e social reposiciona o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a natureza interna e externa, suas múltiplas relações e a integridade e o direito à existência não utilitária do ambiente – interno e externo, promovendo hoje uma integração do brasileiro, criança, adolescente, jovem, adulto e idoso com a Sociedade Sustentável, viável e exeqüível.

A sociedade sustentável resulta das relações que cada grupo ou indivíduo estabelecem em seus contextos sociais e culturais. Nada mais sendo que uma sociedade da Educação no entendimento de Paulo Freire.

Esta sociedade depende da leitura socioambiental na aprendizagem de um conjunto de relações sociais e processos naturais, captando as dinâmicas e inter-relação entre as dimensões culturais, sociais e naturais na configuração de uma dada realidade socioambiental.

É um novo processo de inclusão do brasileiro à política, mais atopista, ou seja, na capacidade de não se situar nem à esquerda, nem à direita do espectro político existente, mas para frente estando em todos os lugares e juntando todos os povos.

A juventude como foco dessa coletânea de textos vive e interfere em um mundo coletivo já existente antes dela nascer, se integrando à política questões sugerem: quais seriam os enquadramentos possíveis da juventude pelo Meio Ambiente? Qual seria a clivagem principal? Como absorver jovens nas políticas públicas socioambientais nos momentos de elaboração, implementação, avaliação e reimplementação pós-avaliação?

A complexidade dos problemas ambientais obriga a fazer numerosas trocas e negociações, como o jovem pode e deve participar de órgãos decisórios, consultivos e deliberativos nas Sociedades Sustentáveis que promovem mudanças na vida de todos?

As sociedades sustentáveis devem tender a graus máximos de democratização que possuem processos de formação de vontade pública consistente e efetiva a partir de uma participação política do tipo horizontal. A sociedade é chamada nos planos internacionais e nacionais a governar o socioambiente. No plano internacional todos são convocados a conciliar os objetivos do milênio, o programa educação para todos, a Década da alfabetização das Nações Unidas e a recém lançada Década da ONU da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. No plano Nacional somos nós jovens chamados para uma rede de responsabilidades nos compromissando praticamente em aprender a viver sustentavelmente em alianças para um mundo responsável, plural e solidário. Nesta focalização elegemos para o nível local os chamamentos

da Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, os Coletivos Jovens e as Políticas locais para a juventude na tentativa de relacionar as questões anteriores produzindo idéias preliminares da Juventude *no e pelo* Meio Ambiente.

Os movimentos de governabilidade socioambiental surgem de iniciativas de diferentes locais provenientes dos mais variados meios. Essas iniciativas pretendem construir espaços públicos no sentido de organizar a participação à busca de valores, de propostas e de regras que permitam ultrapassar os novos desafios aos quais se confronta a humanidade.

Freqüentemente têm-se confundido essas iniciativas como oportunistas. No início do texto contextualizamos historicamente o socioambientalismo e suas expressões na política em espaços de governabilidade. A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente é um espaço público de governabilidade e se refere às maneiras de pensar o mundo e as formas de prática social que levem:

- aos seres humanos com valores éticos, autônomos e realizados;
- às comunidades sustentáveis construídas em torno de compromissos coletivos, tolerância e igualdade;
- aos sistemas socioambientais e instituições cada vez mais democráticos, transparentes e justas;
- às políticas públicas que centralizem no esforço do desenvolvimento sustentável nas pessoas: suas necessidades, suas responsabilidades, suas aspirações e escolhas;
- à formação de ambientes de aprendizagem criando um socioambiente que permita o empoderamento⁶⁶ de todos, efetivando a participação e ampliando as escolhas do ser humano;
- à criação de espaços que propiciem o desenvolvimento pela ação dos indivíduos que precisam participar das decisões coletivas que impactam a natureza interna e externa nas atividades, eventos e processos que dão forma às suas vidas.

Esse ambiente da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente apresenta a proposta de Coletivos Jovens de Meio Ambiente –

⁶⁶ O conceito de empoderamento vem sendo discutido desde os anos 70, propondo, a partir de questões referentes ao desenvolvimento sustentável, a autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais como forma de diminuição da pobreza. O conceito vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do seu meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), refletindo sobre os fatores que dão forma ao seu meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação.

os CJ. De acordo com Spretnak e Capra a governabilidade socioambiental é pautada por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade, incluída a noção de justiça social, a democracia direta ou participativa (grassroots democracy) e a não-violência. A governabilidade socioambiental encontra nos jovens campos abertos e férteis para novas maneiras de ser, aprender a viver juntos, aprender a fazer e aprender a ser.

Os seres humanos são agentes beneficiários, juízes, fontes primárias da governabilidade do mundo. Os jovens devem ser integrados nesse processo na perspectiva dos Direitos Humanos ampliada.

Os Coletivos Jovens iniciaram em 2003 até então chamados “Conselhos Jovens de Meio Ambiente”, ou meramente CJ o processo de organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em todos os estados do país, conjuntamente com inúmeras organizações de juventude de diversos setores. Os objetivos encontrados em documentos do Ministério do Meio Ambiente⁶⁷ são:

- os jovens pudessem se mobilizar e se fortalecer para atuar junto à Conferência Nacional do Meio Ambiente (versão adultos), elegendo-se como delegados e inserindo suas propostas e temas de interesse neste debate;
- a temática ambiental pudesse ser fortalecida junto às poucas organizações de juventude já atuantes nesta área;
- a temática “juventude” pudesse ser fortalecida no bojo dos coletivos e das organizações da área ambiental, como as redes de educação ambiental, as entidades do Sisnama, dentre outras;
- a inserção da temática ambiental fosse estimulada no âmbito de inúmeras organizações de juventude, que até então não vislumbravam nela uma de suas “bandeiras de luta”, por uma série de fatores.

A idéia do conselho era de aconselhamento das propostas da Conferência no âmbito do mundo jovem sem apontar para uma institucionalização, não se previa a definição de cargos, de presidência e coordenação, não era um espaço de representação da juventude e sua dinâmica de funcionamento também não refletia os pressupostos de

⁶⁷ DEBONI, Fábio da Silva. Dos Conselhos aos Coletivos Jovens de Meio Ambiente: uma discussão necessária (MIMEO) (2005)

conselho. Dois princípios foram utilizados nos encontros Jovens: Jovem educa Jovem⁶⁸ e Jovem escolhe Jovem⁶⁹.

Propostas de criação de espaços públicos para a governabilidade socioambiental para a juventude tomam corpo em políticas locais para a juventude⁷⁰, como por exemplo, o trabalho da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude de Sabará, Minas Gerais, que possam ter como finalidade estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que possuam como divagem principal a participação do Jovem no processo social, econômico, político e cultural nas regionalidades do Município através de:

- desenvolvimento de estudos e pesquisas relativos à juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ação pública para este segmento nas regionais do Município;
- fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos dos jovens.

Os enquadramentos da juventude podem ser em grupos de acordo com os temas de interesse como: estudantis, sindical, cultural, socioambiental, desportivo, social, religioso, e propicia a manifestação da pluralidade e diversidade característicos da sociedade brasileira.

⁶⁸O papel protagônico dos jovens, como sujeitos sociais que atuam e intervêm no momento presente e não num futuro próximo como muitos argumentam. Assume-se então, que o processo educacional pode e deve ser construído com os jovens, e que se visualiza a materialidade deste processo na constituição de “Comunidades de Aprendizagem”. Este conceito representa nada mais do que assumir que um determinado grupo de pessoas, no caso o próprio CJ, pode assumir-se enquanto uma Comunidade que atua aprendendo e que aprende atuando, sem necessariamente depender de agentes externos supostamente mais experientes para tutorar ou conduzir este processo.

⁶⁹ Os próprios jovens os mais indicados para tomarem decisões relativas a processos de escolha, sem a interferência de indivíduos e/ou organizações do chamado “mundo adulto”. Fala-se tanto em protagonismo juvenil, identificado por uma série de concepções variadas por trás deste termo, e entende-se que o princípio do “Jovem Educa Jovem” é um bom exemplo de exercício cotidiano deste espírito protagônico, que coloca o jovem no centro da tomada de decisão, o qual é feito pelos próprios jovens e não por terceiros. Cabe ainda salientar que este princípio não pressupõe o isolamento dos jovens no seu “próprio mundo”, mas ressalta a relevância do diálogo e da parceria entre eles e o chamado “mundo adulto”. Não se pretende que esta ruptura com paradigmas tradicionais conduza a um descolamento dos jovens dos outros sujeitos e organizações sociais, mas que contribua para a construção de um processo de interação e de parceria.

⁷⁰ Trata-se de análise do projeto de lei proposto pela Secretaria Municipal do trabalho e Assistência Social, Diretoria de Políticas Sociais de Proteção Básicas Proposta da Lei do Fórum Municipal da Juventude que Cria os Conselhos Jovens Regionais, institui o Fórum Municipal da Juventude e o Fundo Municipal da Juventude em Sabará – Minas Gerais.

Como a complexidade dos problemas socioambientais obriga a fazer numerosas trocas e negociações exige-se a criação do Fundo Municipal da Juventude, permitindo o empoderamento do jovem para que participe de órgãos decisórios, consultivos e deliberativos nas Sociedades sustentáveis que promovem mudanças na vida de todos. O Fundo Municipal da Juventude pode ser constituído com base nos recursos provenientes de dotações orçamentárias, assim como doações financeiras de empresas, instituições, entidades e pessoas físicas; bem como da disponibilização ou doação de bens.

Através de fóruns de discussão, como o Fórum Municipal da Juventude, criados no corpo orgânico da Política Municipal da Juventude pode-se favorecer a absorção de jovens nas políticas públicas socioambientais nos momentos de elaboração, implementação, avaliação e reimplementação pós-avaliação.

Há um longo caminho para se fazer; essas são algumas reflexões sobre as possibilidades de inclusão do jovem na governabilidade socioambiental, outras estratégias se converteram em novos espaços públicos que devem considerar o ser humano em constante transformação, suscetível a etapas de vida e buscando a cada dia ser melhor amigo, amiga, filho, pai, mãe, filha, colega, neta, avô, avó.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Daniel Fonseca. Alguns aspectos da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental do ponto de vista de educadores. In: ENCONTRO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2. 2003 São Carlos. Abordagens epistemológicas e metodológicas. São Carlos: UFSCar, 2003.

AVRITZER, Leonardo (2000). Teoria democrática e deliberação pública. In: *Lua Nova*, número 49. Páginas 25- 46.

BELLONI, Isaura et al. Metodologia de avaliação em políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2003.

BOBBIO, Norberto, TEORIA GERAL DA POLÍTICA. Rio de Janeiro: Campus,

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para a vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO Alysson et al. Políticas públicas. Belo Horizonte: UFMG, Proex, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico

São Paulo. Cortez. 2004.

DAHL, Robert (1989). *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Zahar. Capítulos 3 e 4 (páginas 67-124).

GUIMARÃES, Mauro Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HABERMAS, Jurgen, "O conceito de poder de Hannah Arendt". In Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. HABERMAS. São Paulo: Ática, 100-118.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDINA, Nana Minini. Educação ambiental para o século XXI & a construção do conhecimento: suas implicações na educação ambiental. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2003.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

RUSCHEINSKY, Aloísio (Orgs.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental, participação e organização de cidadãos. Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2001), *Democratizar a Democracia*. São Paulo, Civilização Brasileira. Introdução. Páginas 39-82.

SARTORI, Giovanni (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. Volume 1: o debate contemporâneo. São Paulo, Ática. Capítulos 5, 6 e 8 (páginas 181-336).

SARTORI, Giovanni, Que é a política?. In Giovanni Sartori. A POLÍTICA. Brasília: Editora UnB, cap 7.

REIS, Fábio Wanderley Reis, "Cidadania, mercado e sociedade civil". In Fábio Wanderley Reis. MERCADO E UTOPIA. TEORIA POLÍTICA E SOCIEDADE BRASILEIRA. São Paulo: EDUSP, 211-225.



HOT SPOTS DO AMOR, ENFERMIDADES DA TERRA E O SISTEMA IMUNOLÓGICO GLOBAL: DEVANEIOS SOBRE JUVENTUDE, MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Marja Milano

É bióloga, mestranda em Ecologia e Conservação pela UFPR.

Com 22 anos, já realizou trabalhos voluntários em prol da conservação da natureza e atuou no terceiro setor ambientalista. Atualmente, faz parte do Grupo Pró-Araucária e é pesquisadora do Instituto de Pesquisas Cananéia.

marjasm@yahoo.com

Thiago Mendes

É Mestrando em Geografia da UFBA e ativista ambiental desde a adolescência. Com 24 anos é o atual Coordenador de Articulação Internacional do Instituto Sea Shepherd Brasil, Professor de Relações Internacionais e Coordenador da Área de Ação Socioambiental da Escola de Extensão das Faculdades Jorge Amado (Salvador-BA).

thiagomendes81@yahoo.com.br

Andréia Adrigueto

É bióloga, idealista, tem 25 anos. Atualmente faz MBA Internacional em Gestão e Auditoria Ambiental na Poli-USP e desenvolve projetos de Educação Ambiental com jovens líderes comunitários em São Luís do Maranhão pelo instituto Projeto Pegadas Brasil, Brasília.

aandrigueto@yahoo.com.br

“De vez em quando, todos os olhos se voltam pra mim, de lá do fundo da escuridão, esperando e querendo que eu seja o herói” (...) “que eu saiba” e (...) “que eu seja um Deus, querendo apanhar, querendo que eu bata, querendo que eu seja DEUS” (...) “Mas, eu sou inocente (...) não sei de nada (...) e não tenho chicote

*Trecho adaptado da Música **Todos os olhos** de Tom Zé*

Este artigo, construído por várias e jovens mãos do movimento ambientalista brasileiro, tem o intuito de atender à tarefa de falar sobre juventude, meio ambiente e políticas públicas. Essa não é uma tarefa fácil e para enfrentar tal desafio iniciamos destacando o histórico esquecimento da juventude como um fator importante para a formulação de políticas públicas na área ambiental e questionando os espaços atuais para a participação de jovens nesse processo. Com esses dois pontos em mente, vamos explorar o tema percorrendo basicamente três linhas: nossas referências, a herança que recebemos e nosso potencial de contribuição para a resolução da crise ambiental.

O atual contexto político da sociedade nos indica claramente que, cada vez mais, os ídolos, as referências públicas e os grandes valores estão em um imaginário distante e esquecido no passado. Faltam bons exemplos e inspiração para nossas ações. Em meio ao mosaico de percepções sobre a crise ambiental planetária, vemos uma fonte de inspiração na própria natureza. A todo o momento ela nos dá lições de equilíbrio, ao mesmo tempo em que é totalmente dinâmica; nos dá lições de sustentabilidade, alternando atos de generosidade e crueldade (justiça); nos dá também lições de coletividade e responsabilidade. Acreditamos que, nos entendendo como parte dessa natureza (e não como donos dela), é possível resgatar muitos dos grandes valores que estão esquecidos, sem que haja a necessidade de persistir na busca por heróis humanos que nos inspirem.

Diante da percepção da existência de uma herança que a juventude recebe ao envolver-se com a causa ambiental, nossas referências tornam-se importantes por serem determinantes da postura que adotamos a partir dela. Nesse sentido, o escritor Antoine de Saint-Exupéry aponta que “o significado das coisas não está nas coisas em si, mas nas atitudes que temos perante elas”.

A herança a qual nos referimos pode ser interpretada como uma bagagem cumulativa de ações do passado, intrínseca a nós, que nos faz ser o que somos hoje, vivendo no ambiente tal qual se encontra hoje. É apenas em contato com os conflitos atuais, questionando-os, que adquirimos a consciência da existência dessa herança. Mas, uma vez que temos tal consciência, não é possível ignorá-la, nem negar nossa responsabilidade para com o futuro.

Assim, ao identificarmos os inúmeros problemas ambientais gerados e perpetuados pelas gerações anteriores, podemos encarar a herança que recebemos como um fardo a ser carregado. Fardo com o qual teremos que lidar desde já, caso contrário, os problemas tornar-se-ão literalmente insuportáveis quando a nossa geração alcançar a maturidade. Encarada desta forma, a herança fundamenta as projeções catastróficas sobre o acesso a água potável, os processos de desertificação, a perda maciça de biodiversidade, a extinção de culturas milenares e a adoção da cultura de acumulação, que estimula a atual dinâmica de aquecimento global.

Por outro lado, a herança também pode ser encarada como uma grande oportunidade de realmente integrar a juventude, abrindo espaço para articular ações e iniciativas do movimento ambientalista brasileiro. Movimento este que deixa também como herança grandes vitórias sobre a legislação ambiental em nosso país, milhares de organizações ambientalistas, um histórico de luta pelo estabelecimento de organismos governamentais de fiscalização, a possibilidade de capacitação em diversos níveis na área ambiental (desde oficinas de educação ambiental para crianças até cursos de mestrado e doutorado). Encarada dessa segunda maneira, ao invés de um fardo, a herança passa a ser uma luz: a luz da consciência para a mudança, que é leve de ser carregada e pode ser transmitida.

Portanto, a herança que recebemos tem caráter aberto e possui várias dimensões. A juventude atual, ao mesmo tempo em que tem a sua frente o enorme desafio de se envolver na causa ambiental em um momento de proximidade de um colapso global, possui também a estrutura de instituições governamentais, não governamentais, empresariais, de ensino e ferramentas tecnológicas com as quais a juventude das décadas de 1960 e 1970 não podia contar.

Mas é preciso reconhecer que o espaço para participação efetiva da juventude na tomada de decisão e na formulação de políticas públicas na área ambiental é ainda bastante reduzido. Normalmente há uma *pseudoparticipação*, onde a juventude aparece para legitimar processos em que não teve influência de fato e é estereotipada como “energia” e “ação”, mas não é reconhecida como massa crítica e pensante. Da mesma forma, a dinâmica de concorrência de grupos ambientalistas com ideologias divergentes reduz significativamente o espaço para o diálogo e a integração de ações, resultando na fragmentação do movimento ambientalista, que causa sua perda de legitimidade e diminui seu impacto no cenário mais amplo da sociedade brasileira.

Dessa forma, uma contribuição significativa dos jovens para o movimento ambientalista e para balizar o enfrentamento da crise ambiental será abrir um canal para a convivência cooperativa da diversidade de idéias e percepções, possibilitando a integração de esforços. Em outras palavras, como *Hot Spots de amor*, estes canais irão congrega a diversidade máxima e propagar iniciativas de cuidado com o ambiente em que vivemos. A noção de amor representa exatamente a necessidade de integração de grupos divergentes, trabalhando de forma cooperativa, para enfrentar a crise ambiental que nos atinge.

Se a crise ambiental demonstra que o “planeta Terra está doente”, como aponta Leonardo Boff, os integrantes dos *Hot Spots de amor* possuem o papel de combater a enfermidade, reconhecendo o agente que a causa e acionando todos os mecanismos de defesa disponíveis. Em outras palavras, enxergamos a necessidade de construir um sistema imunológico global, onde os *Hot Spots de Amor* atuam como centros de integração de informação e organização de ações de defesa – análogos aos gânglios linfáticos do sistema imunológico humano.

Se a Terra for vista como um organismo, cada igarapé, córrego e rios são vasos, veias e artérias; os pântanos são os rins; o mar, considerando sua evaporação dentro do ciclo da água, atua como o coração que bombeia o sangue da Terra a todos os outros tecidos através das chuvas. Cada bioma, como um tecido, possui sua influência e função no sistema de vida do planeta todo. A pobreza, por outro lado, é uma forte enfermidade que afeta o sistema imunológico, debilitando as estratégias de defesa. De nada adianta combater seus efeitos, se não combatemos sua causa. A forma como temos tentado acabar com ela, através do progresso econômico concentrado, tem exatamente agravado a “febre” da Terra. O aquecimento global, da forma como o vemos, nada mais é que a febre que anuncia a doença.

Tais percepções demonstram a necessidade de cuidarmos de maneira precisa e integrada de cada processo ecológico-social que a crise nos revela. Neste contexto a juventude tem papel importante, cativando para o cuidado, mobilizando com energia, propondo com a licença poética de quem não estava até agora sendo escutado, na direção da comunhão de contrários.

Parafraseando Thomas Kunt, estudioso das preocupações de natureza filosófica, “as crises (ambientais) são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias e respostas”, segundo ele: “uma solução só se torna possível quando o sistema é considerado inválido de responder aos novos desafios”. Será que estamos conseguindo responder aos problemas ambientais que se apresentam? Acreditamos que uma maior e efetiva participação da juventude pode viabilizar as estratégias inovadoras de que precisamos.

As perspectivas apresentadas neste artigo não têm a pretensão de indicar a juventude como grande saída para todos os problemas, muito menos, de esgotar os temas e conceitos aqui utilizados. Entretanto, é preciso reconhecer que *sabemos de algo e não somos inocentes* a partir do momento que compreendemos a herança que nos foi revelada. Também *não somos heróis, nem Deuses*. Somente aumentar nosso *chicote*, que ainda está muito pequenino, tendo em vista a baixa possibilidade de intervirmos na formulação de políticas públicas, não solucionará toda a questão. Vislumbramos possibilidades de participação, mas a juventude, sozinha, não fará o caminho. Para enfrentarmos a crise ambiental de fato, cremos que precisamos todos rejuvenescer.

Os autores são componentes da Rede de Trainees em Meio Ambiente – Turma 2004.

Obs. As idéias sobre “Hot Spots de amor” e “Sistema imunológico global” surgiram durante discussões da turma de 2004 do Programa Trainee em Meio Ambiente, da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, contando com a participação de 22 jovens ambientalistas de todas as regiões do Brasil.

JUVENTUDE, MEIO AMBIENTE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: DIFUSÃO DE IDEAIS E CRIAÇÃO DE 32 COLETIVOS JOVENS PELO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Graziela Rinaldi da Rosa

Educadora: graduada em Filosofia (UFPEL), especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia (FACCAT) e mestranda em Educação (Unisinos). É integrante do Coletivo Jovem pelo meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul.
gazirinaldi@bol.com.br

Marcio Felipe Marmitt

Estudante: Concluinte do Ensino Médio, trabalhos com cultura Hip Hop, Mc, compositor de rap e Educador em projetos sociais. É integrante do Coletivo Jovem pelo meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul.
mfmarmitt@ibest.com.br

Sabrina Dinorá Santos do Amaral

Educadora: graduada em Pedagogia (FACCAT), acadêmica em Ciências Biológicas (Unisinos), especialista em Educação Ambiental (Unilasalle). É integrante do Coletivo Jovem pelo meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul.
sabrina@tca.com.br

Na busca pela construção de sociedades sustentáveis, com bases sólidas nas necessidades e limitações do ser humano e da natureza em sua relação interativa, encontram-se inúmeros empecilhos para seu desenvolvimento que, na sua maior parte, dificulta uma pátria verdadeiramente sustentável.

Entre os muitos obstáculos, descortina-se a globalização econômica, que divide o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; o consumismo, que transforma a humanidade em vorazes compradores capitalistas; o

antropocentrismo, que é um fenômeno que faz com que o ser humano acredite ser dominante no planeta; também se apresenta o desafio da irresponsabilidade e da falta de ética humana, as quais acabam tornando a Terra um depósito de lixo e finalmente se apresentam a ciência e a tecnologia, que, com sua visão expansionista e de progresso a qualquer custo, propagam a dominação de tudo e de todos.

Todos esses desafios desencadeiam uma crise civilizacional que coloca a sobrevivência da humanidade à prova e proporciona uma nova mentalidade, que se manifesta como o início da busca de construção de sociedades sustentáveis, a qual deve primar pelo princípio de difusão da consciência ecológica, tendo então, para o alcance dessa finalidade, como principal instrumento a educação e a mobilização social.

Nesse contexto, surge nas diversas juventudes, e em suas variadas linhas de atuação, um considerável aumento da demanda por informações para orientar jovens a se organizar em coletivos preocupados com a temática ambiental em bairros, vilas, comunidades, municípios e outros espaços.

Os Ministérios da Educação – MEC e do Meio ambiente – MMA no ano de 2003, observando as necessidades juvenis descritas anteriormente, lançaram a proposta de Coletivos Jovens de Meio Ambiente para todos os estados do Brasil com o objetivo de apoiar as atividades já existentes na temática ambiental, e incentivar o desenvolvimento de novas ações.

Estes coletivos agilizam em suas realidades ações pelo meio ambiente e trocam entre estados, experiências na temática a partir de espaços como a Rejuma – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente; de chats – na rede mundial de computadores; do e-ProInfo – plataforma de educação a distância do MEC onde vem ocorrendo ao longo de 2005 e 2006 um processo de formação para integrantes dos Coletivos Jovens e de encontros presenciais anuais como o Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo meio ambiente.

No estado do Rio Grande do Sul, a participação da juventude em movimentos ambientalistas sempre foi muito forte. Desde o início da década de 70, jovens se inserem em grupos pioneiros no Brasil, como a Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, e o Comitesinos – Comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio do Sinos.

O Coletivo Jovem gaúcho sofreu em seus dois primeiros anos grande rodízio de integrantes, conseguindo se estruturar realmente no ano de 2005. Porém, a pouca participação de jovens do interior do estado sempre esteve em pauta, contando com inúmeras intervenções para possibilitar a inclusão de jovens das diversas regiões do estado.

Com a organização da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente surge através da COE – Comissão Organizadora Estadual, a possibilidade de se criar em cada CRE - Coordenadoria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, um Coletivo Jovem.

Nessa perspectiva, foram criadas 32 COR – Comissão Organizadora Regional, seguindo a divisão de cada CRE. Sua principal função seria a de realizar uma seleção prévia de materiais da II Conferência Infanto-Juvenil da região e enviá-las para a COE. Para tornar verídica a seleção regional, surgem então os Coletivos Jovens ligados às COR, respeitando o princípio de “Jovem Escolhe Jovem”.

Com o êxito das COR, surge então a etapa de formação e mobilização dos Coletivos Jovens criados, e as atividades de estruturação dos mesmos em suas microrregiões, necessitando, para que essas atividades ocorram, de auxílio e do contínuo funcionamento das COR e da COE.

Com o apoio de diversas entidades, empresas e pessoas, busca-se reunir representantes do Coletivo Jovem de cada COR e propiciar a eles ferramentas organizacionais e formação para a ação coletiva em prol do meio ambiente.

Os trabalhos desenvolvidos nas 32 microrregiões do estado do Rio Grande do Sul, através de seus respectivos Coletivos Jovens, estão se intensificando e se tornando cada vez mais presentes nas comunidades envolvidas.

O Encontro Gaúcho da Juventude pelo Meio Ambiente, a realizar-se em Abril de 2006, reunirá todos os Coletivos Jovens do estado e tem como um de seus objetivos, sincronizar e tornar mais atuante o fazer sócio ambiental da juventude gaúcha.

Sendo assim, através de uma rede estadual, o Rio Grande do Sul intensifica suas atividades na temática ambiental em meio à juventude e colabora para a formação ética e sócio ambiental de gerações futuras, hoje já engajadas no movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sabrina Dinorá Santos do. **Ecopedagogia: Refundamentando a Educação da Era Planetária**. Taquara: FACCAT, 2003.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Coletivos jovens de meio ambiente**. Manual Orientador. Brasília, 2005.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, Vilson Sérgio. **Educação Ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2002.

COMITESINOS, **Curso de Capacitação em Educação Ambiental**. Sd.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a história do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GOVERNO ESTADUAL. Secretaria do meio ambiente. **Código estadual do meio ambiente**. Porto Alegre, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MÜLLER, Jackson. **Educação Ambiental: Diretrizes para a prática pedagógica**. Porto Alegre: FAMURGS, 1998.

SANTOS, M. E.V. **Área escola/ Escola desafios interdisciplinares**. Lisboa: Livros Horizontes, 1994.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Paulo: Rima, 2002.

SUDO, H. LEAL, C. Geomorfologia e Educação Ambiental. Geosul, Florianópolis, 1998.

CÉU, TERRA – JOVENS E MEIO AMBIENTE

Wagner San

É integrante do Coletivo Jovem de Meio
Ambiente do Mato Grosso do Sul e Artista Plástico,
desde 1990, Wagner vive no mundo da arte, da criação.
Aos 22 anos, a arte dá sentido aos reais valores de sua vida,
onde se torna em mais um jovem a buscar alternativas
de sensibilização em prol do da vida (terra), da paz e da igualdade.
wagnersan7@hotmail.com

Tentar entrar nos labirintos – paradoxos da mente, nos faz viajantes aos céus, viventes à terra, sugere aos jovens, singularidades e a pluralidade do meio ambiente em que vivemos, sobrevoando os sonhos percorridos com pés firmes nos solos. Com base no título discorro sobre os ponderáveis e libertos caminhos da criação do pensar jovem.

O Céu – remete-nos a um mundo provedor de sensações e de emoções e nos provoca calafrios por seus espaços não palpáveis, desprezo do que é ser concreto, nos remete a dúvidas que a ciência é capaz de desvendar, mas que nunca poderá colocar um ponto final. O momento revela o caminho que os eternos jovens buscam entre o céu e a terra. A luta e o sonho de ter um mundo digno, pacífico, justo, torna os jovens bravos e incansáveis. Os céus e seus encantos nos fascina com seus tons de azuis, outrora celeste, cobalto, azul da Prússia. Nuvem que altera, entre plumas e algodão, seu limite visível que nos abraça com seus lindos tons de branco e cinzento, que dão formas à figuras que retratam, com subjetividade, a criação de formas. A generosidade por sua grandeza, o infinito às alturas, faz segredos com os seres e torna-o incompreensível aos olhos. A incerteza nos torna capazes de viver segundos com simplicidade.

A Terra – poderia dizer que nos faz humano, nos faz viver conflitos com seu limite, onde quer que andemos, sempre andaremos em círculos. Caminho

sensorial altera entra a céu e a terra. Já estabelecidas linhas geográficas, as chamadas linhas continentais, novamente as dividindo em linhas, em partes que formam países, estados, cidades, bairros e enfim, em nossos lares, em nossas casas, nos deleites das camas feitas de “madeiras” para que repousemos com teor de serviço feito. Os conflitos são latentes porque uma mente regada de passividade daquilo que queremos, do que imaginamos, faz-nos fracos, cruéis, desumanos. Por conseguinte, imaginar o que bem queremos nos faz tornar prisioneiros de uma mente que poderia vir a ser libertada dos caprichos e dos prazeres secundários. Sem levar em consequência a razão dos feitos, dos atos dos reflexos de uma sociedade que vive superficialmente condicionada a consumos que vão além das necessidades humanas. Vivemos numa prisão pré-estabelecida, e aquele que tiver mais, é o dono. Terra aparentemente demarcada nos revela prisioneiros de um mundo de donos presunçosos e inerentes à verdade.

Lutar por valores significativos à vida, valores que possam reverter sobre as problemáticas estabelecidas durante anos de exploração desenfreada e irracional da terra e dos recursos naturais. Noz faz objetivar as necessidades reais para a sobrevivência da humanidade com base na importância da vida como o todo.

Somos capazes de ver o real, o invisível, a clareza e a sensibilidade que projeta nos olhos daqueles que enxergam o possível, que se deixa levar ao imaginável, que revela um mundo de caminhos, de linhas traçadas pela sensibilidade e de seriedade. Momentos desafinados, segundos capazes de revelar mundo desconhecido. A clareza ecoa dúvidas secretas, não exploradas, não vividas.

Jovens que encaram a vida com teor de possibilidades a ser realizadas em prol de um meio ambiente altamente sustentável, que se entregam aos seus ideais, como guerreiros de uma causa que ganha um valor único, um único sentido – lutar pela vida. Sendo assim, ousam em se entregar à luta, por meio ambiente possível de vida. Segundo texto feito por uma jovem de 16 anos, (Simone Cristina), “ser jovem no Brasil atual, significa ser um entre 34 milhões de brasileiros, ser a maior população jovem de nossa história e que ainda existe esperança na inocência dos que amam e primam pela vida”. Um outro texto feito pela jovem (Geovanna Santos, 28 anos), diz que “o meu olhar é cheio de esperança, em meio a tantas adversidades destrutivas com relação ao meio ambiente e à vida, seja qual for”.

O período é marcado por políticas voltadas para o momento jovem e ações que buscam por maneiras com que se armam para defender suas concepções, seus atos simples como fomenta suas idéias, por ações que tornam decisivas em suas vidas.

Os jovens utilizam linguagens combinadas de palavras que produzem emoções e pensamentos. Tornam-se poetas do mundo, interpretando sonhos de uma época, num mundo em ruínas, entre desvios e caminhos labirínticos, talvez jamais cheguem a uma saída, nem salvem o futuro da Terra que parece ter um destino pré-determinado. (Michèle Sato, 2006).

Os grandes desafios tomam caminhos que só serão percorridos por sonhos que alimentam a vontade de dar sentido ao meio ambiente ao mistério que nos cerca. Talvez nos tornaremos jovens incansáveis que não se limitam em sonhar e fazer o que for possível para que o limite existente prevaleça, porque é a única maneira de dar valor à vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SATO, M. 2006 - texto: jovens transbordantes em mundos suspensos.

Cristina S. 2006 – texto: juventude e meio ambiente.

Santos G. 2006 – texto: juventude e meio ambiente.

CUIDAR DO PIAUÍ PARA MUDAR O BRASIL: UMA VISÃO ESTATÍSTICA DO PROGRAMA “VAMOS CUIDAR DO BRASIL COM AS ESCOLAS”

Analú Vasconcelos Bernardo

Maila Luzia Batista Eulálio

Rejane Fontes de Sousa

Graduadas no Curso Técnico em Tecnologia Ambiental (Ccefet- PI)

e Participantes do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Piauí

analuvvasconcelos2003@yahoo.com.br

mailaeulalio@yahoo.com.br

rejanefortes@yahoo.com.br

Em vista da implementação das diretrizes políticas vigentes e do envolvimento da sociedade não organizada e organizada no Brasil, buscando atrelar a qualidade de vida e a sustentabilidade sócio ambiental, como um pressuposto de novo circuito de desenvolvimento para o país, promoveu-se a Conferência Nacional do Meio Ambiente, cujo lema era “Vamos Cuidar do Brasil”.

A Conferência teve duas versões: a adulta e a infanto-juvenil e se realizou nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2003 em Brasília, DF. Buscou-se assim englobar a participação da sociedade brasileira na formulação de políticas para um Brasil sustentável. Na versão adulta, participaram representantes do governo federal, estadual e municipal, empresas, universidades, ONG e outros setores da sociedade, com a realização de 27 pré-conferências estaduais, resultando na Conferência Nacional do Meio Ambiente em Brasília. Na Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, contou-se com a participação direta de 16 mil escolas, envolvendo-se cerca de seis milhões de pessoas, entre professores, comunidades e jovens, principalmente de Ensino Fundamental que culminou com a escolha de delegados e delegadas de todo o Brasil e a participação especial de jovens observadores internacionais.

Como forma de realizar a Conferência Nacional de Meio Ambiente foram criadas Comissões Organizadoras nos Estados – COE e no Distrito Federal,

compostas por segmentos da sociedade e também por Coletivos Jovens – CJ. Esses coletivos foram responsáveis pela seleção final dos delegados, pela mobilização dos estudantes para realização de Conferências e pela organização da mesma no âmbito nacional.

A Conferência promoveu uma ampla discussão acerca dos seguintes temas: água, escola, seres vivos, comunidade e alimentos, a partir dos quais se elaborou propostas e cartazes, sendo que a Conferência culminou com a elaboração do documento “Propostas das Escolas para um Brasil Sustentável”, debatido, priorizado e qualificado pelos delegados durante a Conferência Nacional e resultando num novo documento, a carta “Jovens Cuidando do Brasil”, contendo as 10 propostas mais significativas para juventude.

A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente produziu essa carta que legitima e estimula uma ação de continuidade. Sendo assim, foi concebido e implementado o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, visando à formação de 2 professores e 2 alunos, ex-delegados e suplentes, que participaram do processo da Conferência Infanto-Juvenil nos estados.

Contudo, o Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Piauí, com o apoio da Comissão Organizadora Estadual – COE/PI e da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA/MEC através do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, propôs os seguintes objetivos:

- Facilitar a criação de Comissões de Meio Ambiente e qualidade de Vida nas escolas por meio de mecanismos que promovam a compreensão e participação dos jovens na proteção;
- Recuperação e melhoria sócio ambiental do Piauí através de uma rede que integrará e promoverá parcerias entre as escolas do estado.

A criação do CJ teve como objetivo principal facilitar a criação de Comissões de Meio Ambiente nas escolas que participaram da Conferência no estado do Piauí. Dentre outros, estão o de criar mecanismos que facilitem a compreensão e a participação dos jovens na questão ambiental local e global; promover interação dos jovens por meio de uma rede de abrangência no estado; levantar dados da realidade local através das escolas participantes; interagir por meio de trabalhos práticos que tragam vantagens para induzir a conscientização e mobilização; promover a educação ambiental como forma de implementar o desenvolvimento sustentável; construir a agenda 21 escolar; dentre outros.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O programa foi estruturado em seminários de formação, ocorrendo em três etapas com a participação da COE/PI, CJ, estudantes, professores e outros profissionais da educação e do meio ambiente.

O desenvolvimento deste projeto se deu pela utilização da metodologia da oficina do futuro⁷¹ que é uma técnica que ajuda a conduzir os passos de preparação da agenda 21 na escola. É composta de uma série de etapas seguidas de perguntas chaves para resolução de problemas, que são:

- **Árvore dos sonhos:**
Qual a escola dos nossos sonhos?
Qual a comunidade dos nossos sonhos?
- **Pedras no Caminho:**
Quais as dificuldades que vamos encontrar para alcançarmos nossos sonhos?
- **Jornal Mural:**
Qual a situação atual da minha comunidade?
- **COM-VIDA em Ação:**
Que ações podem ser promovidas para alcançarmos os sonhos?

RESULTADOS

O Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” no estado do Piauí foi estruturado regionalmente em uma divisão por “pólos”, levando em considerações a proximidade entre os municípios, coincidindo com as Gerências Regionais de Educação – GRE da Secretaria Estadual de Educação que são no total de 15 GRE. Com esta estrutura o programa buscou atingir 346 escolas que participaram da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente/2003. Dessas, o estado conseguiu mobilizar 299 que estatisticamente representam 86,4% das escolas que se estimava atingir nos seminários de Formação III. O estado teve a participação de 539 alunos e 547 professores o que significa praticamente participação equitativa de ambos. Referindo-se à criação de COM-VIDA – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, das 299 escolas que participaram da Formação III, o que significa 29,9% ou seja, 10% das escolas trabalhadas no estado já criaram as comissões. Esse diagnóstico pode ser visto através da tabela abaixo:

N. De Pólos	N. De Escolas Previstas Para Formação	N. De Escolas Participantes Da Formação	N. Alunos	N. Professores	Período	COM-VIDAS
15	346	299	539	547	14/04/05 A 27/07/05	Cerca De 10% das escolas

⁷¹Criada pela ONG Instituto Ecoar para a Cidadania (www.ecoar.org.br).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um programa dessa envergadura deveria atingir as maiores cidades do estado do Piauí e ter a capilaridade para irradiar a idéia para as cidades menores da circunvizinhança sendo que a sua adesão envolveu a participação principalmente das escolas municipais, pois a participação das escolas estaduais e da rede privada foi mínima. As dificuldades logísticas impediram a participação de muitas escolas nos seminários de formação III. Dois fatores impediram uma maior participação: as grandes distâncias e os entraves políticos. É necessário frisar que a questão das distâncias físicas teve como causa a divisão de acordo com a jurisdição do estado por isso a ausência de municípios na formação e que implicou no não alcance dos 100% das escolas que participaram da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em 2003. Diante destas informações, caberá ao governo federal e aos organizadores do programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, bem como de outras linhas de interesse em programas do tipo, estarem mais atentos aos problemas apresentados para obter resultados mais satisfatórios a fim de melhorar a educação ambiental no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-Vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo a Agenda 21 na Escola. Brasília: MEC, 2004.

Brasil. Ministério da Educação: Ministério do Meio Ambiente. Passo a Passo para a Conferência na Escola: Vivendo a Diversidade na Escola. Brasília: 2005, 56p.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: MMA.2004.

POMPEU, José Guilherme. O Orientador de Bolso: Recomendações para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. São Paulo: Nemmon, 2003.



CAPÍTULO 4 Conexões

Fábio Deboni
Philippe Layrargues
fabio.deboni@mec.gov.br
philippe.layrargues@mma.gov.br
Educadores Ambientais, técnicos da Coordenação-Geral
de Educação Ambiental (CGEA – MEC) e da Diretoria
de Educação Ambiental (DEA – MMA), respectivamente

Conhecer com mais profundidade o perfil do jovem ambientalista brasileiro é sem dúvida um passo importante para a construção, implementação e avaliação de políticas públicas na área sócioambiental. Saber quais são seus valores e interesses, suas preocupações e necessidades, o que pensam, como se organizam, como atuam, quais suas potencialidades, demandas e lacunas, são informações relevantes não só para os governos, os segmentos sociais que têm atuado em espaços de construção de políticas públicas, mas também para toda a sociedade brasileira. Se nela ainda prevalece uma visão geral do senso comum de o jovem ser um problema para a família e para a sociedade em função de sua incompreendida e superestimada crise de adolescência, a área sócio ambiental vem apontando perspectivas completamente distintas, possibilitando aos jovens que nela atuam, condições de realizar ações em prol da melhoria da qualidade de vida (de seres humanos e não humanos), mostrando que não só são capazes de fazê-lo, como o fazem de forma inovadora e com enorme disposição de transformação.

Afinal de contas, é preciso reconhecer que os jovens de hoje não são os mesmos jovens de tempos atrás. Não apenas porque nasceram usufruindo das liberdades democráticas conquistadas pelos jovens de ontem, mas também e não apenas isso, porque a comunicação hoje passou a ser global, simultânea e instantânea, com a popularização da Internet e suas inúmeras facilidades na comunicação. Mas em especial, porque nasceram no signo da crise ambiental, ou seja, nasceram já num mundo com sintomas explícitos de uma desordem global com declínio da biodiversidade, depleção da camada de ozônio, poluição nos oceanos, poluição radioativa, extinção de espécies, envenenamento de solos, e outros elementos que inclusive comprometem a própria saúde do ser

humano, desde a mais tenra idade, com os aditivos químicos, conservantes, estabilizantes e toda ordem de tecnificação e artificialização do alimento. Sim, essa nova geração não é apenas feita de hambúrgueres, “baladas”, música e jogos eletrônicos, uma nova gramática virtual ou um descompromisso com o futuro e com aversão ao mundo da política. Juventude despreparada para um trabalho, em contínua e instável rota de renovação e alienada, quanto ao destino do país. É feita também de pessoas animadas, preocupadas, conscientes e desejosas de mudar o mundo, de melhorar o planeta, mesmo que não tenham tido a menor parcela de responsabilidade pelo triste legado que receberam. O idealismo, felizmente, continua sendo uma característica forte dessa juventude. O que é preciso então considerar na elaboração de políticas públicas, é a canalização dessa energia vital da sociedade acumulada nos jovens, para aquilo que realmente importa, para que as novas gerações sejam bem recebidas pelas gerações presentes, para que possam sentir-se úteis no seu novo papel social, para que obtenham as condições ideais de atuação política e de intervenção social, exatamente no período mais fértil de suas vidas.

Assim, por se tratar de uma área ainda recente no país em termos de processos de institucionalização – Juventude e Meio Ambiente – presenciamos um momento inicial. Não se pode, entretanto, desprezar os acúmulos e os sujeitos sociais que ajudaram a construir essa trajetória, buscando olhar com atenção e com criticidade para essa história. Novos rumos e novas perspectivas, e provavelmente, surpreendentemente simples, por estarem livres de vícios e compromissos ideológicos que costumam aprisionar as pessoas numa determinada visão de mundo, podem ser construídas pelos jovens que vêm chegando à área, mesmo porque a realidade atual é complexa e os desafios são globais e também complexos. A era do “*pensar global e agir local*” está em cheque, uma vez que ela por si só já não consegue atender aos desafios colocados na atualidade. Os jovens têm percebido que é preciso mais, é preciso pensar e agir local e globalmente, é preciso trabalhar internamente, rever as relações estabelecidas com os outros seres humanos e com os demais seres vivos do planeta, atuar em espaços políticos para transformar os rumos do que se chama de “desenvolvimento” e da sociedade como um todo. É preciso, enfim, não repetir a mesma trajetória, os mesmos passos, o mesmo caminho que a geração atual percorreu. Essa rota já está desgastada, é preciso redescobrir um novo caminho, para um novo destino. É preciso então, permitir que o espaço de criação de novas possibilidades e novas experiências seja exercitado até as suas últimas consequências, até porque, o caminho se faz ao caminhar, e não temos certeza qual será o novo destino, apenas sabemos que não queremos mais aquele antigo.

A sustentabilidade não será construída de forma unilateral, com ações pontuais e dispersas. Os jovens têm percebido essas questões e sabem também que têm um desafio enorme pela frente. Estão vivendo num mundo diferente

do que seus pais e avós viveram. Estão vivenciando no dia-a-dia, os problemas sócio ambientais em nível local e global e sabem que é preciso mudar o rumo, dar um novo sentido às coisas, sem, entretanto, dispor dos meios para fazê-lo, pois não são eles que detêm as regras do jogo, e sim, as gerações atuais. Estão na condição de convidados, ou de aprendizes, mas podem estar na condição de participantes, inclusive criando novas regras, ou criando novos jogos. Entendemos que há inúmeras maneiras de construir as bases para novas sociedades, com perspectivas mais sustentáveis que as atuais. Um desses caminhos, é certamente o da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Elas podem contribuir para acelerar esses passos ou para atrasá-los; podem ter um caráter mais democrático, progressista e sustentável ou podem continuar se escondendo atrás de discursos pragmáticos e conservadores, falsamente legitimados pela concepção simplista de o jovem ser visto como um cidadão vazio de sentidos e de leituras de mundo, que deve ser preparado para ingressar na sociedade, onde a geração anterior entende ser sua missão civilizatória, transmitir a herança cultural por inteiro, sem diálogo e sem troca.

Percebendo o jovem como sujeito social com potencial de transformar e de inovar, visualiza-se que quanto maior e mais consistente for seu envolvimento na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, maior a possibilidade de elas serem progressistas, inovadoras e mais sustentáveis. Temos visto que somente o discurso do “protagonismo juvenil” não tem levado a implementação de ações efetivas na direção da transformação do papel dos jovens no debate sócio ambiental atual. Pelo contrário, em muitos casos, prende-se a este jargão, criando-se um distanciamento entre as juventudes e as ações que se intencionam realizar.

A partir destas reflexões e buscando resgatar diversas questões levantadas nos artigos deste livro, propomos conexões possíveis para futuras reflexões e debates:

- **Campo sócioambiental:** pode ser um importante elo de conexão entre as diferentes juventudes. Porque:

É uma área que se relaciona com muitas áreas: (transversalidade), lançando olhares sobre outros temas e se relacionando com eles. Dessa forma, jovens engajados em outras áreas, como por exemplo, direitos humanos, cultura, política, etc, podem, de muitas formas, estabelecer interfaces com o campo sócio ambiental e dessa maneira, passar a percebê-lo de forma mais sistêmica e profunda.

Problemas sócioambientais impactam toda a sociedade: (jovens ricos, pobres, negros, brancos, organizados ou não), em menor ou maior grau. Dessa forma, jovens de qualquer classe social podem perceber no seu dia-a-dia o reflexo destas questões, o que pode ser

um estímulo ao engajamento na área. Cabe ressaltar que as diferentes classes sociais vêm sofrendo os efeitos destes problemas de formas distintas e em níveis bastante variados, da mesma forma que elas vêm sendo responsáveis pelas expansão das causas destes problemas. Cabe ressaltar que a atual adversidade ambiental afeta e compromete especialmente o futuro dos jovens, limitando e enquadrando muito de seu destino pessoal e profissional.

Ainda que o campo seja polissêmico: (vários sentidos, saberes, tendências), princípios como a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo podem ajudar a orientar a chegada de novos jovens à área. Em geral, percebe-se nos jovens ambientalistas a presença marcante de um espírito altruísta, o qual pode ser a mola propulsora para atrair novos jovens. Por outro lado, deve-se tomar cuidado para que esta atitude não esvazie a atuação socioambiental da dimensão política, evitando cair em jargões como “cada um deve fazer a sua parte”, “estamos plantando um sementinha”, etc.

Perspectivas de atuação profissional: a cada ano novos jovens se inserem no mundo do trabalho e é crescente a percepção de espaços de atuação na área sócio ambiental. É crescente também a demanda por profissionais da área, não só de educadores ambientais, mas de inúmeros outros perfis e habilidades. Muitas novas e criativas oportunidades poderão ser abertas a partir da atuação de jovens, inovando ao trazer novas frentes de trabalho, com destaque especial para a área de tecnologias da informação e da comunicação – TIC.

Difusão da questão na sociedade em geral: como a problemática sócio ambiental está cada vez mais presente na sociedade como um todo, é natural que muitos jovens passem a se interessar por elas desde cedo. Elas vêm sendo trabalhadas desde a escola, estão presentes na mídia (com programas específicos e temáticos), viram assunto em rodas de conversa (amigos, família), e vêm sendo trabalhadas em inúmeras campanhas, projetos, eventos e ações de educação ambiental. Todos esses fatores contribuem para a disseminação da questão sócio ambiental e ajudam a mudar uma tendência elitista que ainda prevalece na sociedade brasileira, ou seja, de que meio ambiente é assunto para a classe média, burguesa. Os jovens vêm demonstrando que esta tendência tem tudo para se modificar em pouco tempo.

- **Diálogo ‘intergeracional’:** pode contribuir para reposicionar e arejar o movimento ambientalista brasileiro, trazendo novas idéias, novas reflexões e conexões, e abrindo perspectivas para a popularização da temática sócio ambiental. Os jovens têm se inserido no movimento de várias maneiras, e em geral, têm percebido algumas questões:
- a) **Experiência versus Renovação:** é fato que o movimento está mais maduro e experiente, por conta disso, conquistou espaços importantes na história brasileira, consolidando leis, programas e políticas públicas. Por outro lado, percebe-se que, desde a sua emergência com força nos anos 60, a entrada de novos membros ocorreu de maneira pontual e esporádica, contribuindo para a baixa renovação de seus quadros. Dessa forma, percebe-se que o movimento ambientalista brasileiro se encontra numa dualidade, entre sua experiência/maturidade acumulada e o envelhecimento dos seus membros. Esse processo foi cristalizando o movimento, ajudando a consolidar posições e tendências, ao mesmo tempo em que criaram dificuldades na inserção de novos participantes, especialmente os jovens.
- b) **Novas perspectivas:** o conflito estabelecido entre a inserção de jovens no movimento ambientalista brasileiro contribui para a emergência de novas perspectivas e tendências, que residem no questionamento de posições praticamente inquestionáveis, como o predomínio do ambientalismo pragmático ou de resultados, que perdeu seu potencial crítico original; o levantamento de posições e práticas contraditórias e incoerentes com os princípios do ambientalismo; a reflexão a respeito de ‘micro-poderes’ presentes no interior do movimento e na sua forma de organização; e, a possibilidade de construção de alianças entre as inúmeras vertentes do ambientalismo bem como com outras lutas sociais a exemplo do cooperativismo, comércio justo, economia solidária e educação popular. Todas essas questões certamente vêm contribuindo para o fortalecimento do movimento, na medida em que incorpora esses novos membros e suas posições no processo democrático de construção de políticas sócio ambientais no país.
- **Políticas Públicas:** há um longo caminho a ser trilhado para que os jovens cada vez mais participem de processos de construção, implementação e avaliação de políticas públicas na área sócio ambiental, sejam elas nas esferas municipal, distrital, estadual e nacional. Pontos importantes para reflexão.
- **Mecanismos de participação:** daqueles que existem, quais conseguem dialogar de forma verdadeira com as juventudes? É possível criar novas

formas e espaços de participação política na área? Quais? Como esses mecanismos podem incluir a diversidade das juventudes nesse processo? Eles têm alcançado mais êxito em quais esferas políticas? Cabe ressaltar que um passo importante para o sucesso desses mecanismos é a consideração das juventudes como sendo segmentos aptos a participarem politicamente deste processo, trazendo propostas inovadoras e viáveis de serem implementadas. Se, pelo contrário, elas forem encaradas como “problema”, criam-se inúmeras barreiras para a construção coletiva de políticas públicas na área. Vale ainda chamar atenção para a percepção do que se entende por “juventudes”, que vai muito além de jovens estudantes, as escolas, as universidades e os movimentos de grupos religiosos e de partidos políticos. É preciso mapear a diversidade real de jovens nos movimentos, grupos, organizações e coletivos da sociedade atuantes naquele contexto (municipal, distrital, estadual ou federal). Ainda que nem todos tenham atuação direta na área sócio ambiental, muitos deles estabelecem no seu cotidiano alguma interface com ela, e portanto, têm muito a contribuir com a construção de políticas públicas.

- **Estratégias e instrumentos de avaliação:** as políticas públicas na área têm sido avaliadas? De que forma? Os jovens têm participado desse processo? Como? Quais segmentos de juventude têm participado? As estratégias e os instrumentos existentes têm sido eficazes e eficientes? Avaliar as políticas públicas é uma ação tão importante quanto elaborá-las, porque permite corrigir rumos e reformulá-las. Ao avaliá-las é importante também sistematizar os principais pontos discutidos, organizando relatórios e divulgando para a sociedade. De posse dessas informações, a sociedade pode exercer seu papel cidadão de controle e de fiscalização da execução da política pública. Cabe ainda outra questão: onde esses relatórios serão arquivados? Como a sociedade e os jovens poderão acessá-los?
- **Controle social:** que espaços e instâncias o jovem encontra para exercer o tão falado controle social das políticas públicas? Esse controle existe realmente? Em que instância ele existe? O que pode ser melhorado? Um exercício interessante pode ser feito. Você sabe quais são as principais políticas públicas sócio ambientais voltadas aos jovens no seu município? Que ações elas prevêm na prática? Qual o seu orçamento? Há algum espaço de participação política e de controle social para jovens no seu município? Existe um conselho municipal de juventude? Ele é atuante? Nele, há alguma discussão de políticas públicas na área sócio ambiental? Sabemos que há espaços claramente constituídos para a participação e o controle social de políticas públicas nas áreas de meio

ambiente, os Conselhos de Meio Ambiente e os Conselhos de Juventude. Sabemos também que a maioria dos municípios brasileiros não dispõem de nenhum deles.

- **Atuação e engajamento social:** os jovens que recentemente chegaram ao campo sócio ambiental se depararam com um processo interessante de criação e perpetuação de redes, como uma forma de organização social não hierárquica e de institucionalização flexível, diferentemente do partido político, do grêmio, do sindicato e da associação. A chamada “cultura de redes sociais”, ainda que pouco disseminada na sociedade e até mesmo entre os jovens, tem despertado interesse e tem pautado a estruturação de inúmeras organizações e sujeitos sociais nessa área. Sabemos que há inúmeras redes em atividade na atualidade, e elas apresentam um potencial relevante de articular sujeitos e ações, de fortalecer elos, de circular informações e de gerar transformações na sociedade. Fica a questão: como os jovens têm percebido as redes sócio ambientais? Como eles têm se envolvido com elas? Elas têm demonstrado abertura à entrada dos jovens? Particularmente no campo das redes de educação ambiental, alguns jovens têm questionado as práticas de gestão e administração destes espaços, por entenderem que elas têm contradições com os princípios da educação ambiental.

Levantadas estas questões, faz-se necessário o estabelecimento de conexões relativas à visão de educação ambiental compartilhada pelos organizadores desta publicação, órgão gestor da PNEA, procurando conectar visões apontadas neste livro numa perspectiva de educação ambiental crítica e emancipatória. A diversidade de textos trazida nos capítulos 2 e 3 permite uma percepção ampla de diversas perspectivas da educação ambiental brasileira, algumas delas contraditórias e conflitantes. No entanto, a proposta deste capítulo (4) é a de propor conexões a partir de uma perspectiva de educação ambiental compartilhada pelo órgão gestor da PNEA, ou seja, de uma proposta de educação ambiental crítica e emancipatória.

Esta perspectiva compreende alguns princípios e conceitos pedagógicos e metodológicos que merecem ser destacados:

- A dimensão política é parte integrante da atuação profissional e cidadã na área, entendendo o termo “política” de forma mais ampla do que “partidarismo político”. Ele remete à ação política do dia-a-dia dos educadores ambientais, na medida em que desenvolvem atividades com objetivos, implícitos ou explícitos, de manutenção ou de transformação do cenário sócio ambiental atual, na perspectiva do envolvimento do educador ambiental como um “sujeito pedagógico”

enquanto, também, um “sujeito político”. Refere-se à participação, mobilização e organização social, quer seja, ao pleno exercício da cidadania para a manutenção ou aquisição de direitos, para que as demandas e necessidades de aprimoramento do campo da educação ambiental sejam contempladas. Como também para a legitimação das instâncias colegiadas, entendidas como o espaço público relativo ao planejamento e gestão de políticas em educação ambiental, a exemplo das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental – CIEA.

- O jargão “agir local, pensar global” é insuficiente para responder às questões sócio ambientais atuais, na medida em que se restringi a ações locais, pressupondo a delegação da atuação na esfera global a outros setores e atores sociais. Afinal, que organizações vêm atuando no âmbito global/mundial/internacional? Da mesma forma, a necessidade de pensar a esfera local é relevante e condição essencial para a transformação das condições sócio ambientais locais. Dessa maneira, tem-se adotado o termo “glocal”, fazendo referência ao local e ao global ao mesmo tempo, ao mesmo tempo em que se vem atualizando a frase para “agir e pensar local e globalmente”.
- Visão sistêmica *versus* Visão crítica: enquanto a primeira, ao enfatizar a conexão entre os sistemas vivos (e seres vivos) acaba generalizando os seres humanos e a influência que eles (nações e seus padrões de desenvolvimento e consumo) exercem no planeta; a segunda (visão crítica) procura identificar as diferenças entre esses padrões (e as nações) no estabelecimento de uma agenda de ação política sócio ambiental. Assume-se dessa forma o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, no debate geopolítico sócio ambiental global. Essa mesma lógica é válida para os grupos sociais e suas diferenças com relação ao poder político e econômico, onde se reconhece sujeitos sociais distintos com responsabilidades diferenciadas, revelando-se a questão do risco ambiental e da justiça sócio ambiental como um importante aspecto a ser considerado, ou seja, além do mapeamento e enfrentamento do problema ambiental, a vertente crítica e emancipatória procura dar conta do conflito social gerador ou decorrente daquele problema. Uma proposta de educação ambiental crítica procura não cair no senso comum liberal do “cada um deve fazer a sua parte”, na medida em que identifica as causas e os diferentes graus de interferência e de responsabilidade dos causadores dos problemas sócio ambientais que se quer enfrentar. Dessa forma, evita-se jogar a responsabilidade sobre as costas de todas as escolas de uma determinada região sobre o problema da degradação

do rio que por ali passa, mas sim, procura-se mapear os diferentes graus de responsabilidades no problema e as diferentes possibilidades de solucioná-lo. No caso, se as escolas podem ter alguma responsabilidade para com o problema, certamente as prefeituras e as empresas da região podem estar envolvidas num grau mais elevado. Outro aspecto importante a destacar aqui é complexidade do saber ambiental, diferentemente da abordagem ecologicista de algumas práticas em educação ambiental, que por mais que afirmem discursivamente a necessária transversalidade e interdisciplinaridade, não encontram condições de integrar na prática pedagógica, as múltiplas dimensões da sustentabilidade ecológica, ambiental, social, cultural, econômica, ética, política, territorial, etc.

- **Ativismo versus Práxis:** a perspectiva de uma educação ambiental crítica e emancipatória procura valorizar uma sequência coerente entre *ação*, *reflexão*, *ação*. Diversos autores chamam essa sequência como *práxis*, estabelecendo consideráveis diferenças entre ela e o puro ativismo. Este enfatiza a questão da ação de modo pragmático, desvalorizando a reflexão, a avaliação e o planejamento de uma nova ação e contribui para um fazer de atividades sem reflexão com objetivos mais amplos de “onde se pretende chegar” com elas. De que adianta realizar uma série de palestras de “conscientização” para professores, se não se faz uma avaliação do grau de informação e interesse desse público com o tema e os resultados efetivos que elas podem gerar. Nesses casos, cabe sempre a pergunta: o que se pretende com essas palestras? Elas são o único caminho para se atingir os objetivos traçados? Estas questões nos ajudam a perceber a importância da *práxis* no dia-a-dia dos educadores ambientais, sobretudo porque com a reflexão pautada pelo saber ambiental complexo, a partir da visão crítica, entende-se que seja possível ao mesmo tempo lidar tanto com a mudança ambiental quanto com a transformação social. Ou seja, é possível associar a melhoria da qualidade ambiental à reversão do quadro de injustiças sociais que marcam o cenário sócio ambiental dos países periféricos no sistema capitalista.

Por fim, entendemos que essas são apenas algumas conexões possíveis entre outras existentes. Procuramos com esta publicação trazer informações sistematizadas sobre a área “Juventude e Meio Ambiente” como forma de provocar debates, reflexões com vistas à elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas na área. Trata-se de um grande esforço coletivo que vem sendo construído a muitas mãos, cabeças e corações. Este livro é um exemplo dessa diversidade e complexidade de visões, dimensões e contornos que o assunto pode assumir. O propósito de agrupar pontos de vista distintos, de

especialistas adultos e de jovens ambientalistas era o de ampliar perspectivas, colocando lado a lado esses sujeitos. Alguns passos importantes estão sendo dados, que são relativos à democratização da temática sócio ambiental junto aos jovens, tais como a abertura de espaços de diálogo entre as diferentes gerações preocupadas com o tema e a provocação para que os jovens percebam o tema de modo mais profundo e crítico. Trata-se de um processo que foi iniciado e que está em curso.

Muitos outros caminhos serão alcançados e novas oportunidades serão construídas. Em todas elas, buscar fortalecer o diálogo e a interação com as diferentes juventudes brasileiras nos parece ser uma dimensão tão fundamental quanto necessária.

Contudo, uma constatação parece, desde já evidente, corroborando a necessidade do diálogo ampliado para a elaboração de políticas públicas *de, para, com* a juventude, estruturada a partir do eixo ambiental, que permita dar conta da formação profissional, da inclusão social e de todas as demais necessidades, quando convocados a interagir com alguma iniciativa de cunho ambiental, mesmo das mais pontuais, como um mutirão de limpeza de um córrego ou uma feira de ciências, os jovens de todas as idades se mostram presentes. Não são poucas as oportunidades que testemunham o interesse e preocupação da juventude com a questão ambiental. E o que temos a dizer é que os jovens são bem-vindos, sua adesão ao ambientalismo é mais do que oportuna, é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL – Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **RELATORIO DA PESQUISA PERFIL E AVALIAÇÃO DOS CONSELHOS JOVENS DE MEIO AMBIENTE. 2005**

CRESPO, S. “Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990” In: Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Trigueiro, A. (coord.), Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 58-73.

FREITAS, M.V. & PAPA, F. de C. (org.) **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo : Ed. Cortez, 2003.

PROJETO JUVENTUDE – Instituto Cidadania – Relatório www.icidadania.org.br

TAMAIIO, I. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental.** São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

ZANETI, H. **Juventude e Revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília (UnB), 2001.





Impressão



Bárbara Bela Editora Gráfica e Ltda.
CSG 01 - Lote 02 - Taguatinga-Sul
PABX: (61) 3356-1818